



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGG
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA**

DÉBORA LUZIA MOURA CORREIA

**AUMENTO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA CAPITALALAGOANA:
CAUSAS, EFEITOS E TERRITÓRIO USADO**

**MACEIÓ-AL
2022**

DÉBORA LUZIA MOURA CORREIA

**AUMENTO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA
CAPITAL ALAGOANA: CAUSAS, EFEITOS E TERRITÓRIO
USADO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGG do Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, da Universidade Federal de Alagoas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Linha de pesquisa: Organização socioespacial e dinâmicas territoriais.

Orientador: Prof. Dr. Domingos Sávio Corrêa.

MACEIÓ-AL
2022

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária: Taciana Sousa dos Santos – CRB-4 – 2062

C824a Correia, Débora Luzia Moura.

Aumento da população em situação de rua na capital alagoana: causas, efeitos e território usado / Débora Luzia Moura Correia. – 2022.

[134] f. : il. color.

Orientador: Domingos Sávio Corrêa.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Maceió, 2022.

Bibliografia: f. 106-112.

Apêndices: f. [114]-[116].

Anexos: f. [118]-[134].

1. População em situação de rua – Maceió (AL). 2. Espaços urbanos. 3. Políticas públicas. 4. Pobreza urbana. 5. Território usado. I. Título.

CDU: 911: 364 (813.5)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DÉBORA LUZIA MOURA CORREIA

**AUMENTO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA CAPITAL
ALAGOANA: CAUSAS, EFEITOS E TERRITÓRIO USADO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 15 de julho de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 DOMINGOS SAVIO CORREA
Data: 11/08/2022 16:30:18-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Orientador: Prof. Dr. Domingos Sávio Corrêa.

Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente – UFAL- Maceió-AL

Documento assinado digitalmente
 LUCIANE MARANHA DE OLIVEIRA MARISCO
Data: 10/08/2022 08:47:32-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof^a Dr^a Luciane Maranhã de Oliveira Marisco

Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente – UFAL- Maceió-AL

Documento assinado digitalmente
 Jose Messias Bastos
Data: 09/08/2022 10:18:43-0300
CPF: 377.445.859-68
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Dr. José Messias Bastos

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC – Florianópolis- SC

RESUMO

No município de Maceió-AL, assim como em tantas outras capitais, as pessoas em situação de rua, habitam essencialmente, nos espaços públicos do centro da cidade, isto é, nas praças, calçadas, debaixo das pontes, pontos de ônibus etc. Estas pessoas possuem percepções totalmente diferentes do espaço urbano, justamente, por não serem pessoas domiciliadas e terem a necessidade de encontrar abrigo na rua, sendo assim, habitantes urbanos que possuem uma frágil relação com o espaço. Segundo o Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, população em situação de rua é um grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares fragilizados ou rompidos e a inexistência de moradia convencional regular. No entanto, mesmo sem ter a posse sobre o terreno, os moradores de rua estabelecem relações com o espaço, uma vez que habitam e circulam em determinadas partes da cidade, estariam eles estabelecendo território?. Trata-se de um fenômeno multidimensional, pois, há uma sobreposição de aspectos e particularidades intrínsecas aos contextos em que ocorrem. A partir da revisão bibliográfica, percebe-se que há poucos estudos de perspectiva geográfica sobre a referida temática, bem como há muitas lacunas em relação aos censos e levantamentos demográficos, o que dificulta a formulação de políticas públicas eficazes. Em 2020, a Secretaria de Assistência Social de Maceió divulgou que mais de 3 mil pessoas viviam em situação de rua no meio urbano do município, de maneira que, cerca de 1 mil dessas pessoas concentram-se no bairro Centro. A População em Situação de Rua (PSR) percebe a dinâmica da cidade e para sobreviver, muitas vezes tendem a concentra-se nas áreas que favorecem as atividades econômicas, para assim desempenhar trabalhos de natureza diversas e até mesmo prática de mendicância. As áreas da cidade que proporcionam de maneira mais significativa oportunidades para questões de higiene, alimentação e segurança irão efetivamente concentrar esse seguimento populacional. Por isso, o município de Maceió, e, mais especificamente, o bairro Centro, caracterizam-se como o campo empírico desta pesquisa. Para investigar o aumento desse fenômeno em Maceió, bem como, o uso e ocupação do espaço público por Pessoas em Situação de Rua, foi realizada uma abordagem de pesquisa participante nas unidades do Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua e no próprio centro urbano, para assim interpretar, refletir e analisar os dados obtidos. Dessa forma, a partir da observação do funcionamento do equipamento social, acesso aos relatórios, formulários de atendimentos realizados e posteriormente tabulação dos dados verificou-se que nos últimos dois anos houve um substancial aumento de PSR em Maceió.

Palavras-Chave: População em situação de rua. Espaço urbano. Território usado.

ABSTRACT

In the city of Maceió-AL, as in many other capitals, homeless people live essentially in public spaces in the city center, that is, in squares, sidewalks, under bridges, bus stops, etc. These people have totally different perceptions of the urban space, precisely because they are not domiciled people and have the need to find shelter on the street, thus, urban inhabitants who have a fragile relationship with space. According to Decree No. 7,053, of December 23, 2009, homeless people are a heterogeneous population group that has in common extreme poverty, fragile or broken family ties and the lack of regular conventional housing. However, even without having possession of the land, homeless people establish relationships with space, since they inhabit and circulate in certain parts of the city, would they be establishing territory?. It is a multidimensional phenomenon, as there is an overlap of aspects and particularities intrinsic to the contexts in which they occur. From the bibliographic review, it is clear that there are few studies from a geographical perspective on the aforementioned theme, as well as there are many gaps in relation to censuses and demographic surveys, which makes it difficult to formulate effective public policies. In 2020, the Maceió Social Assistance Department announced that more than 3,000 people were homeless in the urban area of the municipality, so that about 1,000 of these people are concentrated in the Centro neighborhood. The Homeless Population (PSR) perceives the dynamics of the city and in order to survive, they often tend to focus on areas that favor economic activities, in order to perform work of a different nature and even begging. The areas of the city that most significantly provide opportunities for hygiene, food and safety issues will effectively concentrate this population segment. Therefore, the city of Maceió, and, more specifically, the Centro district, are characterized as the empirical field of this research. In order to investigate the increase in this phenomenon in Maceió, as well as the use and occupation of public space by People on the Street, a participatory research approach was carried out in the units of the Specialized Reference Center for People in the Street Situation and in the center itself. urban area, in order to interpret, reflect and analyze the data obtained. Thus, from the observation of the functioning of the social equipment, access to reports, forms of care performed and later tabulation of data, it was found that in the last two years there was a substantial increase in PSR in Maceió.

Keywords: Homeless population. Urban space. Territory used.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço à Deus pela dádiva de existir, pelas possibilidades, pelas oportunidades e por permitir a realização desta pesquisa, me concedendo a recuperação necessária, sendo minha rocha e fortaleza frente as adversidades.

À minha família e amigos. Especialmente, ao meu noivo, Gedson Ramos, amigo e companheiro, por estar sempre ao meu lado, por me apoiar, me incentivar, e, por ter me acompanhado em quase todas as pesquisas de campo. À minha irmã, Danielly Moura, que sempre acredita e valoriza os meus feitos, não me deixando esmorecer, nem mesmo nos momentos mais difíceis.

Aos meus companheiros de mestrado e amigos de vida, que tanto acrescentaram à minha trajetória, especialmente as minhas amigas, Raquel Lourenço, Nayara Barreto e Rayanne Santos e aos meus amigos, Lucas Eduardo e Roberto Galdino.

Ademais, agradeço a todos os professores do Programa de Pós- Graduação em Geografia que me ensinaram e contribuíram para minha formação e desenvolvimento desta dissertação. Em especial ao Professor Dr. Domingos Sávio Corrêa pela qualidade das orientações, por confiar em meu trabalho, pela tolerância, paciência e disponibilidade, sobretudo, nesse processo de conclusão da pesquisa.

Aos Coordenadores e Equipe técnica dos Centros POPs, de modo especial, à Coordenação do Centro POP II, pela recepção, entusiasmo para com a temática de pesquisa, e, por serem tão acessíveis, comprometidos com o trabalho que desenvolvem, buscando resgatar e preservar a integridade e a autonomia da População em Situação de Rua a partir de ações que promovem a reinserção social, familiar e comunitária do referido seguimento populacional.

Por último e não menos especial, agradeço à Geografia por proporcionar a leitura do fenômeno População em Situação de Rua, a reflexão e o enriquecimento científico quanto à análises voltadas ao mesmo, edificando conhecimento no campo das humanidades.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 e 2: Atendimento aos usuários do Centro POP II	25
Figura 3: Ambiente do Centro POP I	26
Figuras 4: Ocupação da PSR na Praça dos Martírios, localizada no Centro de Maceió	44
Figura 5 e 6: Ocupação da PSR na Praça da Catedral.....	46
Figuras 7, 8: Presença de PSR no centro comercial	50
Figuras 09 Pessoa praticando mendicância	52
Figura 10, 11, 12, 13 e 14: Formas de arquitetura hostil.....	58, 59

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: População do município de Maceió-AL 1970-2010.....	18
Quadro 2: Perfil da PSR de Maceió-AL 2020-2021	33

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Ocupação/ meios de vida da PSR de Maceió-AL	35
Gráfico 2: Motivo de estar nas ruas.....	37

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Mapa de localização dos Pontos (A); Centro Pop II (B) e Centro Pop I (C)	22
Mapa 2: Mapa de localização do campo empírico da pesquisa.....	43
Mapa 3: Mapa de localização dos Pontos (A); Sinais de ocupações de PSR na Praça dos Martírios (B) e Carregadores de frutas e verduras que habitam nas ruas do Centro da cidade (C)	45
Mapa 4: Mapa de localização dos Pontos (A); Presença de Pessoas em Situação de Rua na Praça Dom Pedro II (B) e (C)	47
Mapa 5: Localização da Estação de trem com ocupação de PSR, em frente ao Mercado de produção	48
Mapa 6: ..Localização do Espaço de reciclagem e ferro velho, nos entornos do Mercado da produção	49
Mapa 7: Localização de registros da Presença de PSR no centro comercial.....	51
Mapa 8: Localização dos registro de Presença de PSR nas limitações da Praia da Avenida da Paz	52
Mapa 9: Localização dos registro de uma Pessoa que estava praticando mendicân.....	53
Mapa 10: Localização do Parque Gonçalves Lêdo, bairro Farol	54
Mapa 11: Locais de permanência a partir do levantamento nos Centros Pop I e II	56

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PSR – População em Situação de Rua.....	14
MNPR- Movimento Nacional da População em situação de Rua	15
SEMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social.....	14
COVID – Corona Vírus Disease.....	14
CNS – Conselho Nacional de Saúde	15
Centro POP – Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua	15
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.....	20
SEAS – Serviço Especializado de Abordagem Social	25
RAAM – Registro Ampliado de Atendimento Mensais.....	31
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social.....	38
CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social	41
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social.....	41
RG – Registro Geral	41
CAPS-ad – Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas.....	41
SEPREV – Secretaria de Estado de Prevenção à Violência	41
CASA – Centro de Atendimento Socioassistencial.....	41
CBTU – Companhia Brasileira de Transporte Urbano.....	45
GPOP – Grupamento de atenção à População de rua.....	55
PIB – Produto Interno Bruto.....	68
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.....	69
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social.....	73
BPC – Benefício de Prestação Continuada.....	74
SUAS – Sistema Único de Assistência Social.....	69
LOAS – Lei Orgânica das Assistência Social	76
ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio	77
PPC – Paridade do Poder de Compra	77
PBSM – Plano Brasil Sem Miséria.....	77
CADÚnico – Cadastro Único de Saúde.....	77
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios	78
SIS – Síntese de Indicadores Sociais	78
RNB – Renda Nacional Bruta.....	78

ONU – Organização das Nações Unidas	78
FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations / Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação.....	78
Pronatec – Organização Nacional de Ensino Técnico e Emprego.....	79
FIES – Fundo de Financiamento Estudantil	79
Prouni – Programa Universidade para Todos	79
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar	79
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	80
POF – Pesquisa de Orçamentos Familiares	80
CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar	81
PPA – Plano Plurianual	81
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis	81
SAN – Segurança Alimentar e Nutricional.....	81
FSIN – Food Security Information Network / Rede de Informação de Segurança Alimentar.....	81
OMS – Organização Mundial de Saúde	82
SUS – Sistema Único de Saúde	83
STF – Supremo Tribunal Federal	83
IST – Infecções Sexualmente Transmissíveis.....	85
AIDS –Acquired Immunodeficiency Syndrome / Síndrome da Imunodeficiência Adquirida.....	85
CPF – Cadastro de Pessoa Física.....	86
CIPIS – Conselho Integrado de Políticas de Inclusão Social	87
FECOEP – Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza.....	87
UFAL – Universidade Federal de Alagoas.....	88

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE MACEIÓ-AL	16
1.1 Contexto de Maceió-AL	17
1.2 Centros POP – Centro de Referência Especializado para Pessoa em Situação de Rua.....	22
1.3 Perfil da PSR de Maceió.....	27
1.3.1 Quem são?.....	30
1.3.2 Onde estão?	43
1.4 Espacialidades e Locais de permanência	56
2 PSR: FENÔMENO, CONCEITO, ESTIGMAS E DIREITOS.....	63
2.1 A gênese do fenômeno	63
2.1.1 Cronologia do fenômeno no Brasil	68
2.1.2 Políticas socioassistenciais para PSR no Brasil.....	76
2.2 Pobreza extrema e os caminhos para uma crise humanitária.....	79
2.2.1 Impactos da Covid-19 no cenário da pobreza brasileira.....	85
2.2.2 Os desafios da pandemia para a PSR	87
3 A GEOGRAFIA DA SITUAÇÃO DE RUA.....	91
3.1 Território e Territorialidades	92
3.2. Direito à cidade	100
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
REFERÊNCIAS.....	106
APÊNDICE.....	113
ANEXO	116

INTRODUÇÃO

A presente Dissertação de Mestrado em Geografia apresenta o trabalho de pesquisa desenvolvido sob o escopo de investigar um possível acréscimo da população em situação de rua no meio urbano do município de Maceió, capital alagoana. Para tanto, buscou-se analisar as formas de espacialidade, e de consumo do espaço, bem como, investigar quais as causas desse aumento e os efeitos socioeconômicos, as demandas e demais desdobramentos. Segundo o Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2008, população em situação de rua é um “grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares fragilizados ou rompidos e a inexistência de moradia convencional regular” (BRASIL, 2008). A vida nos centros urbanos é dinâmica, portanto, esses usos e ocupações do espaço urbano realizados por pessoas em situação de rua¹, muitas vezes, parecem minúsculos aos olhos da sociedade e não geram maiores questionamentos, sobretudo, por se tratar de pessoas socialmente excluídas, que vivem à margem da complexidade das relações em sociedade.

Esta dissertação está organizada em três partes, a primeira parte, busca apresentar a **População em Situação de Rua de Maceió-AL** a partir da amostra de 400 indivíduos com cadastrados ativos em equipamentos sociais que atuam, no referido município, como sendo a primeira instância de atendimento e acolhimento desse seguimento populacional, bem como, analisa o contexto urbano considerado nesta pesquisa desde o histórico socioeconômico à espacialidade da PSR, locais de permanência e os elementos que os determinam. A segunda parte, **PSR: Fenômeno, Conceito, Estigmas e Direitos**, aborda acerca da gênese do fenômeno, a cronologia do fenômeno no Brasil, a complexidade da pobreza, e, discute o advento da Covid-19 no cenário da pobreza brasileira. A terceira e última parte, intitulada **A Geografia da Situação de Rua**, faz a apresentação da análise do uso e ocupação do espaço urbano realizado por Pessoas em Situação de Rua em Maceió-AL, destacando como se dá o território a partir de fatores que determinam o Direito à cidade para essa população.

O aumento dessa população de rua não é aparente ou mera especulação, pois os dados da Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS comprovam essa triste realidade que amplia as mazelas existentes na capital alagoana, a Secretaria tem o trabalho com pautas que

¹ Neste trabalho não será diferenciado *pessoa em situação de rua* de *morador de rua*, pois, busca-se contemplar os dois ou mais termos nesta análise. Existe no Movimento Nacional de População de Rua e em algumas literaturas a discussão entre os termos, pois *morador de rua* representa uma condição fixa enquanto que *pessoa em situação de rua*, uma situação passageira.

envolvem a oferta de assistência social e reabilitação à população em situação de rua, da mesma maneira que realizam, com o auxílio do MNPR - Movimento Nacional da População de Rua, levantamentos do contingente a ser assistido.

A secretaria assinala que o aumento dessa população está atrelado ao crescimento do desemprego, sobretudo, pela exigência de determinado nível de escolaridade para a maioria dos empregos, percebe-se ainda o uso das ruas como expressão de perda de vínculos afetivos/familiares em função da violência doméstica, venda e/ou uso de entorpecentes. Esse cenário traz às ruas de Maceió, pessoas que realizam prática de mendicância. Segundo a secretaria, a população é formada por migrantes, pessoas vindas de outros estados, além de moradores dos bairros mais carentes do município, o número de pessoas abordadas para levantamento de dados varia de acordo com o território.

Nesse sentido, buscou-se nessa pesquisa, analisar o território usado por esse seguimento populacional a partir de uma metodologia participante junto à Secretaria de Assistência Social do Município. Por metodologia, entende-se o conjunto dos procedimentos adotados pelo pesquisador de forma sistemática, empregados para obter o conhecimento adequado da problemática que se pretende analisar (CERVO; BERVIAN, 2002). Assim, na construção deste trabalho fora realizada a revisão da literatura com o escopo de aprofundar o tema trabalhado, isto é, leitura de artigos, livros, dissertações e teses que envolvam a temática.

Inicialmente, pretendia-se que na investigação fossem adotados somente instrumentos como entrevistas e questionários a serem aplicados à Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), e, à algumas pessoas em situação de rua de Maceió, de maneira que estas fossem abordadas nos dois Centros de Referência Especializado para Pessoa em Situação de Rua, localizados na Avenida da Paz, 1002 e na Avenida Tomás Espindola, 86, bairros Farol e Jaraguá, respectivamente. No entanto, houve um atraso substancial na ida à campo para concretizar o planejamento de pesquisa em razão do contexto pandêmico ocasionado pela COVID-19. Dito isto, na execução deste trabalho, buscou-se atender as normas dispostas na Resolução nº. 466/12, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), bem como, foram seguidos os protocolos contra a COVID-19.

A partir das primeiras visitas ao Centro POP II (Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua), constatou-se que muitas das questões presentes no questionário elaborado e revisado para a pesquisa eram semelhantes as do formulário de atendimento aos usuários do Centro POP. Assim, foi sugerido pelo coordenador da referida instituição que o questionário fosse substituído pelo formulário/fichas de atendimento afim de não expor os usuários e a pesquisadora a maiores riscos de transmissão do vírus COVID-

19, bem como, não tomar muito do tempo dos usuários durante o uso dos serviços oferecidos sobretudo banho e alimentação, pois, a instituição estava/está funcionando com horário reduzido justamente como medida de proteção ao COVID-19.

Nesta pesquisa, o aprimoramento da fundamentação teórica e metodológica é constituído principalmente por materiais virtuais, sobretudo periódicos que tratam sobre geografia humana, revistas voltadas a discussões sobre espaço urbano, cidade, território e pobreza. A condução da revisão da literatura segue o modelo de Cooper (1984 *apud* MOREIRA; CALEFFE, 2006), que organiza essa fase da pesquisa em: 1) formulação do problema; 2) seleção dos textos; 3) avaliação dos textos; 4) análise e interpretação e, por fim, 5) redação. Sendo assim, também foram selecionadas publicações que tratavam dos seguintes temas: Problemas Urbanos; Formas de Pobreza; Situação de Rua; Direito à Cidade; Concentração de Renda; Desigualdade Socioeconômica. São consideradas ainda, informações e dados presentes em jornais de grande circulação para somar-se à pesquisa enquanto informações relevantes que auxiliem na compreensão do panorama do fenômeno em questão. Será realizado (em andamento) ainda levantamento de dados em órgãos governamentais (Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, IPEA e outros) e instituições de seguimento religioso ou filantrópico (Fraternidade Casa de Ranquines, Albergues e outros).

Foram realizadas visitas aos Centros POP para a aplicação de entrevistas aos técnicos responsáveis pelas referidas unidades de atendimento, bem como observação e acompanhamento do funcionamento do equipamento social, acesso aos formulários de atendimento realizado à População em Situação de Rua e posteriormente tabulação dos dados (em planilhas no Software Excel, para assim, realizar as análises do tipo estatística tradicional a fim de expressar os resultados em percentagem) pertinentes à pesquisa, buscando realizar uma abordagem de pesquisa participante, que inclua a interpretação, reflexão e análise dos dados.

Acredita-se que este trabalho se caracteriza como uma pesquisa exploratória em razão da escassez de trabalhos com essa temática na área da Geografia. É ampla e relevante a demanda de estudos sobre a referida problemática, por isso, é preciso avaliar esse cenário constantemente, assim, a partir dos princípios da geografia crítica, será possível buscar compreender o morador de rua como produto das relações sociais que constituem o sistema em que vivemos, estando ele à margem principalmente no que se refere a questão da produção, consumo e propriedade privada, tornando-se imprescindível a utilização de uma abordagem materialista, histórica e dialética. Este método viabiliza a compreensão do

processo o qual se propõe pesquisar, a existência, o aumento e a espacialidade da PSR em Maceió, Alagoas, Brasil.

1 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE MACEIÓ-AL

Para alcançar resultados nesta pesquisa buscou-se uma abordagem de observação, interpretação e reflexão sob uma dimensão analítica à pesquisa participante, a “metodologia da pesquisa- participante, é onde o pesquisador participa do dia a dia do sujeito pesquisado enquanto faz suas observações, análises e reflexões empíricas.” (PALOMBINI, 2015, p. 42).

Desse modo, se observou empiricamente os locais revelados como sendo locais de permanência de diversos moradores de rua se valendo da pesquisa de campo e levantamento de dados realizados nos Centros POP² (Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua) da capital alagoana, bem como, observações realizadas durante a dinâmica dos atendimentos nas referidas instituições de atendimento ao público investigado, de modo a realizar interpretações sobre as formas de vida na rua, buscando-se interpretá-las à luz do conhecimento geográfico.

Sobre a pesquisa participante, Palombini (2015, p.43) esclarece que

as certezas engessam, enquanto as dúvidas movem. Porém, nada disso ainda fará sentido se, ainda, antes disso, não se viver. A vivência precede a reflexão, pois é acessando a realidade diretamente [...] que se pode aproximar-se de uma fiel interpretação. Nisso se baseia a pesquisa participante.

Nessa acepção, foram realizadas visitas participantes ao Centro Pop II localizados no bairro Farol e posteriormente buscou-se realizar o mesmo processo no Centro Pop I a fim de realizar observações e levantamentos que abarquem as duas únicas instituições, presentes no município de Maceió, de serviços que visam realizar escuta qualificada da demanda dos usuários, e que buscam compreender o contexto social, cultural e histórico de cada indivíduo, realizando cadastros para os usuários e oferecendo serviços como emissão de documentos, encaminhamentos à atendimento médico, processos judiciais entre outros, além da oferta de refeições e uso das instalações para banho e lavagem de roupa. Ademais o Centro Pop serve como endereço para correspondências dos usuários, a instituição conta com a elaboração de um plano de acompanhamento individual e/ou familiar.

² Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – CENTRO POP, previsto no Decreto nº. 7.053/2009 e na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, este constitui uma unidade de referência da Proteção Social Especial de Média Complexidade, de natureza pública e estatal (Maceió, 2014-2017).

1.1 Contexto de Maceió-AL

A capital alagoana apresenta uma área de aproximadamente 510,7km² estendendo-se entre os paralelos 09°21'31" e 09°42'49" de latitude sul e meridianos 35°33'56" e 35°38'36" de longitude oeste. Possui 50 bairros agrupados em 8 Regiões Administrativas (MACEIÓ, 2005). Na década de 1970 a população urbana de Maceió, capital do estado de Alagoas, já representava mais de 95% da sua população total, percentual que continuou aumentando, até atingir 99,9% em 2010.

Em 1998, a cidade passou por uma modificação em seu perímetro urbano o que aumentou sua área urbana de 112,5 Km² para 197,4 Km². Com esta modificação o número de bairros existentes dobrou passando de 25 para 50. Seu primeiro Plano Diretor, denominado Plano de Desenvolvimento de Maceió – PDM, foi elaborado em 1981. O PDM (1981) permaneceu vigente até 2005, quando foi aprovado e publicado o Plano Diretor, Lei Municipal Nº 5.486/05.

Dentre a “teorias” do surgimento do município de Maceió, umas das mais aceitas é a de que o mesmo se originou “[...] como fenômeno do povoamento urbano desde o final do séc. XVIII, às margens do riacho Maçayó, atual Riacho Salgadinho, onde se instalou o primeiro engenho de açúcar da região” (COSTA, 1939, p. 12). O chamado Engenho Maçayó foi embrionário no processo de ocupação, já que muitas famílias que nele trabalhava passaram a ocupar aquela redondeza, visto que a proximidade ao local trabalho acaba induzindo o assentamento de novos habitantes. Em linhas gerais, a cidade de Maceió surgiu a partir de um pequeno povoado que se desenvolveu em função das dinâmicas econômicas e portuárias e em 1839 tornou-se capital da província, mesmo sem infraestrutura para isso (FARIA, 2012).

No início do século XIX, o povoado Maceió transforma-se em núcleo comercial de certo prestígio. “O ancoradouro criara o comércio, e o comércio dilatando o povoamento, operava o desenvolvimento econômico e demográfico” (COSTA, 1939, p.21). A capital de Maceió já passava por transformações significantes nesse período, um dos pontos cruciais foi sua melhor localização em função das características geomorfológicas e hidrológicas. O plano urbanístico definiu um traçado predominante ortogonal, de maneira que, o crescimento da cidade se conduziu em movimento a partir de dois eixos diagonais já existentes na vila: da Rua do Sol e à Rua Barão de Penedo, conectando-se ao Porto.

No segundo período havia aumento significativo na quantidade de construções, o aumento da população de Jaraguá, onde negócios, bancos e casa de comércio exportador, armazéns de

depósito, mercadorias (CARVALHO, 2007). Edificações da vila indicavam mais habitações na parte baixa da cidade. Assim, inicialmente, a ocupação de Maceió se deu pelos bairros do Jaraguá e Centro, e mais tarde dirigiu-se para os bairros da Levada, Bebedouro e Fernão Velho. Tendo como três eixos estruturantes: Av. Siqueira Campos, rodovia estadual AL 101 Norte e a linha ferroviária. O primeiro, ligava o Porto de Jaraguá ao porto do Trapiche, no porto do Trapiche chegavam mercadorias vindas do interior do estado para serem redirecionadas ao porto de Jaraguá. Ademais, o porto do Trapiche era a principal ligação entre Maceió e Alagoas do Sul (atual município de Marechal Deodoro e antiga capital da província).

Segundo Japiassú (2015), a ocupação mais adentro do planalto iniciou-se com sítios e chácaras com características rurais e desenvolveu-se com a pavimentação da Av. Fernandes Lima, que se tornou o mais importante vetor de ocupação urbana a partir da década de 1940, intensificado com a implantação do distrito industrial na década de 1960 e da Universidade Federal de Alagoas em 1970. Assim começaram a surgir os primeiros loteamentos nessa área. Nessa mesma época, nas décadas de 1960 e 1970, começou a ocupação da orla marítima de Maceió, mais precisamente, na planície litorânea mais ao norte, nos bairros de Ponta Verde, Jatiúca, Mangabeiras e Cruz das Almas.

De acordo com Souza (2004): “Maceió contava com 53 ruas, 1 travessa, 6 praças-revestidas de pedra bruta. Alguns bairros existentes na época como Trapiche da Barra, Vergel do Lago, Mangabeiras e Cruz das Almas seguiam com suas estradas em barro”. No entanto, o século XX foi marcado pelo período republicano, o qual apresentou o retorno do crescimento demográfico em virtude do desenvolvimento econômico (DIEGUES, 1939, p 10). Neste período a construção da Avenida Fernandes Lima interliga a capital com bairros mais distantes exemplo Fernão Velho e cidades do interior como Rio Largo e adjacente.

Na década de 50, Maceió passa por modificações urbanísticas com o aumento da migração de pessoas do interior cerca de 154%, a população chega a 121.000 habitantes e com esse crescimento populacional chega também problemas relacionados a uso e ocupação do solo. Foi nesse período que a cidade se expandiu com o traçado mais ortogonal, direcionando para outros bairros como Pajuçara, Mangabeiras, Planalto da Jacutinga (SOUZA, 2004).

O município de Maceió possui uma morfologia urbana monocêntrica, isto é, centralizada. Maceió passou por uma modificação de seu perímetro urbano em 1998, com a Lei Municipal N° 4.687/98, que aumentou sua área urbana de 112,5 Km² para 197,4 Km² (área urbana atual) e dobrou o número de bairros de 25 (1980) para 50. Em 1970, quando a população brasileira se torna predominantemente urbana, a população maceioense já era urbana, tendo 95,5% (Quadro 1) de seus habitantes na cidade. Esse percentual continuou aumentando até

2010 quando atingiu 99,9%, segundo os dados do Censo Demográfico do referido ano (IBGE, 2010).

Quadro 1. População do município de Maceió-AL 1970-2010

Popul.	1970	%	1980	%	1991	%	2000	%	2010	%
Urbana	251.713	95,5	392.265	98,2	583.343	92,7	795.804	99,8	932.129	99,9
Rural	11.957	4,5	7.035	1,8	45.698	7,3	1.955	0,2	619	0,1
Total	263.670	100	399.300	100	629.041	100	797.759	100	932.748	100

Em 40 anos, entre 1970 e 2010, a população urbana de Maceió cresceu 270,3%, passando de 251.713 para 932.129 habitantes, numa taxa de crescimento anual de 6,7%. Esse crescimento até 1991 representa quase 50% ou mais, e a partir dessa data a taxa de crescimento cai para menos de 40% entre 1991 e 2000, e para menos de 20% entre 2000 e 2010. O crescimento territorial urbano de Maceió pode ser apresentado sob dois tipos: crescimento horizontal e crescimento vertical (JAPIASSÚ, 2015).

Quanto ao crescimento horizontal, Santoro (2012, p.75) citado por (Japiassú, 2015, p.26), esclarece que é “[...] uma boa alternativa para atender ao grande crescimento populacional e físico pelo qual as cidades brasileiras passaram até a década de 1980”. Esse crescimento caracteriza-se pela formação de periferias, estas, em geral, são marcadas pela precariedade de infraestrutura e serviços (OLIVEIRA, 2008, p.4) além de serem áreas desprovidas de atividade econômica e possibilidade de fontes de emprego, baixo nível de ocupações e condições socioambientais. Por não ter uma dinâmica econômica ativa, estas áreas se caracterizam como cidade-dormitórios, que para Lago (2007, p.97) é a cidade que possui baixo dinamismo econômico e baixa qualidade de vida, no entanto, a identificação de uma cidade-dormitório a partir de evidências empíricas é uma tarefa complexa que envolve um conjunto de fatores.

“Maceió como outras capitais brasileiras percorreu um processo de ocupação descontrolada” (COSTA, 1939, p. 172), visto que, ao longo das décadas, o modo de ocupação radiocêntrico se perdeu para uma dimensão linear orientada pelos limites fisiográficos do território. Voltando ao crescimento horizontal, este, utiliza cada vez mais espaço resultando em áreas cada vez mais dilatadas e sem limites consistentes (SILVA et al, 2009). Essa forma pode ser contínua, quando a expansão incorpora e conurba com o tecido urbano denso dos centros urbanos (LIMONAD, 2011). Ou pode “caracterizar-se pela descontinuidade, o que resulta num tecido urbano esgarçado e fragmentado social e espacialmente” (PEIXOTO, 2005, p.8).

Contudo, “a capital do Estado de Alagoas, vem passando por um processo de crescimento urbano caracterizado pela expansão desordenada da malha urbana e verticalização em alguns bairros, sobretudo na orla marítima” (BARBIRATO et al, 2015).

Já o crescimento vertical trata do aumento das alturas das construções, o gabarito da edificação, sendo possível abrigar mais pessoas e/ou mais atividades utilizando terras com dimensões menores. Por isso a principal característica da verticalização é a intensificação da ocupação do solo (CORRÊA, 1995, p.6).

Dessa forma, possibilita a expansão dos centros urbanos em áreas que não possuem mais elasticidade (ABRAMO, 2007), ou seja, não podem mais crescer horizontalmente. O centro urbano é denso e possui um contorno nítido, é independente e autossuficiente em relação a outras partes da cidade, no entanto está articulada com as áreas periféricas (SILVA et al, 2009).

A ocupação urbana de Maceió até 1980 se deu em função do centro comercial; Os bairros que compunham o centro urbano de Maceió em 1980 eram: Centro, Farol, Bom Parto, Vergel do Lago, Ponta Grossa, Levada, Prado e Trapiche da Barra; Os bairros da planície litorânea norte e do platô eram os principais focos da tendência de crescimento populacional, principalmente os bairros de Mangabeiras, Cruz das Almas e Tabuleiro do Martins que dispunham de maior quantidade de terras sem ocupação; As populações de média e alta renda estavam se direcionando para novas áreas, se deslocando do Farol para outros bairros do platô e para a planície litorânea norte [...] (SILVA et al, 2009p.73).

A capital de Alagoas tem sua localização privilegiada em função das características geográficas e hidrográficas proporcionando um aceleração no processo evolutivo do espaço urbano. Diversos autores analisam os efeitos desse rápido processo de transformação vivenciado no Brasil e demonstram que este grande índice de urbanização e concentração populacional em conjunto com a lógica capitalista de organização do espaço e o planejamento inadequado do uso urbano do solo privou as faixas de menor renda da população das condições básicas de urbanidade e de direito à cidade, e estas, por sua vez, passaram a ocupar áreas não apropriadas e/ou com restrições de uso, péssima infraestrutura, em processo de favelização, falta de segurança pública, etc.

Entre 2000-2010,

o principal centro comercial da cidade continuava sendo o bairro do Centro e seu entorno, no entanto corredores de atividades múltiplas se desenvolveram nos bairros de Jatiúca e Ponta Verde, e o bairro de Mangabeiras também passara a ser predominantemente comercial. Isso mostra que a área central de Maceió estava se modificando. Deixando de ser o Centro e a planície lagunar e passando a ser o Centro e os bairros da planície litorânea norte, Ponta Verde, Jatiúca e Mangabeiras. Pois, além da dinâmica comercial e da densidade, os bairros litorâneos possuem outras características inerentes às centralidades urbanas, tais como: diversidade de usos, valorização da terra, processo de verticalização, sistema de infraestrutura e equipamentos públicos (JAPIASSÚ, 2015, p.111).

Ainda de acordo com Japiassú (2015), o cenário de perfil socioeconômico da população aponta que os padrões mais altos localizavam-se à leste, tanto no platô (Cruz

das Almas, Barro Duro, Pitanguinha e Farol) quanto na planície litorânea norte (Ponta da Terra, Ponta Verde e Jatiúca). Já os padrões mais baixos ficariam a norte e oeste da cidade: Tabuleiro do Martins, Pinheiro, Jacintinho, Bebedouro, Mutange, Bom Parto, Vergel do Lago, Ponta Grossa, Levada, Centro e Pontal da Barra. Nos demais bairros expressa-se a média renda. Dessa forma, o padrão socioeconômico alto se refere principalmente à faixa litorânea dos bairros Pajuçara na planície litorânea central, Ponta Verde, Jatiúca, Cruz das Almas e Guaxuma. O padrão baixo localiza-se junto à Lagoa Mundaú, no limite norte da cidade e no centro comercial, Centro e Jaraguá. O resto do território corresponde ao padrão socioeconômico médio.

No bairro Centro e seu entorno, o uso comercial se destacava na orla do bairro de Jaraguá e no bairro da Levada. O uso de serviço era um uso relativamente expressivo nos bairros de Bom Parto, Trapiche da Barra, Jaraguá, Pitanguinha e Tabuleiro do Martins. No Jaraguá destacamos o porto, na Pitanguinha, o Quartel do Exército e no Tabuleiro do Martins, o Aeroclube, a UFAL e aeroporto. O uso misto era relativo principalmente aos oito corredores viários que conectavam os diversos bairros da cidade ao Centro e Jaraguá, as vias arteriais atraem a implantação de comércio e serviço em suas margens, devido ao grande fluxo de pedestre e veículos (JAPIASSÚ, 2015). Os bairros Centro e Jaraguá na planície litorânea central são bairros comerciais de serviço e assumem protagonismo nessa pesquisa, em função de sua dinâmica socioeconômica.

Nesse sentido, é importante elucidar que

o capitalismo do estado alagoano é do tipo colonial possuindo o arcaico e o moderno. A base econômica da parte costeira do estado conhecida como Zona da Mata é fundamentalmente canavieira caracterizada pela monocultura. Sabe-se que onde a monocultura se estabelece ocorre uma restrição de produção de outras culturas de modo que há concentração da renda obtida por esses agro-empresários que constituem uma ínfima parte da população alagoana mas que em contrapartida possui a maior parte da riqueza produzida no estado. Desse modo, esses grupos econômicos oligárquicos são os mesmos que ou comandam diretamente o poder no estado ou se articulam com os agentes políticos inserindo-se nas instituições de governo.

Dessa forma, o desenvolvimento industrial é inibido em Alagoas pelo setor canavieiro que tem impacto direto na divisão sócio-territorial do trabalho. a cidade de Maceió apresenta alguns desafios a serem enfrentados tendo em vista a superação com o passado oligárquico e excludente: deve haver um ordenamento territorial e funcional urbano que possibilite outras formas de produção e distribuição de riquezas, a partir de atividades como o turismo, o comércio e o setor imobiliário não predatório, superando inclusive o atrofamento do Estado de Direito

que tem caracterizado as relações políticas sócio-espaciais no estado e em Maceió. Quanto a gestão urbana de Maceió, configura-se “por conflitos de interesses que emanam de classes sociais, partidos políticos, sindicatos e setores privados da economia” (NOBRE, 2009). Portanto, deve-se pensar em construir um projeto político local e nacional com vistas à justiça social e que considere a totalidade em movimento.

1.2 Centros POP – Centro de Referência Especializado para Pessoa em Situação de Rua

O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - CENTRO POP, previsto no Decreto nº. 7.053/2009 e na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, constitui uma unidade de referência da Proteção Social Especial de Média Complexidade, de natureza pública e estatal. Em Maceió há duas unidades de Centro de Referência Especializado para Pessoa em Situação de Rua, Centro Pop I e Centro Pop II (mapa 1) localizados na Avenida da Paz, 1002 e na Avenida Tomás Espindola, 86, bairros Jaraguá e Farol, respectivamente.

Anteriormente, havia apenas uma unidade, a localizada no bairro Jaraguá. Em 2016, o Centro Pop de Maceió “dividiu-se” em dois, no que se refere a localização, todavia, as instalações do Centro Pop II seriam temporárias tendo em vista que o prédio não possui infraestrutura para o desenvolvimento pleno das atividades que são desenvolvidas na instituição. A decisão para que houvesse duas unidades, surgiu a partir de conferências municipais de assistência social, onde fora decidido por questões de territorialidade e por cobranças do Ministério Público, o desmembramento da instituição de forma que houvesse ações mais efetivas e direcionadas para a PSR da parte alta e parte baixa da cidade.

Mapa 1. Mapa de localização dos Pontos (A); Centro Pop II (B) e Centro Pop I (C).



Fonte: Acervo da pesquisa, 2022

Conforme o Plano Municipal de Assistência Social de Maceió (MACEIÓ, 2017), o Centro POP deve desenvolver trabalhos para a análise das demandas dos usuários, orientação individual e grupal e encaminhamentos a outros serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas que possam contribuir na construção da autonomia, da inserção social e da proteção às situações de violência, bem como, deve promover ainda o acesso a espaços de guarda de pertences, de higiene pessoal, de alimentação e provisão de documentação civil. Ademais, a instituição tem como atribuição proporcionar endereço institucional para utilização de referência do usuário. Os serviços de Centro POP pressupõem a alimentação de sistema de registro dos dados de pessoas em situação de rua, para assim permitir a localização da/pela família, parentes e pessoas de referência, subsidiando o acompanhamento do trabalho social.

Portanto, o Centro POP

volta-se, especificamente, para o atendimento especializado à população em situação de rua, devendo ofertar, obrigatoriamente, o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. Ou seja, deve ser ofertado para pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência e tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida (MACEIÓ, 2017, p. 63).

Ainda de acordo com o documento, o público previsto para ser atendido nas unidades Centro POP de Maceió, incluem “jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência” (MACEIÓ, 2017, p. 87). A rede socioassistencial deve buscar a construção de novos projetos de vida para a população atendida, todavia, respeitando as escolhas dos usuários e as especificidades do atendimento, mas, realizando ações para a reinserção familiar e/ou comunitária.

A infraestrutura das instituições deixa a desejar, principalmente a do Centro POP II, pois não há salas para recreação e convívio, assim como boas instalações de banheiros, refeitórios, lavanderias para que a população fosse atendida com mais dignidade e qualidade, além de não dispor de alojamento, não sendo esse um ambiente apropriado para o desenvolvimento dos trabalhos administrativos dos próprios técnicos.

O trabalho de assistência é pautado pelas especificidades de cada município, no caso de Maceió existem serviços de acolhimento que abordam a PSR nas ruas, chamado de serviço de abordagem social, onde a equipe especializada vai até a rua, identifica a pessoa em situação de rua, desenvolve vínculo como forma de integração do indivíduo aos serviços. É um trabalho fundamental e que paulatinamente vai tentando inserir ou reinsere o indivíduo a uma vida cidadã digna. Para tanto é feito um trabalho de direcionamento e encaminhamentos para diferentes serviços, pois na maioria das vezes, a PSR abordada não possui documentos e isso as impede de utilizar serviços e receber benefícios públicos como por exemplo pessoas que tem direito ao Benefício de Prestação Continuada - BPC; Bolsa Família.

Conforme a Política Municipal de Assistência Social, a equipe mínima necessária para o funcionamento do Centro POP deve ser composta por psicólogos, bacharel em direito, administradores, assistentes e educadores sociais (MACEIÓ, 2017), no entanto, atualmente, foi relatado que há a atuação de pelo menos uma equipe pela manhã e outra pela tarde, sendo compostas por: uma psicóloga, uma assistente social, uma educadora social, um coordenador técnico, um auxiliar administrativo; serviços gerais; cozinheira e a guarda municipal, que

geralmente são dois ou mais guardas.

Os profissionais do Centro Pop, se posicionaram, inicialmente, de modo defensivo, por temer que as análises sobre os espaços e atendimentos assistenciais fossem alvo de críticas. Deste modo, foi preciso explicar para cada um dos profissionais que a investigação se propunha a analisar o território usado da população em “em situação” de rua nos espaços públicos, e o Centro Pop seria o mediador para a realização da mesma. Os profissionais, de diferentes modos, mostravam interesse e curiosidade principalmente por ser de uma pesquisa geográfica. Afinal, seria a primeira vez que eles recebiam uma pesquisadora dessa área, a situação de rua comumente é temática na área de psicologia, assistência social e até direito

No que concerne a questão da saúde, também há serviços de abordagem direta na rua, é o chamado Consultório na rua, esse serviço é semelhante ao da abordagem social e muitas vezes é direcionado a partir do trabalho em primeira instância realizado pela equipe de assistência social. O consultório na rua, identifica, trata e redireciona para a rede de atenção básica as pessoas acometidas por alguma doença, ferimento ou certos estados fisiológicos como gravidez, incapacidade funcional de pessoas idosas e situação de desnutrição. Todavia, com a chegada da pandemia provocada pela COVID-19, alguns desafios se sobressaíram, como reconhecer e legitimar as peculiaridades dessa população, a qual faz da rua sua morada, ou seja, o que há de adaptável ou não para a assistência sobre a qual nos referimos. Os novos fluxos foram estabelecidos a partir da possibilidade de atender às demandas dessa população em ambientes fixos, vinculados aos Serviços da Assistência Social, com menor aglomeração possível.

A colaboração da equipe técnica formada por: psicólogos, assistentes sociais, educadores sociais, guarnição municipal, foi essencial para o desenvolvimento da pesquisa, desde o acesso aos documentos e aos equipamentos para a tabulação de dados até cooperação com a pesquisa, fornecendo informações e sanando questionamentos que surgem durante o acompanhamento dos serviços realizados e do levantamento de dados, além do consentimento para a realização de registros.

Os profissionais do Centro Pop, se posicionaram, inicialmente, de modo defensivo, por temer que as análises sobre os espaços e atendimentos assistenciais fossem alvo de críticas. Deste modo, foi preciso explicar para cada um dos profissionais que a investigação se propunha a analisar o território usado da população em “em situação” de rua nos espaços públicos, e o Centro Pop seria o mediador para a realização da mesma. Os profissionais, de diferentes modos, mostravam interesse e curiosidade principalmente por ser de uma pesquisa geográfica. Afinal, seria a primeira vez que eles recebiam uma pesquisadora dessa área, a

situação de rua comumente é temática na área de psicologia, assistência social e até direito.

Durante a fase vermelha do Covid-19 no município de Maceió, a equipe passou a realizar revezamentos para o trabalho presencial dos técnicos, com o intuito de evitar aglomerações e seguir as orientações do protocolo sanitário. Desta maneira, durante o mês de maio, o início do mês de junho e parte do mês de julho de 2021, foram acompanhados os atendimentos realizados no Centro POP (figuras 1, 2 e 3), isto é, realização de observações às ações dos Educadores Sociais de Rua, pedagogos, psicólogos e assistentes sociais, tendo acesso as pastas e fichas dos usuários, oportunidades de diálogos com funcionários bem como de observação da dinâmica da instituição, percebendo as principais demandas e situações mais recorrentes.

Figuras 1 e 2. Atendimento aos usuários do Centro POP II



Fonte: Acervo da pesquisa, 2021

Figura 3. Ambiente do Centro POP I



Fonte: Acervo da pesquisa, 2021

A pesquisa de campo nas unidades foi realizada às segundas, quartas e sextas-feiras em função das medidas de proteção bem como da disponibilidade do coordenador do Centro Pop II, quanto ao Centro Pop I, a pesquisa só pode ser realizada às quintas-feiras de novembro de 2021 mediante a autorização e disponibilidade da coordenação da unidade.

Muitos das pessoas atendidas já eram conhecidos há anos, travavam conversas com os educadores sociais e demonstravam a existência de uma relação de troca educada e até afetuosa, desse modo, o surgimento de alguém que não fazia parte da equipe e que observava tudo era um elemento curioso naquele cenário mais ou menos consolidado. Muito antes das 8 horas da manhã, horário em que se iniciava as atividades, esta população já começava a se organizar na frente do prédio, desse modo, buscou-se chegar bem cedo para acompanhar também essa movimentação bem como poder cumprimenta-los e apresentar-se brevemente antes do início dos atendimentos.

Com o passar dos dias e a partir de conversas com os servidores da unidade, foram apontando alguns espaços, tipos e eventos que se repetiam, assim como ritmos e trajetórias desta população. Acompanhar a rotina dos serviços de assistência possibilitou conhecer novoselementos do fenômeno, para além dos aspectos presentes nas literaturas específicas sobre o tema, o que me permitiu tecer novas reflexões e modificações na própria pesquisa.

1.3 Perfil da PSR de Maceió

Aqui pretende-se analisar o perfil da Pessoa em Situação de Rua de Maceió-AL,

buscando edificar uma reflexão apoiada na revisão bibliográfica e levantamento de dados em campo, inicialmente, pretendia-se ouvir, efetivamente as Pessoas em Situação de Rua, mas, não fora possível realizar essa etapa da forma idealizada, felizmente, o Centro Pop registra em suas fichas de cadastro e atendimento diários, a escuta qualificada realizada individualmente com cada usuário do equipamento social. Sendo assim, a partir da conclusão da tabulação de dados dos formulários de atendimento; da entrevista realizada com a coordenação da instituição e das observações das abordagens e oferta dos serviços ao público estudado, realizou-se a investigação quanto ao perfil desse seguimento populacional.

De acordo com Rego e Pinzani (2014), a fala; a escuta; o registro, a linguagem são ferramentas importantes no que se relaciona à dignidade e à autonomia individuais, os autores afirmam isso fundamentando-se no filósofo italiano Salvatore Veca, que defende que a linguagem é uma instituição social na qual é possível articular as experiências de sofrimento, que nesse caso, refere-se ao sofrimento da exclusão, da humilhação, da privação (VECA, 1997 apud REGO; PINZANI, 2014).

Nesse sentido, a escuta qualificada, mesmo que breve, porém registrada, passível de consulta e recorrência ameniza e acolhe a experiência da degradação, pois, as demandas do indivíduo são ouvidas, e, as mais básicas e emergentes como uma refeição, banho, atendimento médico são efetivamente atendidas.

Para Rego e Pinzani (2014, p.39), o sentimento de exclusão “representa uma erosão da autonomia individual, pois explicita uma desconexão da comunidade [...]”. A Pessoa em Situação de Rua é muitas vezes invisível e silenciada pela sociedade domiciliada, isso pode ser constatado cotidianamente no Brasil pela maneira na qual os pobres são descritos pelos membros da classe média e pela própria mídia.

No caso brasileiro, nossa pobreza, de modo geral, tem cor: é mulata, negra; e isso remete imediatamente à experiência da escravidão, instituição fundamental para a acumulação econômica no Brasil por trezentos anos. A escravidão, baseada na absoluta expropriação da pessoa do escravo, engendrou estruturas sentimentais e padrões de moralidade pública incompatíveis com as exigências normativas de uma sociedade decente³ (REGO; PINZANI, 2014, p.20).

Dessa forma, “o excluído, majoritariamente negro e mestiço, é estigmatizado como perigoso e inferior e perseguido não mais pelo capitão do mato, mas sim, pelas viaturas de

³ Avishai Margalit (1996 apud REGO; PINZANI, 2014, p. 53) distingue uma sociedade decente de uma civilizada. A primeira se caracteriza pelo fato de que suas instituições não humilham os indivíduos (macroético); a segunda pelo fato de que seus membros não se humilham reciprocamente (microético).

polícia com licença para matar pobre e preto” (SOUZA, 2019, p.88). A representação da pobreza na mídia muitas vezes fortalece a criminalização da pobreza e a concepção de estereótipos, por exemplo,

[...] quando um indivíduo pobre é chamado de “marginal”, de “preguiçoso”, de “vagabundo” ou é acusado de ser culpado pela sua situação, sem poder em nenhum momento oferecer sua visão da pobreza. Ao receber esse rotulo de membros perigosos, inúteis e sociais da comunidade, os pobres são de fato excluídos expressamente dela; porém, espera-se deles, ao mesmo tempo, que se comportem como membros comprometidos com ela. Os pobres no Brasil vivem continuamente em uma tensão: por um lado, são excluídos e humilhados por parte de um sistema econômico e legal que os prejudica; por outro, recebem o apelo a se considerarem parte do mesmo sistema e, assim, respeitarem suas regras e normas sociais e legais (REGO;PINZANI, 2014, p.20).

Nessa ótica, ser cidadão pressupõe dispor de um domicílio, sendo esta uma das bases da organização social em nosso sistema, que se relaciona diretamente com a lógica do consumo. Existem uma série de premissas à implementação da cidadania em nossa sociedade, as quais, pelas suas características, estão afastadas da condição de vida das pessoas desprovidas de um domicílio.

No livro *Espaço do Cidadão*, Milton Santos (2007), evidencia a “atmosfera” construída entre o poder do Estado brasileiro e a aceitação de uma racionalidade econômica imposta pelas grandes corporações e pela mídia, que proporcionam condições gerais da produção de infraestruturas, sistemas de engenharia e condições políticas que asseguram o avanço ou “forma superior de capitalismo”.

Dessa forma, os direitos políticos e individuais são desrespeitados, servindo de pontapé para o aumento da parcela de pobres. A obra, aborda questões constituintes da cidadania, enquanto uma instituição, sendo estas, a submissão do modelo econômico ao modelo cívico; a questão da cidadania aliada à cultura e ao território; a noção tão desejada do conceito de bem público a discussão sobre o salário mínimo; a compreensão da questão do uso do território e suas desigualdades e, das “distorções” territoriais, que exigem a introdução do território como categoria de análise social.

O autor discute sobre os modelos, econômico e cívico, e como se popularizou o discurso cientificista dos economistas do regime entre as massas, como foram influenciadas e se deixaram seduzir pela necessidade, interesse e vantagem do consumo, e como destituíram-se de sua cidadania. O modelo cívico é constituído por dois componentes essenciais, a cultura e o território, neste modelo a democracia e cidadania constituem um par dialético que ultrapassam o modelo econômico, pois nele há uma economia subordinada ao cidadão e não o contrário.

Portanto, os valores sociais amplamente difundidos em nossa sociedade, dentre os mais importantes atualmente são os que tentam sanar os anseios individuais de cada um através do consumo, criou-se a ideia de que ser cidadão é ser consumidor, ter a cidadania respeitada é ter acesso a produtos e serviços.

1.3.1 Quem são?

Em 2021, segundo a SEMAS, a partir dos novos cadastros e atendimentos realizados nos Centros Pop e por meio das abordagens da equipe do consultório na rua⁴, o universo da população em situação de rua aumentou para aproximadamente 3 (três) mil pessoas, nesse sentido, o governo estadual divulgou em julho de 2021 que houve um substancial acréscimo no número de famílias cadastradas em situação de rua.

Segundo o levantamento do ministério de cidadania, 980 famílias alagoanas vivem nas ruas, dentre essas, 507 são em Maceió. Este número representa o maior número da série histórica de famílias em situação de rua inscritas no cadastro único do governo federal, que teve início em agosto de 2012. Esses registros estão associados ao trabalho das instituições assistenciais para garantir o atendimento médico e imunização desse seguimento populacional dada o enfrentamento da Covid-19.

Iniciaremos essa abordagem por meio dos Registros Ampliados de Atendimentos Mensais (RAAM) do Centro POP II e I, nessa ordem, para seguir a ordem dos fatos. Foram disponibilizados pela coordenação da instituições, os compilados de atendimento referente ao período de janeiro à junho de 2021.

No período em questão, no Centro POP II foram atendidas 237 pessoas em situação de rua e foram registrados 98 novos usuários. Do total da PSR atendida, foram 195 homens e 42 mulheres, a equipe de atendimento socioassistencial relatou que os levantamentos realizados pela SEMAS e a demanda atendida revela que a PSR de Maceió é composta majoritariamente por homens. Dentre os novos casos, foram registrados 87 homens e 11 mulheres. Sendo 62% desses indivíduos com idades entre 18 e 39 anos; 32% com idades entre 40 e 59 anos; 5% com 60 anos ou mais e apenas 1% de adolescentes com idade entre 13 e 17 anos.

Os registros ampliados mensais contabilizam informações como escolaridade, ocupação e motivo de estar nas ruas. No que tange a escolaridade, do total de pessoas atendidas, 21% não sabe ler nem escrever; 59% não conclui o ensino fundamental, de modo

⁴ É uma modalidade de serviço de atenção primária à saúde, no âmbito da Estratégia Saúde da Família, oferecida pelo Sistema Único de Saúde para as populações em situação de rua.

que, apenas 7% conseguiu finalizar o ensino fundamental, 7% possui o ensino médio completo e 6% não concluiu o ensino médio, antigo 2º grau.

Quanto aos meios de vida, essa amostra de novos usuários se divide em: 62% realiza mendicância; 12% catador(a) de recicláveis; 11% trabalham como flanelinha; 6% carregador ou estivador; 4% atuam em atividades da construção civil, 4% como ambulantes e 1% informaram ser artesãos e/ou artista de rua. No que se refere a prática de mendicância, a equipe socioassistencial contou que muito dificilmente estes indivíduos desenvolvem apenas mendicância, pois, a partir dos diálogos que travam com eles e das observações fica implícito que essas pessoas realizam outras atividades para obter renda, que podem ser desde atividades informais à atividades criminosas.

Do total de pessoas atendidas e registradas nos relatórios mensais, 28% são migrantes vindos de outros estados do Nordeste e do Sudeste. Nesse sentido, o documento contabiliza dentre os novos casos quanto ao lugar de origem dos usuários, como forma de descobrir de quais bairros de Maceió ou outros municípios e estados a pessoa morava antes de estar nas ruas, e, assim poder fazer um trabalho mais direcionado.

Os motivos para estar vivendo nas ruas informados pelos novos usuários se categorizam em: 42% estão nas ruas por razões que envolvem o alcoolismo e a dependência química; 22% vivem em situação de rua em razão de conflito familiares; 14% afirmam que vivem nas ruas por estar em situação de desemprego; 6% afirmam ser andarilhos; 1% por conflitos decorrentes de sua orientação sexual, e, os 14% restantes afirmam outros motivos que não estão dentre as alternativas previstas no formulário. Essas outras razões incluem: “abandono por conta de transtorno mental”; “falecimento da mãe”; “ex-detento” entre outros motivos que não foram/são registrados com mais detalhes no documento.

Os resultados obtidos a partir dos relatórios mensais do Centro Pop I diferem dos resultados do Centro Pop II, pois, foram registrados 527 pessoas em situação de rua atendidas entre os meses de janeiro à junho de 2021, sendo 118 novos usuários. Do total e atendimentos realizado no Centro Pop I, 463 homens e 64 mulheres. Dentre os novos casos, foram atendidos 101 homens e 17 mulheres.

Sendo, 64% desse total de usuários com idades entre 18 e 39 anos; 34% com 40 a 59 anos e os 2% restante com 60 anos ou mais. No que se refere a escolaridade dos usuários, 5% não sabe ler nem escrever; 6% se declarou alfabetizado; 29% possuem o ensino fundamental incompleto; 20% iniciou mas não concluiu o ensino médio; 17% concluiu o ensino médio, e, 10% iniciou mas não concluiu o ensino superior.

Nessa amostra, os meios de vida dividem-se em 45% praticam mendicância; 12%

ganham a vida como franelinha, os outros 43% dividem-se entre atividades: limpador de vidro automotivo (4%); catador de recicláveis (6%); atividades na construção civil (6%); atividades de limpeza(5%); carregadores e/ou estivadores (7%); pescadores; ambulantes (7%); artesão/artista de rua (8%). Do total de pessoas atendidas nessa amostra do Centro Pop I, 37% são migrantes oriundos de estados do Centro-Oeste; Sudeste e Nordeste.

As razões apontadas para estar vivendo nas ruas incluem: Desemprego (30%); andarilho (27%); conflito familiar (20%); alcoolismo ou uso de outras drogas (11%); conflitos decorrentes da orientação sexual (4%) e outros motivos (8%), abandono familiar, perda dos pais, falta de moradia.

Durante as visitas aos Centro Pop, foram realizadas observações da dinâmica dos atendimentos e das realizações dos cadastros, foram realizadas ainda, conversas com os profissionais que atuam no Centro POP II, e em especial com a Coordenação da unidade, para assim identificar a relevância do trabalho assistencial, obter dados que interessem a pesquisa, descobrir qual a leitura realizada por esses profissionais frente ao fenômeno população em situação de rua em Maceió e aprender mais sobre o público pesquisado. Para tanto, foi elaborado um roteiro de entrevista com questionamentos pertinentes a atuação da instituição para com a PSR, havendo uma valiosa contribuição para pesquisa, Coordenação permitiu que a entrevista fosse gravada, os profissionais assinaram o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido), elevando o fornecimento de informações.

De maneira que, embora não fosse permitido realizar efetivamente as perguntas aos usuários da instituição, foi permitido participar dos atendimentos, ouvindo os relatos, registrando as respostas e vivenciando àquele ambiente assistencial. Com o auxílio dos coordenadores das instituições pesquisadas, foram selecionados pastas com os formulários dos usuários que possuem atendimento frequente, ou seja, que estão com cadastro ativo.

Dito isto, foram selecionados ao todo 400 (quatrocentos) formulários, sendo 200 (duzentos) usuários do Centro Pop I e os outros 200 (duzentos) do Centro Pop II. Essa amostra corresponde a atendimentos realizados no período de 2020 à 2021, sendo que alguns dos cadastros foram realizados em 2016 à 2019 se mantendo ativos devidos as demandas diárias dos usuários. Dessa forma, a instituição consegue mensurar o quantitativo que se mantém nas ruas, pois, continuam precisando dos serviços oferecidos, sobretudo, alimentação, higiene e encaminhamento médico.

A partir dos formulários é possível conhecer “quem é a Pessoa em Situação de Rua de Maceió-AL”, de maneira que, os formulários são constituídos por perguntas referentes as formas de acesso à instituição, isto é, se houve uma procura espontânea, se foi trazido pelo

GPOP⁵, pela equipe Consultório na rua, ou, encaminhado por alguma outra instituição; se a pessoa é migrante, se sim, qual a origem; sobre qual é o local de permanência, há perguntas também quanto ao perfil socioeconômico do indivíduo; documentação; identificação; condições de trabalho; condições educacionais; condições de saúde; situação de dependência química; situação de violação de direitos; se possui vínculos familiares, se há necessidade de encaminhamentos para outras instituições, há uma pergunta aberta sobre o motivo de estar nas ruas e a última é uma indagação quanto ao que a pessoa espera do serviço oferecido no Centro Pop.

No entanto, o formulário não questiona sobre a identificação étnica, bem como, não questiona diretamente há quanto tempo o usuário está vivendo nas ruas, não sendo possível verificar o perfil étnico, nem precisar o tempo em que o usuário vive nas de Maceió-AL. Por fim, há um breve texto discriminando os termos e normas de convivência da instituição seguidos pelas lacunas para que o indivíduo assinasse, aceitando assim ser usuário assistido pelo Centro Pop.

Os formulários aplicados antes da pandemia continham 4 (quatro) laudas (anexo), com a alta demanda durante o contexto pandêmico, e, a necessidade de seguir os protocolos sanitários fez-se necessário sintetizar as perguntas previstas na ficha para assim acelerar os cadastros dos novos usuários, fazendo com o que o novo formulário denominado “ficha de atendimento especial”, isto é, exclusiva para o período de pandemia, se apresente em apenas 2 (duas) laudas (anexo). Entretanto, os técnicos formularam essa ficha especial de forma a garantir a obtenção de informações essenciais, que expressem o perfil da PSR, com ênfase em suas demandas mais urgentes, que, muitas vezes se relacionam com o motivo de estar nas ruas.

Do total de indivíduos pesquisados (Tabela 2), 77% são homens e 23% são mulheres, com idades entre 13-17 anos (3%); 18-39 anos (65%); 40-59 anos (25%) e 60 anos ou mais (7%), sendo 88% com estado civil solteiro; 8% de indivíduos casados; 3% divorciados e 1% se declarou viúvo. No que se refere a grau de escolaridade, o perfil da PSR se divide em: 19% afirma não saber ler/escrever; 49% não concluiu o Ensino Fundamental, apenas 7% concluiu as duas etapas do Ensino Fundamental; 6% não conseguiu completar o Ensino médio, apenas 10% possui o Ensino médio completo, 1% iniciou mas não concluiu o Ensino superior e 8% restante não respondeu a essa questão.

⁵ O GPOP é um grupamento da Guarda Municipal de Maceió, Grupamento de Atenção à População de rua que foi criado em dezembro de 2010, para executar de forma complementar ações e atividades orientadoras e preventivas de segurança comunitária para o segmento social

Característica	Centro Pop I	Centro Pop II	Amostra total
Sexo			
Masculino	162	145	306
Feminino	38	55	94
Idade			
13-17 anos	7	5	12
18-39 anos	124	131	255
40-59 anos	47	51	98
60 anos ou mais	19	7	26
Não soube respondeu	3	6	9
Estado civil			
Solteiro (a)	156	155	311
Casado (a)	18	11	29
Viúvo (a)	0	2	2
Divorciado (a)	3	9	12
Não respondeu	23	23	46
Grau de escolaridade			
Não sabe ler/escrever	44	32	76
Ens. Fundamental Incompleto	100	98	198
Ens. Fundamental Completo	16	12	28
Ens. Médio Incompleto	11	15	26
Ens. Médio Completo	17	21	38
Ens. Superior Incompleto	1	2	3
Ens. Superior Completo	1	0	1
Não respondeu	10	20	30

Quadro 2. Perfil da PSR de Maceió-AL 2020-2021

Fonte: elaborado pela autora (2022).

Na entrevista realizada com o coordenador do Centro POP II, ele relata que: em linhas gerais, - o perfil do nosso usuário com base nessa ficha, que a gente tenta contabilizar: usuários de drogas ilícitas; migrantes que frequentemente apresenta um alto número e pessoas com transtorno mental. Outra coisa a ser destacada é que há uma quantidade mínima de mulheres, a maioria dos nossos usuários são homens.

No que diz respeito a Profissão, os usuários forneceram as mais variadas respostas, tais como: recepcionista; cuidador (a) de idosos; barbeiro; chapeiro; servente de pedreiro; pedreiro; porteiro; contador; pintor industrial; pintor; secretária do lar; técnico de informática; motorista; manobrista; cabeleireiro(a); vidraceiro; auxiliar de carga e descarga; artesão; soldador; estucador (gesso); auxiliar de produção; eletricista; vendedor (a); costureiro industrial; agricultor; técnico em radiologia; cozinheiro(a); carpinteiro; pescador; mecânico; garçom.

Já quanto a ocupação ou meio de vida, as respostas limitam-se a: pedreiro; servente; pintor; jardineiro; atividades de reciclagem; flanelinha; cuidador de carro; estivador; ambulante; ajudante de barraca de praia; artista de rua e prática de mendicância. Muitas dessas respostas aparecem no formulário como opções a serem marcadas, pois, são as respostas mais frequentes. Em alguns formulários, é possível encontrar respostas como: atividades relacionadas a venda de drogas e a prostituição. Contudo, a amostra analisada pode ser expressa da seguinte maneira:

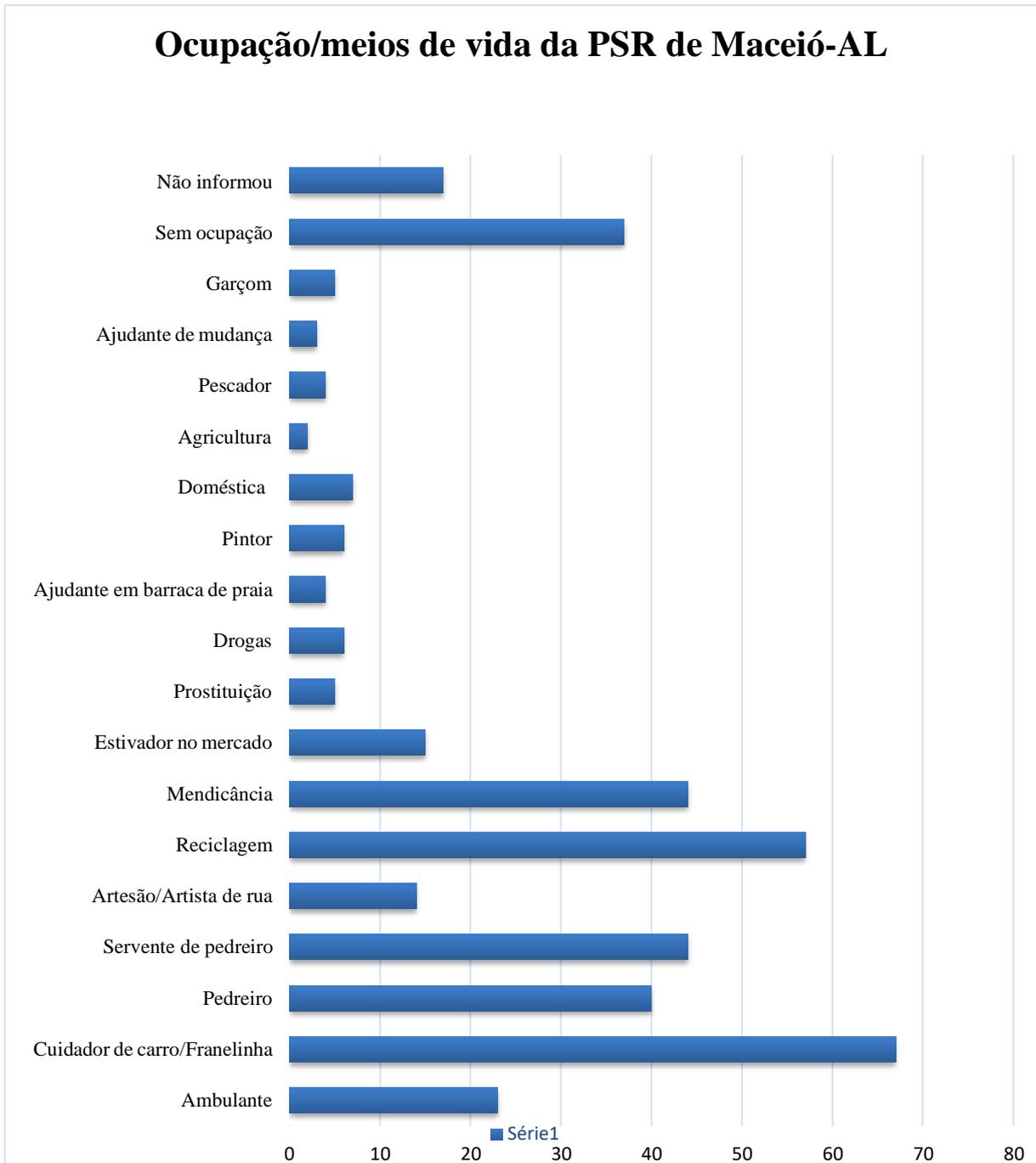


Gráfico 1. Ocupação/ meios de vida da PSR de Maceió-AL

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

É válido ressaltar que na maioria dos formulários em que a resposta “mendicância” está marcada, não possui apenas essa resposta como ocupação, o que sugere que a prática de mendicância funciona como uma espécie de tentativa de complementação do meio de sobrevivência. As respostas dadas pelas pessoas em situação de rua, expressam que esse seguimento populacional é composto majoritariamente por pessoas que possuem potencial de mão de obra, mas que pelas circunstâncias, informalidade, ausência de registro ou seguridade de seus eventuais trabalhos acabam sendo contabilizados como “desocupados”.

Esse perfil é confirmado pelo coordenador da unidade II do Centro Pop a partir da entrevista realizada [...] *em geral é um público adulto e em idade ativa, é raro aparecer criança, deficientes e idosos, mas quando aparece a gente acolhe e encaminha ou orienta e/ou aciona o conselho tutelar, ministério público, defensoria pública.*

Ainda sobre as ocupações dos usuários, na entrevista realizada com o coordenador, há uma fala que destaca que os principais meios de vida da PSR de Maceió-AL são: *trabalhos informais como flanelinha, catador de recicláveis, mendicância, atividades em construção civil também aparecem muito, pintor, servente de pedreiro, tem aparecido também muitos ambulantes, artesão e até aposentados, o aposentado teoricamente tem sua renda fixa, mas há uma grande parcela que compromete sua aposentadoria com empréstimos bancários por conta própria ou vítima de golpes e também tem àqueles que não conseguiram se aposentar mas que trabalharam a vida toda, porém não tem comprovação e nem contribuíram para o INSS, nesse ultimo caso a gente orienta e dá assistência para que consiga o direito da aposentadoria pelo LOAS.*

Nesse sentido, o coordenador relata que o Centro POP II está sem cadastrador há um tempo, o que acarreta em mais encaminhamentos e acúmulos de função para a equipe de assistentes sociais e psicólogos. É relato que o maior número de encaminhamentos são feitos para a defensoria pública em questão da documentação básica, pois: *- muitos chegam aqui no POP sem o registro de nascimento e o primeiro passo para solicitar os outros documentos é o registro de nascimento ou de casamento, daí a gente encaminha para a defensoria pública, esta emite um ofício solicitando do cartório essa nova via de registro e muitas vezes o cartório é de fora do estado e o usuário não sabe qual é o cartório em que foi registrado, exemplo, se o usuário for de São Paulo, quantos cartórios tem em São Paulo? Como descobrir onde o usuário foi registrado... então assim, são muitas dificuldades e como eu dissemos no início da nossa conversa, os usuários são imediatistas justamente em razão da vida que eles levam.*

Nessa perspectiva, quando perguntados sobre a razão de estar vivendo nas ruas, os motivos elencados se classificam em: Alcoolismo e/ou dependência química; conflito familiar; desestruturação da família; dificuldades financeiras e desemprego (Gráfico 2).

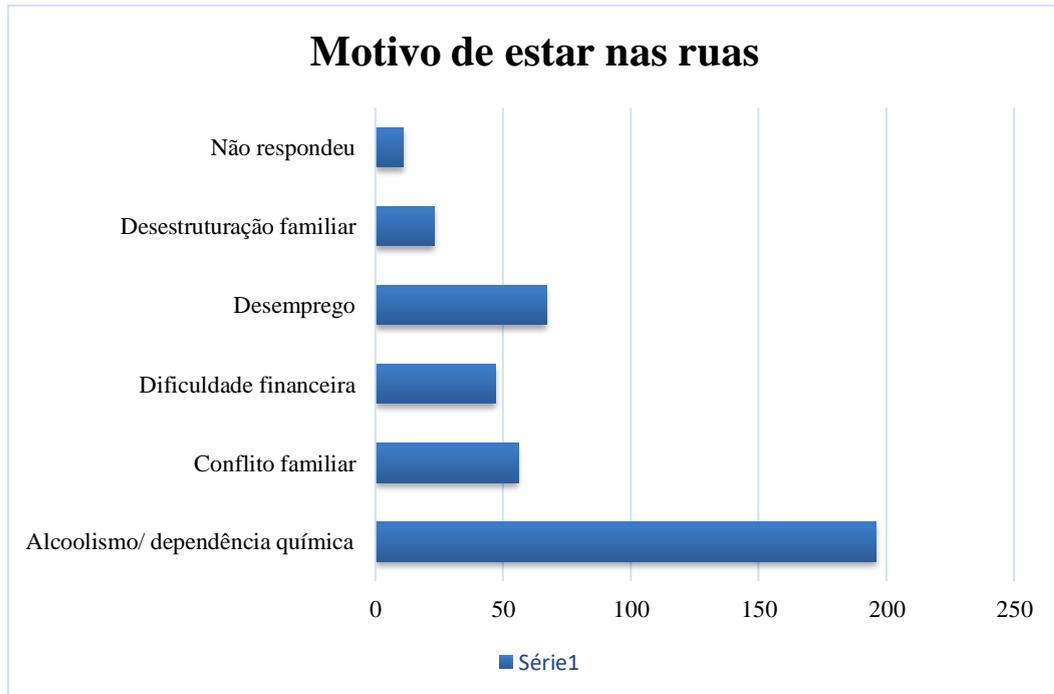


Gráfico 2. Motivo de estar nas ruas

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Esse resultado coincide com o relato feito pelo coordenador do Centro POP II quando questionado sobre quais são as principais razões identificadas para que os usuários dos serviços estejam nas ruas, o coordenador respondeu que varia entre desemprego, dificuldades financeiras, conflitos familiares e drogadição, - *a gente deixa esse questionamento aberto, sem dá alternativas, pois as vezes eles não querem explicar as razões, e logo em seguida já explicita o que espera do serviço, que em geral é alimentação, banho, lavar roupa... você vai perceber isso nas fichas. E por fim, a gente explica mais ou menos as regras de boa convivência da unidade e o usuário assina o termo aceitando as normas de convivência.*

Essas categorias se relacionam entre si, uma vez que, por exemplo, as dificuldades financeiras surgem a partir da situação de desemprego e ausência de renda, a dependência química acarrete em uma situação de conflito familiar que resulte na desestruturação da família etc. Nesse sentido, a situação de uma moradora de rua registrada em março de 2021 exemplifica as citadas categorias e resume o motivo pelo qual a mesma está vivendo nas ruas:

Fica/dorme nas calçadas da Loja Americanas e/ou na orla da Praia da Avenida, ensino fundamental incompleto, não tem profissão, mas trabalha com reciclagem, sem rede de apoio. Está na rua há 4(quatro) meses, foi agredida pelo companheiro, alega ter sido roubada, levaram seus documentos (PSR, mulher, 31 anos).

Observou-se que há inúmeras razões e necessidades que levam uma pessoa a habitar as ruas de Maceió, optou-se nesse trabalho agrupa-las seguindo as categorias previstas pela instituição/fonte dos dados. Contudo, é válido trazer aqui alguns dos registros na íntegra como forma de revelar a realidade dos usuários que compõem a pesquisa, sobretudo, àqueles com as situações mais recorrentes nesta amostra, tais como:

Homem, 32 anos, vivia com o avô, o mesmo faleceu e os herdeiros o expulsaram e venderam a casa, alega ser usuário de crack, demanda abrigo e encaminhamento para Comunidade Terapêutica.

Homem, 39 anos, relata ter deixado a casa para a ex-companheira e filhos, dependente químico, por isso se separou e vive nas ruas.

Homem, 41 anos, migrante, desde abril de 2020 em situação de rua e há 3 (três) meses em Maceió, estava em tratamento na Comunidade Terapêutica, mas não consegue se adaptar. Demanda abrigo e passagem para seu estado de origem Bahia.

Homem, 19 anos, morava com a avó, saiu de casa por conta do vício, chegou no Centro POP machucado, foi tratado e encaminhado pela equipe do Consultório na Rua.

Homem, 46 anos, morava em Rio Largo-AL, dependente de crack há 11 anos, residia com a irmã, foi expulso e veio para Maceió, buscou ajuda por meio da SEPREV.

Mulher, 25 anos, usuária afirma está gestante, encaminhada para Defensoria Pública para obter vaga em abrigo. Está nas ruas desde a morte de sua mãe, pois a mesma a sustentava.

Homem, 32 anos, relata ter brigado com conhecido, responsável pela boca de fumo onde morava, vive nas ruas por medo de voltar, não tem apoio dos familiares. Demanda emitir documentos para ir embora do Estado.

Homem, 50 anos, em Maceió há 1 ano, morava no Trapiche e está nas ruas por ter se

separado da esposa. Em outra situação ficou na rua por 24 dias na rua.

Esses relatos se enquadram em “Alcoolismo/dependência química”; “conflito familiar” e “desestruturação da família”, percebe-se que é possível descobrir o tempo em que os usuários vivem nas ruas a partir da questão “motivo de estar nas ruas”, de maneira que, há casos em que o usuário passa a ser morador de rua por alguns dias e outros há anos, e, há casos em que o indivíduo nunca foi domiciliado, isto é, sempre morou na rua:

Mulher, não informou a idade, usuária afirma viver na rua desde sempre, filha de moradora de rua, já ganhou casa, mas não se adapta.

Homem, 39 anos, conta que mora nas ruas de Maceió há mais de 30 anos, desde a separação dos pais e doação dos filhos. Trabalha de servente, as vezes dorme na casa de conhecidos.

Homem, 52 anos, dependente químico, possui residência, mas está alugada, usa o dinheiro para sobreviver. Vive há 6 anos nas ruas de Maceió.

Nesse sentido, na entrevista, o coordenador elucidou que de fato há pessoas que possuem residência, muitas vezes alugadas ou cedidas e que – [...] *essas pessoas vêm ao Centro POP única exclusivamente pelo atrativo da alimentação e até para questões de higiene por não dispor de saneamento básico ou ter a sua água cortada*. Ele esclarece ainda, que essa condição está muito atrelada ao desemprego e a dependência química.

E completa: - *Quando o usuário informa que possui casa, nós os encaminhamos para o CREAS ou CRAS, quando o usuário possui pelo menos o CPF e o RG já o encaminhamos para o cadastro do bolsa família, caso não tenha solicitamos a documentação, se o indivíduo relatar dependência química encaminhamos para o CAPS-ad ou para a SEPREV que é a comunidade Terapêutica. A maioria dos usuários, sobretudo, famílias são encaminhados para o CASA que é Centro de Atenção Socioassistencial que trata justamente de benefícios eventuais como cesta básica, kit de higiene, aluguel social.*

Sobre a rede de acolhimento pública, isto é, albergues, abrigos e casas de passagem, o coordenador relata que - *é limitada ao albergue municipal no bairro Poço e à casa de passagem familiar localizada na ladeira da catedral, mas se tem também rede de acolhimento privada, é o albergue da Pitanguinha, porém existe uma parceria extraoficial com a prefeitura e há também instituições filantrópicas que oficialmente recebem incentivos*

financeiros, mas não sei como está atualmente por conta da lei orçamentária anual. Afim de esclarecer como é feita essa parceria extraoficial, o coordenador explica: por exemplo, pra entrar no albergue da Pitanguinha (Albergue Noturno Paulo Apóstolo), o usuário precisa dispor de um nada consta, nesse caso, a gente não pode encaminhar, mas o orienta e fornece a documentação necessária.

Nessa perspectiva, o coordenador relatou que - *Em geral os usuários do POP exigem, muitos se comportam na defensiva em razão do contexto em que eles vivem, a psicóloga presente no momento da entrevista complementa que a PSR atendida é muito imediatista: Eles chegam dizendo “eu quero comida, eu quero banho, eu quero a ordem pra você tirar minha documentação, eu quero encaminhamento pra ir pra não sei onde, eu quero uma cesta básica”.*

A profissional enfatiza que em sua experiência trabalhando com essa população, dentre trabalhos de abordagens na rua à atendimentos na instituição, percebeu como esse imediatismo da PSR determina sua incapacidade de desenvolver uma vida domiciliada, tendo em vista que: - *[...] eles se adaptam a viver em barracos, em condições inviáveis para o desenvolvimento da vida... e mesmo o Governo Federal fazendo programas de doações de casas eles acabam vendendo tudo e voltando a morar assim, em barracos e nas calçadas, a gente observa isso facilmente alí no Jaraguá, pois para convencer a população que morava em barracos a morarem nos apartamentos construídos no mesmo bairro foi um sufoco!*

Não obstante, o coordenador destaca que muitas pessoas manifestam interesse em serem contemplado com uma moradia, porém teria que haver uma espécie de fiscalização rigorosa para que não se desfizessem das casas e nem dos aparelhos que a compõe, como vasos sanitário, portas e janelas, pois: - *Eles vendem para saciar o vício em drogas e para pagar dívidas, muitas delas também relacionadas a dependência química.*

Nesse sentido, contam a história de uma família inteira de moradores de rua, que ganharam visibilidade com o nascimento de gêmeos na família, desse modo, tiveram repercussão midiática, receberam doações e ajuda para saírem das ruas, mas acabaram voltando às ruas pouco tempo depois, pois não conhecem outro modo de vida além do fato da família estar imersa ao mundo da criminalidade, a avó por exemplo é a líder de uma boca de fumo.

A psicóloga acredita que: - *para a saída efetiva das ruas, teria que ser feito um trabalho educacional muito forte e bem articulado e que a gente não tem nem sequer um projeto nesse sentido [...] teria que haver uma espécie de creche escola, que desse suporte a família, que mostrasse outros caminhos e que permitisse a construção, paulatinamente desse*

algum tipo de perspectiva. Por outro lado, eles estão tão acostumados a não ter visibilidade que nem sempre são receptivos a aceitar ajuda, e a abraçar a oportunidade.

O coordenador destaca que os usuários sempre perguntam pelo Programa minha casa minha vida, procuram saber: *quando é que vai ter, quando é que sai?* No entanto, conforme o coordenador, o último projeto habitacional, foi entregue em 2017, ano em que ocorreram sorteios de chaves de casas deixando muitos retardatários.

Para o coordenador, os projetos habitacionais revelam a mesma lógica de comportamento dos usuários para com o auxílio emergencial, pois: *[...] até o momento que 'eu não tenho nenhum tipo de ganho, eu não me interesso em ter nenhum tipo de documentação', tira o documento e perde facilmente..., mas quando no ano passado começou a fechar tudo e falou-se no auxílio emergencial, os usuários voltaram a solicitar documentos, só que com tudo fechado ficou complicado demais. O que a gente teve de demanda reprimida e continua tendo... porque muita coisa é feita por agendamento e agendamento depende de outros fatores, por exemplo, para a emissão da identidade precisa-se do número do CPF e muitos não tem... daí fazemos o quê? pegamos o CPF de algum usuário que tenha e mandamos tudo junto, só que com a observação 'usuário sem CPF' pra pelo menos adiantar o processo.*

Quanto a atuação de instituição filantrópica para com o acolhimento e ações assistenciais, o coordenador destaca a: - *[...] a Casa de Ranquines que via parceria com a prefeitura construíram uma casa de passagem São Vicente de Paulo dirigida pelo Frei João, fica lá na Praça dos Leões. A existência dessa Casa de passagem foi fomentada pela necessidade do contexto pandêmico, tendo como início de sua organização o abrigo provisório em uma escola do Centro de Maceió, as condições de aglomeração e de precarização desse abrigo improvisado foi exposto pelo Movimento Nacional de PSR de Maceió via redes sociais, ganhando repercussão, apoio filantrópico e mais tarde incentivos municipais, culminando na construção Casa de Passagem São Vivente de Paulo, também no Centro de Maceió.*

O formulário também questiona se o indivíduo é migrante e em seguida discrimina o lugar de origem do mesmo. Sobre esse aspecto, dentre os usuários da amostra desta pesquisa 28% são migrantes, vindos de outros estados do Nordeste, do interior de Alagoas e de alguns estados do Sudeste. A ficha também compreende questões sobre condições de saúde, que inclui transtornos psiquiátricos, deficiência física, necessidade de tratamento por medicamento controlado entre outras condições. A questão da dependência química ocupa um largo espaço na ficha, pois é questionado se o usuário faz uso de alguma substância, qual

o grau de dependência, qual a/as drogas; se realizou/realiza ou tem pretensão de realizar tratamento; qual o local de tratamento, solicitando que o usuário informe também o tempo de tratamento.

É possível identificar por meio do formulário de atendimento o local de permanência de cada usuário, sendo esse um importante aspecto a ser enfatizado neste trabalho. Nessa perspectiva, a psicóloga, ressalta que não se identifica uma grande rotatividade da PSR, de modo que: *eles não migram muito de lugar, só quando tem algum problema com a comunidade, comumente por dívidas de drogas... aí sim, eles mudam de bairro e passam a utilizar o outro Centro POP ou dão uma sumida. Mas normalmente eles procuram viver como mesmo grupo e no mesmo território.*

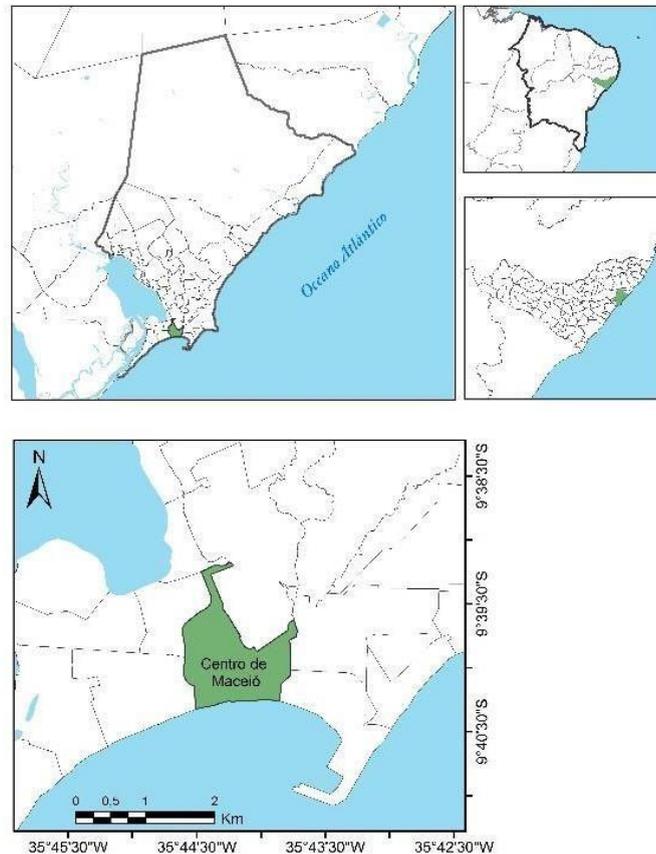
Essa narrativa sugere que o uso e ocupação dos moradores das ruas de Maceió se dá seguindo relações de território, de maneira que, alguns desses espaços produzidos possuem qualidades distintas e se diferenciam no conjunto geral de espaços que compõem o fenômeno. A nomenclatura “lugar de permanência” se justifica pelo fato de que estes espaços se configuram teoricamente de modo complexo e são dotados de certo hibridismo, principalmente, em relação aos conceitos de território e lugar.

1.3.2 Onde estão?

A população em situação de rua, embora não contabilizada nos censos demográficos, está cada dia mais visível nas ruas e praças das grandes cidades, buscando novas estratégias que garantam sua sobrevivência nesse ambiente que é, ao mesmo tempo, fonte de renda e moradia. Ao analisar que a rua é o local de moradia dessa população em razão das insuficientes instalações em albergues e casas de passagem, é relevante considerar como campo empírico para a pesquisa o local onde há maior concentração desse seguimento populacional, de modo a observar a dinâmica que envolve permanências e mobilidades.

Para tanto, conforme o levantamento publicado pela SEMAS de que das três mil PSR que vivem nas ruas de Maceió, cerca de mil concentram-se no bairro Centro, decidiu-se que o este seria o campo empírico (mapa 1) para a investigação. Para isso, é importante conhecer e reconhecer esse “outro mundo”, pois, paradoxalmente, a rua é o lugar de subsistência, ela refugia pessoas que nela ou dela vivem, tornando-se oásis para suas penúrias e sofrimento” (NUNES e SOUZA, 2020).

Mapa 2. Mapa de localização do campo empírico da pesquisa.



Fonte: Acervo da pesquisa, 2020.

A partir do acesso às fichas, foi possível realizar tabulação dos dados interessantes à pesquisa, de maneira que, foram identificados os principais locais de permanência da população em situação de rua. Recapitulando, foram tabulados 200 formulários de usuários do Centro Pop II e outros 200 formulários no Centro Pop I, totalizando uma amostra de 400 usuários com informações de usuários cadastrados desde o ano de 2016 até o ano de 2021, foram selecionadas fichas de usuários ativos, ou seja, que fazem uso dos serviços e que ainda se encontram em situação de rua. Foram feitas observações nos arredores do Centro da cidade, sobretudo, as praças mais recorrentes no levantamento como a Praça dos Martírios (figura 4) (mapa 3); Praça Dom Pedro II, mais conhecida como Praça da Catedral (figuras 05 e 06) (mapa 4); Praça da Cadeia; Praça Sinimbu, Praça Centenário, Parque Conçalves Lêdo, fora as áreas central, foi visitado o camelódromo, onde alguns usuários desenvolvem trabalho informal e também a Estação ferroviária da CBTU (Companhia Brasileira de Trens Urbanos) Jaraguá e Mercado do Artesanato (mapa

5), onde alguns moradores de rua tendem a realizarmedicância, bem como, fora visitado o perímetro do mercado da produção, centrais de reciclagem e ferro velho (mapa 6) e a área central do comércio (figuras 7 e 8) (mapa 7) e as proximidades da praia da Avenida da Paz (figura 9) (mapas 8 e 9).

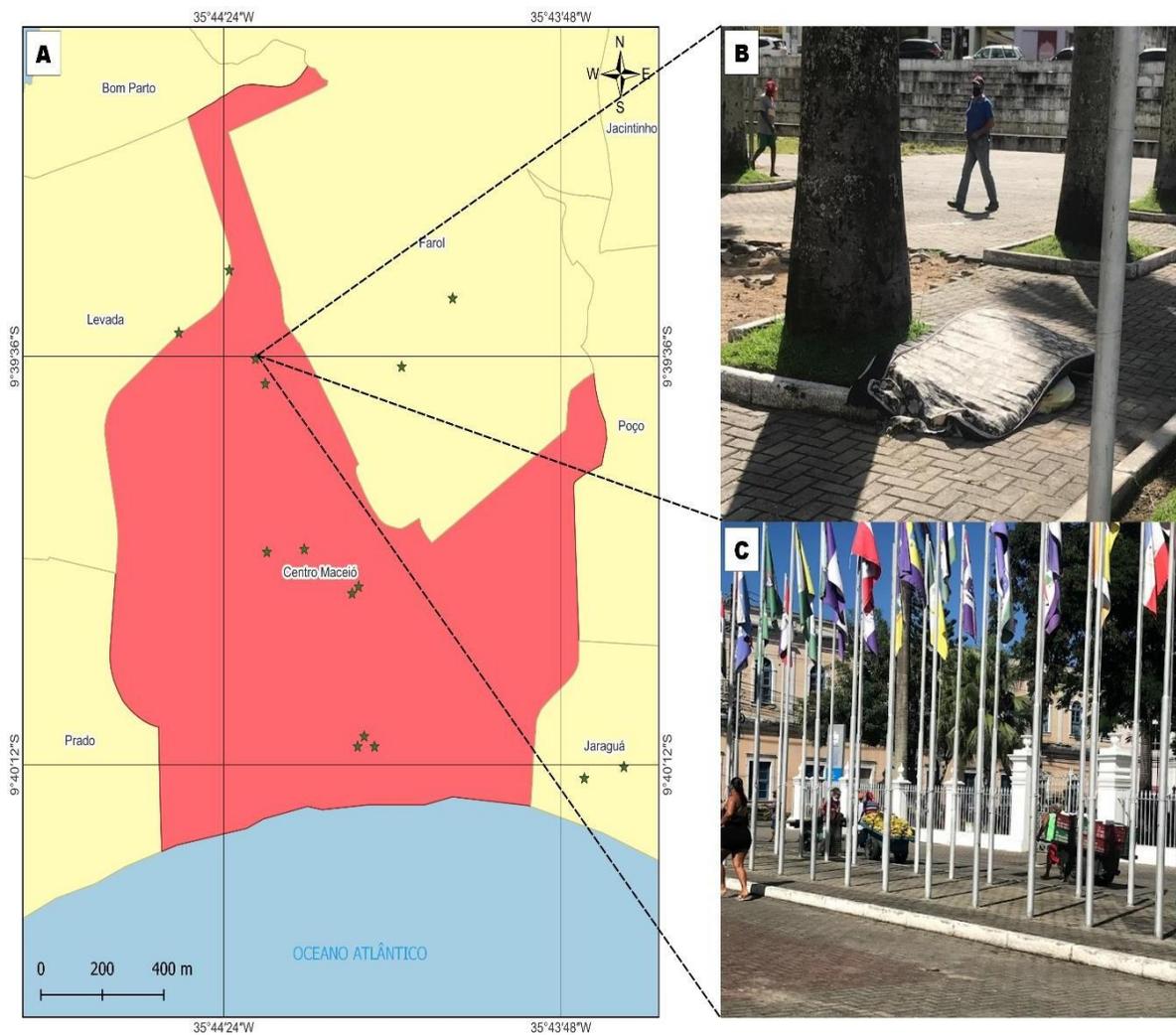
Vale ressaltar que não foi possível registrar todos os espaços investigados por não tero consentimento e o risco de causar um eventual incômodo ou constrangimento as pessoas envolvidas. Salienta-se ainda que

estas permanências por meio de lugares se configuram como espaços de referência dotados de inúmeras formas e com múltiplos significados na organização da vida cotidiana desta população. Todavia, estes espaços não devem ser entendidos unicamente a partir de uma ideia de singularidade para a constituição identitária e existencial desta população, pois neles se acumulam e sobrepõem inúmeros outros aspectos diferenciais, contraditórios, ambíguos e conflitivos que ultrapassam a noção de lugar somente em uma perspectiva humanista e/ou cultural (ROBAINA, 2015, p.98).

Figura 4 Ocupação da PSR na Praça dos Martírios, localizada no Centro de Maceió.



Mapa 3. Mapa de localização dos Pontos (A); Sinais de ocupações de PSR na Praça dos Martírios (B) e Carregadores de frutas e verduras que habitam nas ruas do Centro da cidade (C).



Fonte: Acervo da pesquisa, 2021

Figuras 05 e 06. Ocupação da PSR na Praça da Catedral



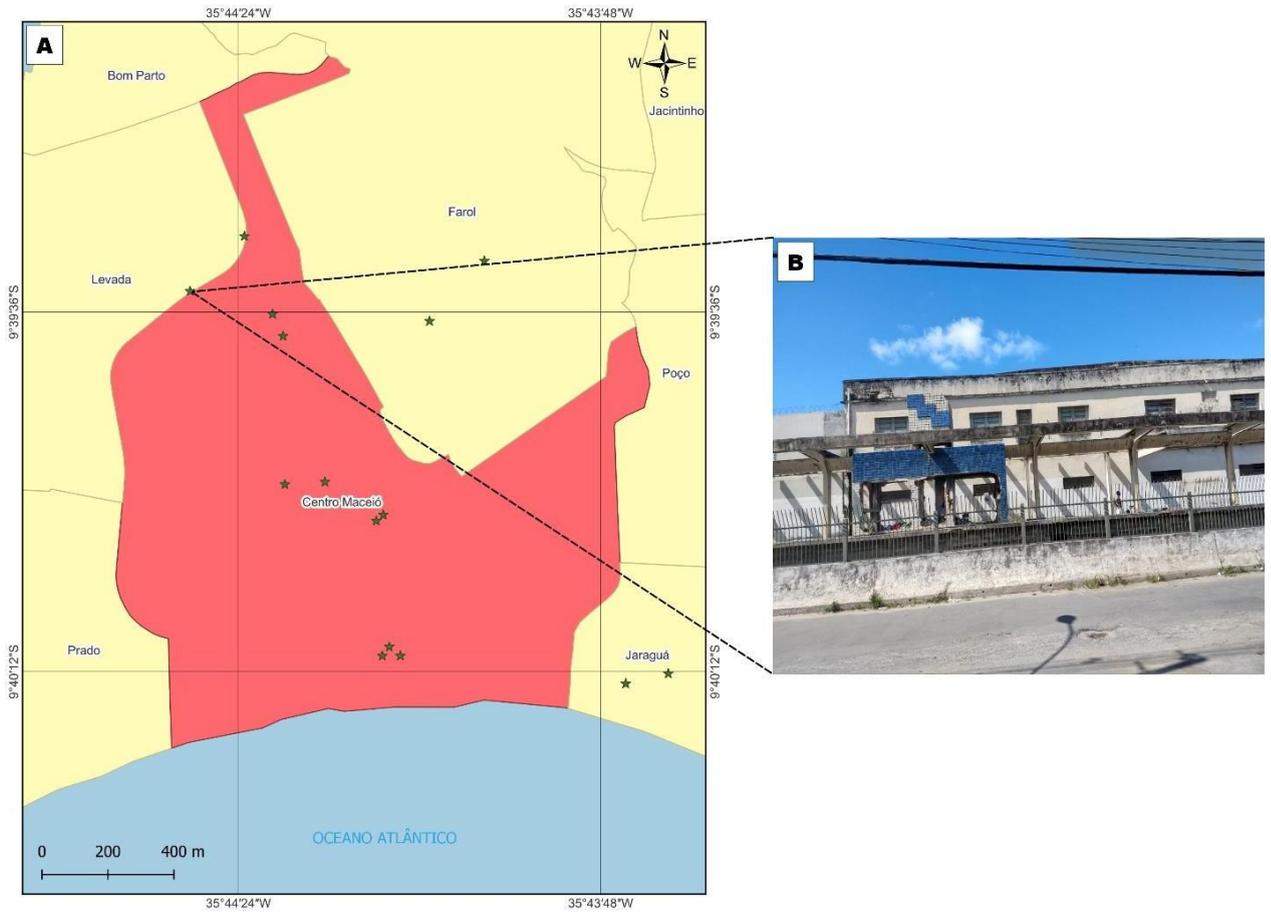
Fonte: Acervo da pesquisa, 2021

Mapa 4. Mapa de localização dos Pontos (A); Presença de Pessoas em Situação de Rua na Praça Dom Pedro II (B) e (C).



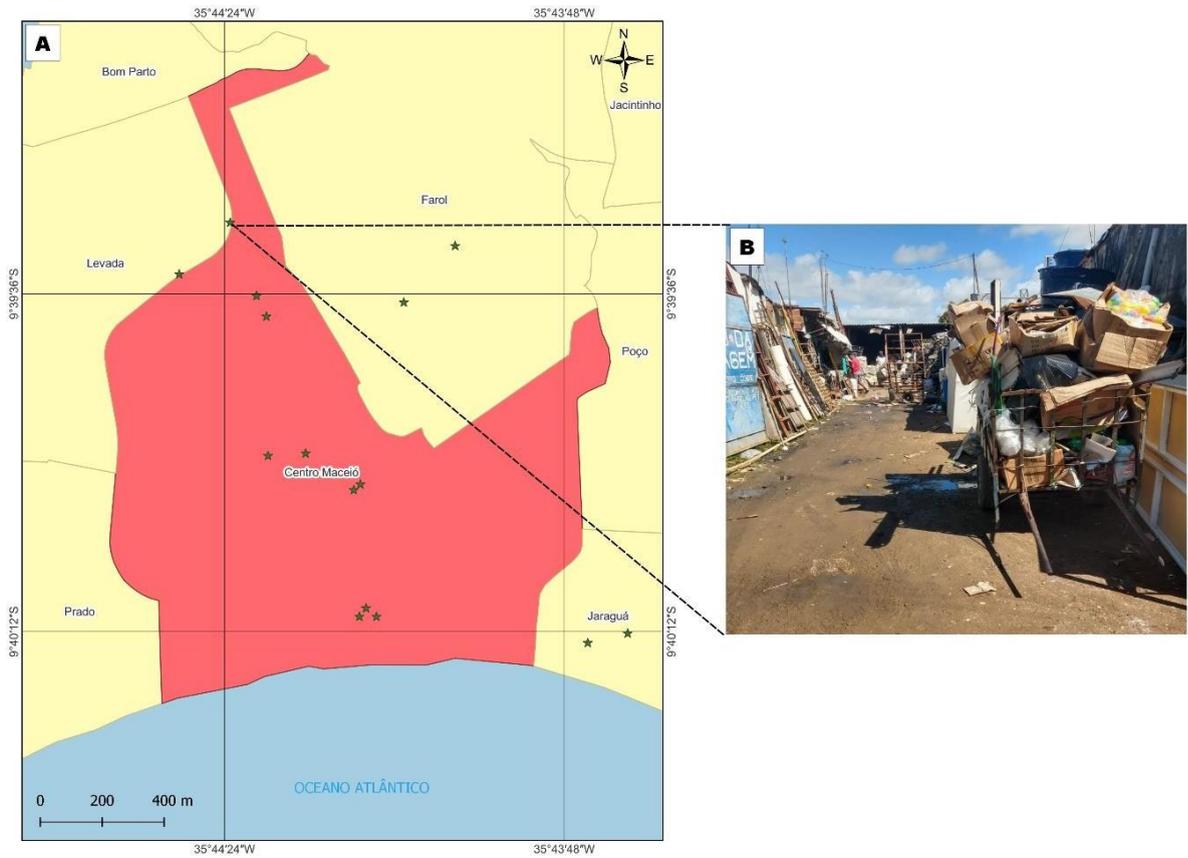
Fonte: Acervo da pesquisa, 2022

Mapa 5. Localização da Estação de trem com ocupação de PSR, em frente ao Mercado de produção



Fonte: Acervo da pesquisa, 2022

Mapa 6..Localização do Espaço de reciclagem e ferro velho, nos entornos do Mercado da produção



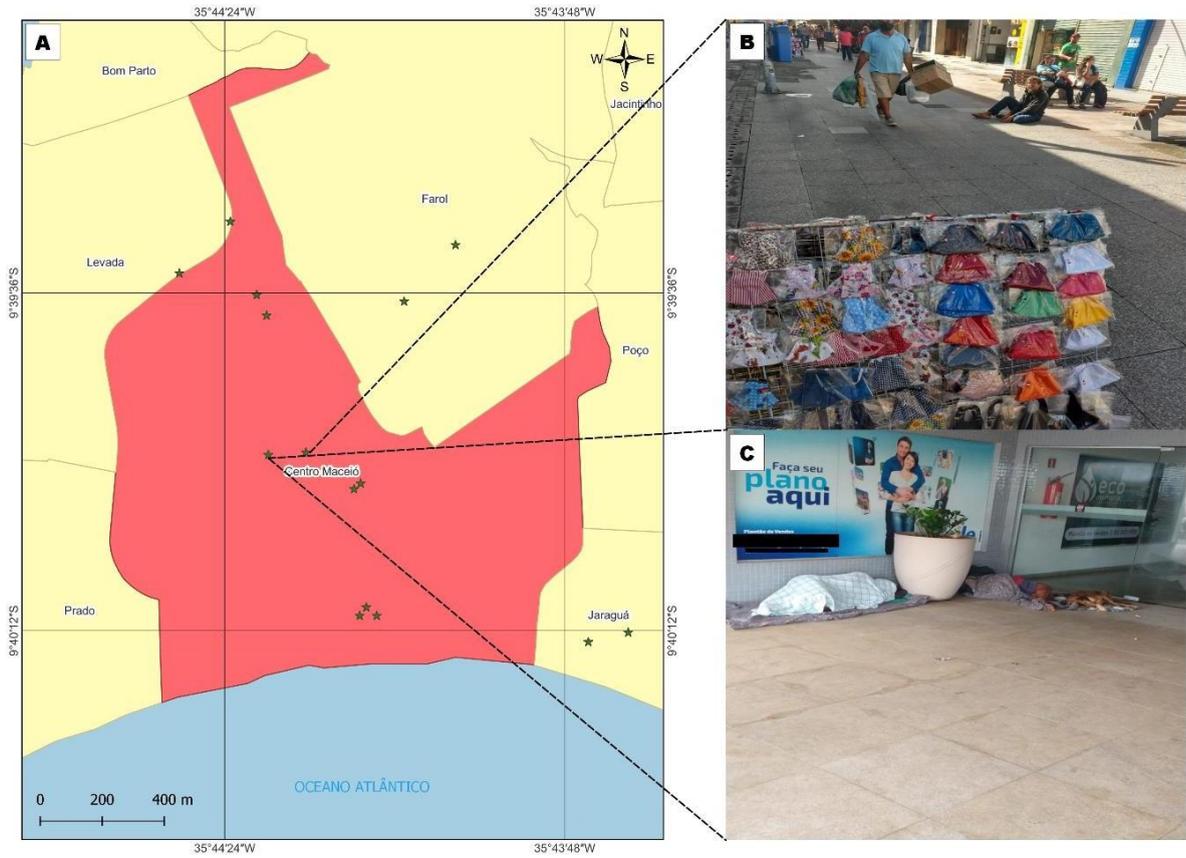
Fonte: Acervo da pesquisa, 2022

Figuras 07 e 08 Presença de PSR no centro comercial



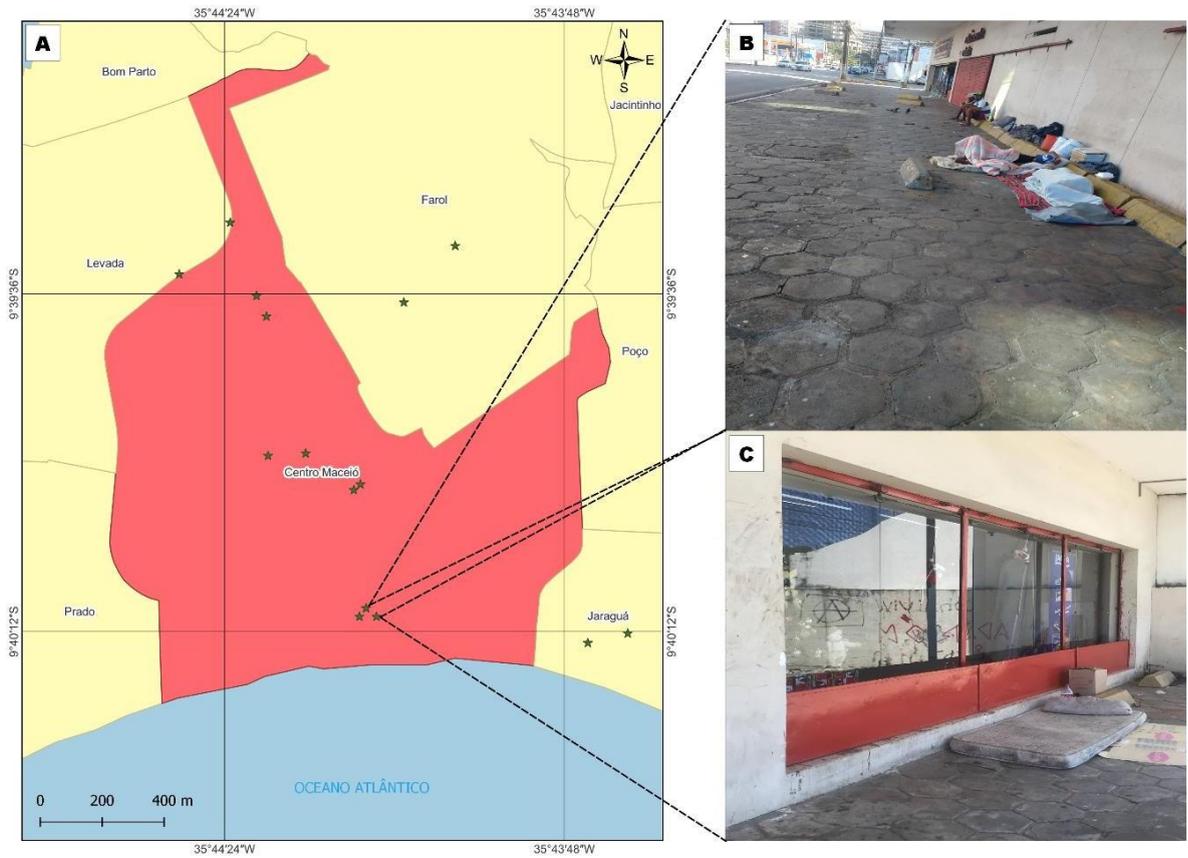
Fonte: Acervo da pesquisa, 2021

Mapa 7. Localização de registros da Presença de PSR no centro comercial



Fonte: Acervo da pesquisa, 2022

Mapa 8. Localização dos registro de Presença de PSR nas limitações da Praia da Avenida da Paz



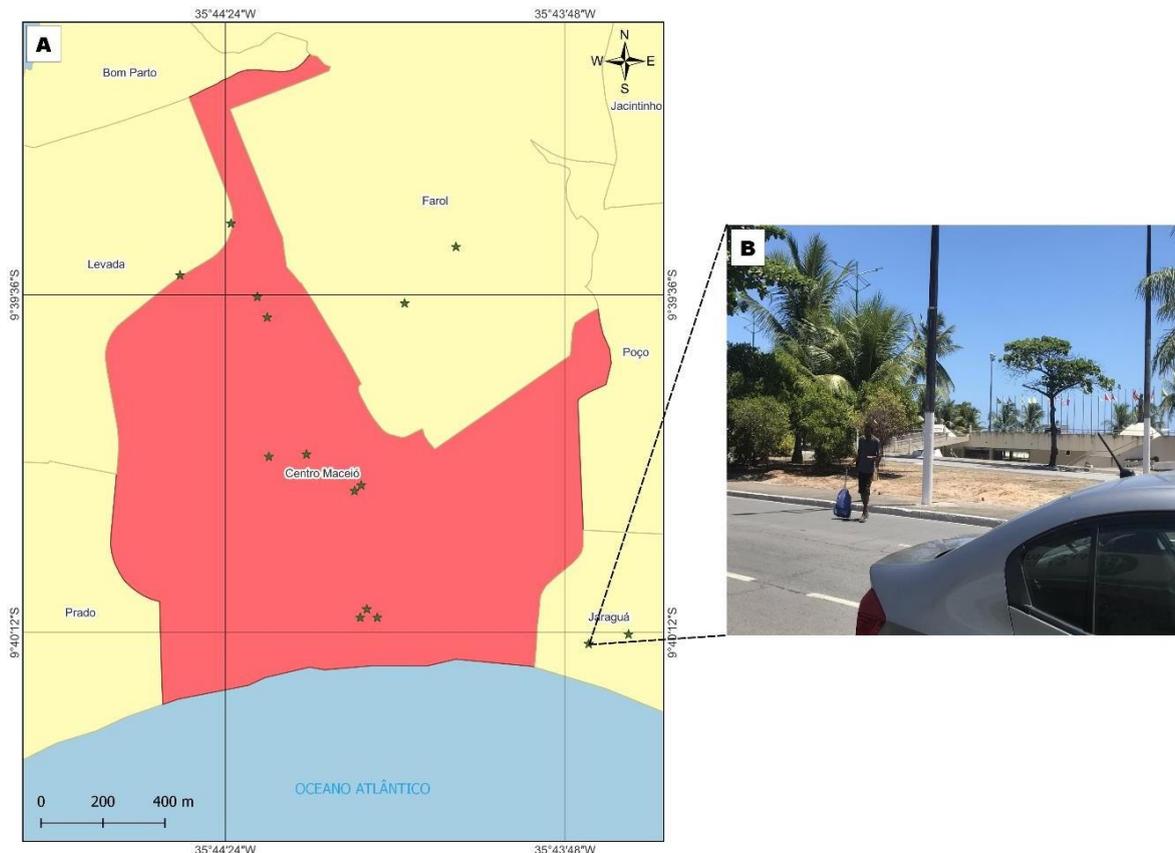
Fonte: Acervo da pesquisa, 2022.

Figura 09 Pessoa praticando mendicância



Fonte: Acervo da pesquisa, 2021.

Mapa 9. .Localização dos registro de uma Pessoa que estava praticando mendicância



Fonte: Acervo da pesquisa, 2022.

A presença predominante da população de rua nas áreas centrais da cidade foram constatadas a partir da observação em campo, tais observações coincidem com o relato da psicóloga do Centro Pop II, que por meio da entrevista disse perceber tanto nas abordagens sociais quanto nos cadastros no Centro POP que há efetivamente uma concentração da PSR nos bairros Centro e Farol: - *Eles se concentram mais onde há maior possibilidade de conseguirem sustento e onde há assistência como aqui no POP, na casa de Ranquines, a possibilidade de uma refeição mais barata no Restaurante Popular, desenvolver trabalho informal como feirante, flanelinha, mendicância, eles se perguntam 'onde é que tá o ganho?'. Tanto é que, os Centros POP foram divididos por conta dessas regiões.*

Nessa perspectiva, destaca-se uma outra fala, dessa vez, do coordenador do Centro Pop II, que elucida que: - *Se você passar aqui mais ou menos um mês, você vai perceber que muitos dos usuários são os mesmos e uma grande parcela deles você vai encontrar nas praças do Farol e do Centro, por exemplo, quase todos os que vieram hoje, ficam alí na Praça Gonçalves Lêdo. Daí a rotatividade deles é basicamente: Centro POP para comer, tomar um banho, lavar uma roupa; depois Centro pra trabalhar ou praticar mendicância e no fim do*

dia, Praça Gonçalves Lêdo pra dormir (mapa 10), descansar, pernoitar.

Mapa 10. Localização do Parque Gonçalves Lêdo, bairro Farol.



Fonte: Acervo da pesquisa, 2021

Mesmo diante das ausências daquilo que se obtém somente em circunstâncias de propriedade privada, é possível o ser humano se adaptar de tal modo à rua como sendo seu espaço para morar. A moradia denota o espaço de alguém, um lugar de abrigo, seguro e aconchegante já a rua retrata justamente o oposto, local inseguro, hostil e insalubre. Sendo assim, como que alguém consegue viver na rua? como se dá a relação entre o morador de rua e o espaço por ele ocupado? A rua possui uma dinâmica acelerada, um lugar que traz a cada instante uma novidade, uma nova impressão, múltiplas sensações dentro de seu movimento de tantos vai e vens. A população em situação de rua para além da mera estatística, traz uma complexidade que se tenta apresentar nessa investigação sob a ótica geográfica, revelando não só o grupo heterogêneo, como também o tipo de cidade que as produzem e como, nesse sentido, atuam os grandes produtores do espaço urbano.

1.4 Espacialidades e Locais de permanência

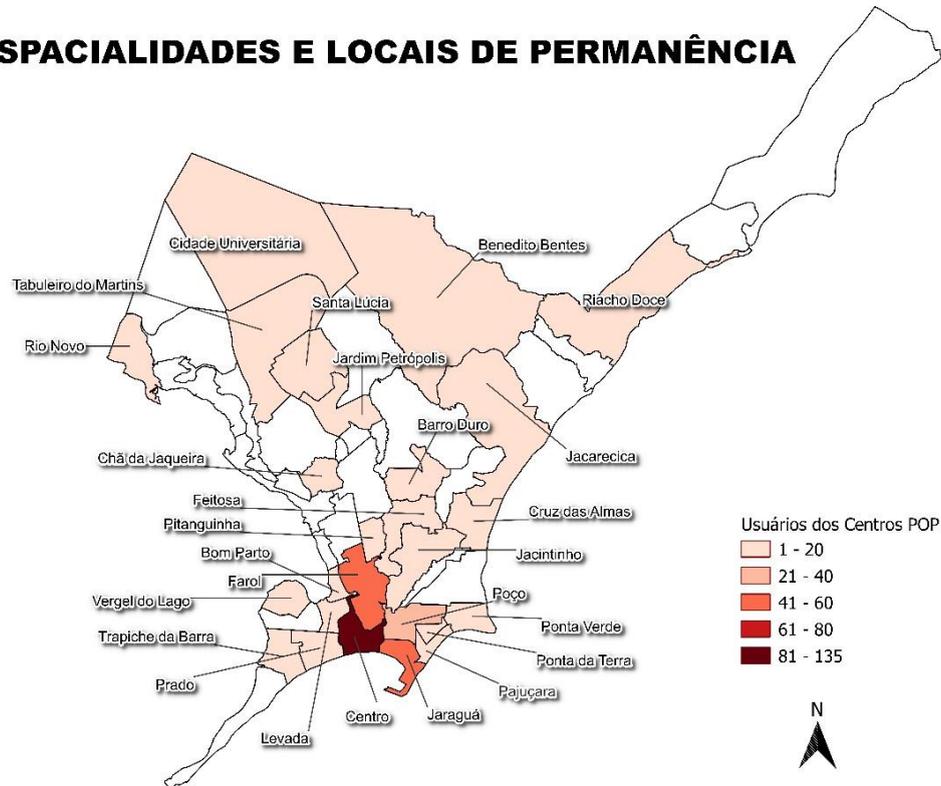
O fenômeno em questão possui desdobramentos geográficos, principalmente se pensarmos que a PSR não está aleatória no espaço, que essas pessoas não estão perdidas ou perambulando, mas que concebem uma espacialização pautada em marcos geográficos, com uma lógica espacial. Dito isto, ao transitar pela cidade de Maceió observa-se na tentativa de identificar onde esse seguimento populacional se concentra, percebe-se que tende a existir mais moradores de rua, visualmente falando, em locais onde se tem praças, setores do Centro, áreas da cidade relacionadas com a dinâmica comercial, locais que possibilitem questões de higiene, alimentação e segurança.

Desse modo, as áreas da cidade que proporcionam isso de maneira mais significativa vão efetivamente concentrar essa população, pois a PSR compreende a dinâmica da cidade, de maneira que, tentam de algum modo aproveitar a dinâmica dessas áreas para desenvolver meios de sobrevivência tanto em relação às atividades econômicas, realizando trabalhos informais variados, quanto à prática de mendicância.

Outro elemento importante para se pensar o referido fenômeno, geograficamente, e a que se deve a concentração da PSR, é a localização dos equipamentos de Assistência Social, isto é, onde eles são postos acaba por influenciar na participação da própria dinâmica da população em situação de rua, pois, se estes equipamentos forem construídos em áreas periféricas associadas a concentração de violência e crimes acaba reforçando a estigmatização desse grupo heterogêneo.

Além disso, a Política Nacional de PSR estabelece que esses equipamentos devem ser situados próximos dos territórios onde essas pessoas tem local de permanência, por isso, também, é tão importante identificar os territórios onde este seguimento se organiza e permanece, nesse sentido, a amostra coletada revela a espacialização/concentração da população em situação de rua de maceió (mapa 11).

Mapa 11. Locais de permanência a partir do levantamento nos Centros Pop I e II

ESPAÇIALIDADES E LOCAIS DE PERMANÊNCIA

Fonte: Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua, unidades I e II, período de coleta de dados de 2020-2021.

Fonte: acervo da pesquisa, 2022.

Por intermédio do diário de campo, que “é um documento pessoal e consiste em uma forma de registro de observações, comentários e reflexões para uso individual do pesquisador” (Falkembac, 1987 apud Campos et al, 2021, p. 100) e da pesquisa participante nos Centros Pop foi possível verificar aspectos quanto as mobilidades e as permanências do seguimento pesquisado.

De fato, a PSR tem seus locais de permanência e ocupação nas áreas centrais da cidade, sobretudo, nas praças e calçadas do Centro de Maceió. Suas permanências estão associadas, muitas vezes, aos bancos existentes ou às calçadas dos estabelecimentos que estão fechados, que assumem função de abrigo, principalmente, no período noturno. No entanto, nesta pesquisa não foi possível realizar observações em horário noturno, as observações foram feitas majoritariamente nas ruas do Centro de Maceió, de dentro do carro ou andando, nas manhãs e fins de tarde, em dias aleatórios, nos meses de março, abril, maio, junho, novembro e dezembro de 2021, com intuito de verificar a dinâmica das permanências e mobilidades a partir das datas comerciais e do tempo atmosférico.

Percebeu-se que, por volta das 6 horas da manhã, ainda é possível encontrar muitas pessoas dormindo em calçadas de lojas, bancos de praça, embaixo de árvores, embaixo do

viaduto. Em dias de chuva, há muita dificuldade para se abrigar e manter seus pertences secos. Ao passo, que se aproxima do início do horário comercial (das 9 horas) quase todos estão dando início as suas atividades, e ao fim da tarde nota-se grupos de PSR reunidos em praças. Observou-se muitos indivíduos atuando como flanelinha, vendedores de doces no trânsito, vendedores de frutas e verduras entre outras atividades, incluindo prática de mendicância. Muitos desses indivíduos, eram os primeiros a chegar nos Centros Pop com o objetivo de obter a primeira refeição do dia ou de ao menos garantir a ficha do lanche.

Percebeu-se que alguns indivíduos mantêm relações pessoais com a própria população que transita regularmente e com alguns trabalhadores locais, no entanto, outros indivíduos que comumente estavam embriagados ou sob efeitos de drogas tendiam a dormir mesmo sob a luz do dia ou a buscar mais entorpecentes. É importante salientar que sobretudo, dentre estes que dormiam ou só estavam descansando ocorriam mobilidades, ao longo do dia, devido à fuga do sol ou para abrigar-se da chuva.

Sobre esse aspecto, houveram situações, presenciadas pela pesquisadora, em que funcionários de um banco próximo a um dos Centros Pop formalizaram queixas junto a coordenação da instituição e ao GPOP, de que muitos moradores de rua estariam ocupando a área de caixas eletrônicos para se abrigar da chuva e que eles estariam sujando o ambiente e até mesmo comprometendo a estrutura física do local, depredando-o.

Nessa perspectiva, destaca-se um terceiro elemento que determina a espacialidade e locais de permanência dessa população é a questão da arquitetura hostil ou arquitetura anti-homeles, sua finalidade é perversa, trata-se de uma arquitetura anti-mendigos como é popularmente conhecida, fruto da aporofobia⁶, são grades, lanças, spikes, pedras, pinos que claramente não possuem caráter estético, mas sim funcional, de fazer com que a PSR não consiga se abrigar em determinados locais que possuem uma arquitetura hostil. Outras formas de manifestações dessa arquitetura é a emissão de sons, autofalantes; lançamento de água automática, espirros ou jatos e até mesmo o acionamento de holofotes com o objetivo de expulsar a PSR de determinadas calçadas, viadutos e edifícios.

Durante a pesquisa de campo, no Centro, foram identificadas algumas formas de arquitetura hostil (figuras 10, 11, 12, 13 e 14) estas imagens demonstram as medidas adotadas para que não haja a permanência de pessoas em situação de rua, pinos, lanças, grades e formas que inibem o descanso ou amparo de uma pessoa nesse espaço, sendo assim, formas de arquitetura hostil.

⁶ É a rejeição, aversão e desprezo pelos pobres (CORTINA, 2017).

Figuras 10, 11, 12, 13 e 14. Formas de arquitetura hostil.





Fonte: acervo da pesquisa, 2022.

Esses e outros artifícios servem para impedir que a pessoa se sente, se deite para descansar ou simplesmente se abrigue do sol ou da chuva. Por mais que o espaço público não exista para essas finalidades, as pessoas tem direito à cidade, nesse sentido, podemos dizer que esse é um indicador para pensarmos as cidades brasileiras, haja vista, que esse tipo de lógica contra a PSR revela o sentido democrático, cidadão e dos direitos humanos em que a cidade é construída.

Em síntese, conforme Robaina (2015, p. 183-184):

a população em situação de rua, ao realizar suas mobilidades, a partir de sua rede de lugares de permanência, pode se deparar com determinadas configurações momentâneas que garantem a realização de uma atividade e, conseqüentemente, a obtenção de algum recurso. Desse modo, algumas dessas mobilidades não são aleatórias, pois são estabelecidas em um determinado perímetro e seus respectivos deslocamentos. Entretanto, como resultado específico, essas espacialidades se apresentam, mais uma vez, como o resultado do encontro de trajetórias.

As espacialidades modificam-se de acordo com o dia e a hora, mesmo recaindo exatamente sobre a mesma área ocupada, no período oposto produz uma série de espacialidades distintas, assim como diferentes dinâmicas e práticas sociais (ROBAINA, 2015). A literatura desperta a reflexão para os valores sociais hegemônicos e como estes conduzem as concepções de marginalidade onde os moradores de rua são permitidos a ocupar, influenciando também na espacialidade da PSR, visto que os diversos espaços durante o dia possuem uma função social estabelecida e à noite tornam-se espaços territorializados pelos moradores em situação de rua, com locais de permanência estabelecidos.

Ainda conforme Robaina (2015, p. 347) “a espacialidade humana, [...] é um elemento que reforça o caráter humano de dar sentido à vida, não somente no plano cognitivo, mas também no campo prático que envolve a organização do cotidiano em suas diferentes esferas que compõem o mundo”. O autor compreende as permanências como sendo um fator “necessário para produzir no espaço referências, sejam elas funcionais ou existenciais, sejam elas definidas pela intencionalidade, acessibilidade, valores, projetos, comportamentos, moralidades, práticas ou estratégias individuais” (ROBAINA, 2015, p. 97). Para ele, “a permanência um dos pilares da organização espacial da vida cotidiana, que se materializa em lugares de permanência”. (ROBAINA, 2015, p.98).

Contudo, é importante salientar que estas permanências por meio de lugares se configuram como espaços de referência para a pessoa em situação de rua, de maneira que,

são lugares constituídos por experiências, vivências e múltiplos significados do cotidiano da vida na rua. Sendo assim, nestes espaços se acumulam e sobrepõem inúmeros outros aspectos. Portanto, a discussão que se propõe nesta pesquisa é tratar justamente da territorialização dos indivíduos em situação de rua no espaço urbano de Maceió, porém, sem necessariamente, uma conotação de relação de poder específica para o controle, mas sim busca e entedimento de como sua espacialização no meio urbano pode se tornar um Território Usado à medida em que se estabelecem locais determinados de moradia.

Na prática, em razão das múltiplas adversidades, criam-se inúmeras estratégias e práticas relacionadas aos locais permanências, pois, como forma de proteger-se das adversidades e estigmatizações. Diferente do que se supõe sobre o comportamento da pessoa em situação de rua, fica evidente que as representações sociais estabelecidas sobre essa população são entendidas por eles, de maneira que, esses sujeitos também são conhecedores das representações estigmatizadoras que lhes são atribuídas, até mesmo, compartilhando de muitas dessas ideias, pois, os mesmos já possuíram outros padrões de organização espacial, domiciliada, e de valores morais em relação fenômeno que agora é parte constituinte.

Como será apresentado mais adiante, algumas das concepções edificadas histórico-socialmente sobre a higiene podem ser associadas, por exemplo, com as noções de pureza, poluição e perigo, sendo assim, expressão de segregação socioespacial. No caso da população em situação de rua,

[...] o próprio fato de permanecer grande parte do tempo nos espaços públicos já se caracteriza como um aspecto aglutinador de outras categorias sociais degenerativas, nesse sentido, o conhecimento sobre as diferentes dinâmicas participa diretamente na organização desses lugares por essa população, que produz intencionalmente suas mobilidades, permanências e ritmos com base nesses aspectos. Acerca do conhecimento espacial junto à atividade específica do banho e da higiene pessoal (ROBAINA, 2015, P. 325).

Desse modo, como às escolhas destes lugares e à própria prática está vinculado aos aspectos da segurança, assistência, dinâmica comercial, meios de sobrevivência e dos riscos de ocupação de alguns dos lugares, principalmente em alguns horários específicos do dia. Foi observado e registrado no diário de campo os diferentes momentos, fluxos de chegadas, partidas e permanências em determinados lugares e períodos, contudo, estas mesmas dinâmicas não possuíam uma regularidade, e, portanto, não apresentavam o mesmo ritmo, de maneira que, constatou-se que pelo dia há uma alta rotatividade e acredita-se que as permanências ocorrem de maneira mais regular e articulada à noite.

2 PSR: FENÔMENO, CONCEITO, ESTIGMAS E DIREITOS

Com o objetivo de refletir a respeito da situação de rua enquanto fenômeno e inseri-lo na discussão histórica e geográfica, buscou-se, identificar os aspectos centrais da bibliografia sobre o tema. Para isto, foi realizado um extenso levantamento bibliográfico em distintos campos do conhecimento.

Inicialmente este capítulo dedicará atenção à gênese da pauperização da classe trabalhadora e a conseqüente origem das formas de pobreza, culminando com a abordagem aos marcos históricos determinantes para a emergência involuntária do seguimento populacional em situação de rua no contexto europeu e brasileiro.

Ainda neste capítulo, busca-se identificar as políticas socioassistenciais para PSR previstos na Política Nacional de Assistência Social bem como analisar a crise humanitária vivida pelas pessoas em situação de rua resultante de situações de penúria urbana no Brasil, sobretudo, no que se refere a fome, desemprego, dependência química e a falta de moradia.

2.1 A gênese do fenômeno

Para tratar sobre a origem da população em situação de rua, faz-se necessário abordar um pouco da história da segregação social, de modo a discutir a questão social da pobreza. Para tanto, serão resgatados alguns marcos substanciais para a compreender a emergência do processo social população em situação de rua na Europa, com ênfase, inevitavelmente, para com o contexto histórico da Inglaterra. A história do fenômeno população em situação de rua remete ao surgimento das sociedades pré-industriais da Europa, no contexto da acumulação primitiva (SILVA, 2009). Nessa acepção, esse processo fora denominado por Marx como acumulação primitiva, justamente por constituir, sob sua análise, a pré-história do capital e do modo de produção capitalista, de maneira que, a acumulação capitalista dissociou o trabalhador dos meios de produção.

Após o surgimento das sociedades pré-industriais, os camponeses sofreram a expropriação das terras, para que nas mesmas ocorresse a conversão das lavouras em pastagens para ovelhas, considerando que a lã gerava maior lucro para seus proprietários que os arrendamentos das terras. Por conseguinte, esse novo trabalho, não era necessária tanta mão de obra, por isso muitos camponeses perderam seus empregos e seu direito à moradia (PEREIRA, 2008). Em suma, o processo de expropriação das terras dos camponeses, via violência ou fraude, constitui a base da história dessa acumulação primitiva que originou a produção capitalista. Neste cenário, sobrou apenas a possibilidade da venda da única

mercadoria que lhes restara: sua força de trabalho, sobretudo, nas cidades onde se localizava o núcleo industrial, que começara a desenvolver-se.

No entanto, chegando às cidades, percebia-se imediatamente a mão de obra excedente e a escassez de trabalho nas fábricas. Sendo assim, muitos não foram absorvidos pela indústria nascente com a mesma rapidez com que foram descartados, em função da incapacidade para trabalhar na indústria e/ou pela dificuldade de adaptação em um trabalho tão diferente. Além disso, o mercado de trabalho para o imigrante o obrigava a percorrer vários estágios que levavam à sua decadência, ou seja trabalhos irregulares que os induziam à caridade e mendicância. As expectativas de trabalho estavam bem limitadas devido ao declínio da indústria de Londres, então restava a esses indivíduos o emprego casual, os “bicos” como é referido esse tipo de trabalho no Brasil.

Dessa forma, “muitos se transformaram em mendigos⁷, ladrões, vagabundos, em parte por inclinação, mas a maioria dos casos por força das circunstâncias” (Marx, 2001, p. 851). Segundo Silva (2006), a população em situação de rua emergiu em decorrência desse contexto de desemprego em massa no qual se instaurou a pauperização da classe trabalhadora, difundida por toda a Europa Ocidental ao final do século XVIII.

Nessa perspectiva, Marx (2001, p. 850) assinala que:

O roubo dos bens da Igreja, a alienação fraudulenta dos domínios do Estado, a ladroeira das terras comuns e a transformação da propriedade feudal e do clã em propriedade moderna, levada a cabo com terrorismo implacável, figuram entre os métodos idílicos da acumulação primitiva. Conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram as terras ao capital, proporcionaram à indústria das cidades a oferta necessária de proletários sem direitos.

Segundo Silva (2009), nos séculos XVI e XVII, era crescente o número de mendigos registrados na Europa. Em 1630, esses números tornaram-se alarmantes, pois um quarto da população de Paris era formado por mendigos, que ocupavam não somente as áreas urbanas, mas também as zonas rurais da cidade. Países como Inglaterra, Holanda e Suíça já tentavam elaborar métodos para combater o fenômeno, como se tratasse de uma doença extremamente contagiosa. Foi o início de um fenômeno que se generalizou, que atingiu toda

⁷ No dicionário Aurélio, mendigo é definido como "aquele que pede esmola para viver; mendicante, pedinte, esmoleiro" (2001, p. 456). A palavra tem sido vista como inadequada ou preconceituosa para se nomear os sujeitos no espaço público. Atualmente é evitada em razão de sua conotação pejorativa, dessa forma, surgem palavras que a retomam e que a re-significam. Contudo, a palavra mendigo será utilizada no presente trabalho como uma categoria sociológica e não com o seu significado estigmatizante.

a Europa Ocidental, no final do século XVIII, o pauperismo. Essa situação fez surgir em alguns países da Europa uma legislação rígida contra a vadiagem, essas leis foram utilizadas com o intuito de forçar os trabalhadores a aceitarem empregos de baixos salários e inibir seu deslocamento em busca de melhores condições. A população desabrigada sofrera ainda perseguição por parte dos chamados “homens de bem”, quando estes não conseguiam expulsá-los do seu caminho por outros meios. Esses exemplos se repetiam por todo o continente europeu (HUBERMAN, 1981).

A Revolução Industrial representou um desafio para as antigas indústrias, que, de modo geral, não conseguiram se adaptar ao novo sistema de fábricas. Esse rápido declínio pôde ser verificado sobretudo na indústria da seda. Mais adiante, a crise financeira de 1866 atingiu a construção civil e ferroviária, nesses setores da produção é oneroso o uso da máquina, assim, a produtividade era garantida por meio da superexploração do trabalhador.

Esse sistema de superexploração do trabalho estimulou a predominância do trabalho não especializado sobre o especializado, acarretando na concorrência exigente de qualificação e legitimando cada vez mais a ideologia do trabalho, fazendo com que um grande número de trabalhadores tivesse suas profissões tornadas obsoletas e dispensadas. A instabilidade do mercado de trabalho acentuou a extrema exploração do trabalhador e o forçou a morar no centro da cidade, próximo aos lugares onde pudesse buscar ao menos pelo emprego ocasional. Nessas áreas, o excesso populacional piorava consideravelmente as condições sanitárias das moradias (BRESCIANI, 1994).

Historicamente, foi na região central das cidades que o problema se manifestou de modo mais expressivo. Em Manchester, acreditava-se que a rigorosa disciplina imposta aos habitantes das cidades industriais, como o controle do tempo livre e o alta intensidade de trabalho, organizava a vida nesses centros urbanos, de maneira que era muito raro existir sujeitos desempregados com ocupação ocasional, pois se um homem não trabalhasse regularmente, ele era um mau-caráter por opção. Dessa forma, com a rejeição social, o sujeito desabrigado e sem trabalho buscava refúgio em Londres, pois lá existiam diversas instituições de caridade. Londres foi recebendo mendigos, preguiçosos, dissolutos e esbanjadores de dinheiro, absorvendo as consequências ruins da vida urbana e da industrialização (BRESCIANI, 1994).

Nesse contexto, para minimizar os efeitos do desemprego e tentar pertencer novamente à sociedade, essas pessoas buscavam como alternativa emprego ocasional ou até mesmo formas menos honestas de sobrevivência, o que só reforçava a visão de que os pobres e desempregados não eram essencialmente criminosos, mas que eram sujeitos que permitiam

que as fraquezas morais. Contudo, ainda segundo Bresciani (1994), algumas organizações de caridade assumiram outro caráter afim de introduzir ou reintroduzir os desempregados que não pertenciam à sociedade do trabalho, dando início as Casas de Trabalho. Eram lugares hostis, de modo que, o conforto nas instalações, a vida em família e a alimentação adequada representavam privilégios a serem evitados nesses espaços, pois a merecida recompensa só deveria ser destinada aos que ocupavam seus dias com o trabalho digno e produtivo, além disso, o ritmo de trabalho interno era mais exigente do que nas fábricas.

Dessa forma, pode-se dizer que essas são as condições histórico-estruturais que deram origem ao fenômeno que hoje se denomina população em situação de rua, constituído na gênese da pauperização da classe trabalhadora, de maneira que estes que acabam se tornando parte do exército industrial de reserva⁸, tornaram possível a consolidação da produção capitalista. Sendo uma conjuntura de exploração com vistas ao lucro produzida e reproduzida no tempo histórico, nessa perspectiva, cabe ressaltar a influência no mundo ocidental dos fundamentos do liberalismo do século XVIII, que posteriormente no século XIX e início do século XX foi denominado de neoliberalismo.

O modo de produção capitalista possui características relevantes para a temática aqui abordada, tais como: separação do produtor dos meios de produção, condição fundamental para o regime capitalista; concentração dos meios de produção nas mãos de uma única classe social e a aparição e manutenção de uma classe social que não tem outros bens além de sua própria força de trabalho que é vendida em troca de salário. A divisão capitalista do trabalho aprofunda a desigualdade e a pobreza para a classe trabalhadora, e é essa divisão que é princípio fundamental da organização industrial, que fragmenta o processo de produção destruindo as ocupações e tornando o trabalhador inapto a acompanhar qualquer processo completo de produção, pois, os trabalhadores perdem o controle sobre o trabalho, os instrumentos que utilizam e o modo como executam, tornam-se obsoletos em razão do avançado meio técnico-científico-informacional, ou seja,

“[...] meio geográfico onde o território inclui obrigatoriamente ciência, tecnologia e informação”. (SANTOS, 1998, p.44). A intensificação das tecnoesferas favorece a referida desigualdade socioeconômica, pois, [...] se adapta aos mandamentos da produção e do intercâmbio e, deste modo, frequentemente traduz interesses distantes; desde, porém, que se instala, substituindo o meio natural ou o meio técnico que a precedeu, constitui um dado local, aderindo ao lugar como uma prótese (SANTOS, 2008, p.256).

⁸ “Constitui um exército industrial de reserva, um contingente disponível, que pertence ao capital de modo tão absoluto como se tivesse sido criado e se mantivesse às suas custas. Oferece-lhe o material humano, disposto a ser sempre explorado, à medida que exijam suas necessidades variáveis de exploração e, além disso, independente dos limites que o aumento real da população lhe possa opor.” (MARX, 1977 *apud* IAMAMOTO; CARVALHO, 1996, p. 60).

A tecnosfera é a técnica e informação agregadas, se complementando, onde “as técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (SANTOS, 2008, p. 175). É por meio dela que se aprimora a infraestrutura a serviço da produção. Para corroborar com essa discussão, Galeano (2000, p. 175) afirma que

Não existe nenhuma relação coerente entre a mão de obra disponível e a tecnologia que se aplica, exceto a que nasce da conveniência de usar uma das forças de trabalho mais baratas do mundo. Terras ricas, solos riquíssimos, homens muito pobres neste reino da abundância e do desamparo: a imensa marginalização dos trabalhadores que o sistema lança à beira do caminho frustra o desenvolvimento do mercado interno e avilta o nível dos salários.

E completa assinalando que,

[...] o subemprego rural transforma-se em subemprego urbano. Crescem a burocracia e as populações marginais, aonde vão parar, voragem sem fundo, os homens despojados do direito ao trabalho. As fábricas não oferecem refúgio à mão de obra excedente, mas a existência desse vasto exército de reserva sempre disponível permite o pagamento de salários várias vezes mais baixos do que aqueles que ganham os operários norte-americanos ou alemães. Os salários podem continuar sendo baixos ainda que aumente a produtividade, e a produtividade aumenta à custa da diminuição da mão de obra. (GALEANO, 2000, p.175).

Nesse sentido, Marx (2001, p. 735), alerta que:

[...] se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista e, ao mesmo tempo, condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro incremento da população.

Portanto, segundo a perspectiva marxista quanto maior for o número de trabalhadores desempregados, maior será a demanda da busca pelo emprego, assim torna-se mais fácil para o capitalista a manipulação dos salários a serem ofertados e isso pode se estender até mesmo a sonegação de direitos trabalhistas, além de legitimar projetos que visem a flexibilização, terceirização etc. Nessa acepção, constata-se que no modo de produção capitalista não são as precárias condições de desenvolvimento das forças produtivas que gestam a pobreza de amplos setores sociais, mas o próprio desenvolvimento e acumulação privada da riqueza geram a desigualdade e a pobreza. Na lógica desse sistema, quanto mais se desenvolvem as forças produtivas, maior a acumulação ampliada de capital e conseqüentemente, maior será a pobreza, portanto, as formas de pobreza são um produto

necessário ao sistema capitalista, que acumula riqueza ao mesmo tempo em que produz e reproduz a pobreza, e por assim dizer, a situação de rua. A pobreza nutre o sistema capitalista.

2.1.1 Cronologia do fenômeno no Brasil

Esse segmento é um fenômeno previsto mundialmente, não somente em países periféricos como o Brasil, assumindo diferentes delineamentos de acordo com o contexto histórico e social em que ocorre. Neste trabalho, não se pretende realizar toda uma retrospectiva histórica sobre população em situação de rua, por isso, será apresentado um resgate histórico a partir da escravidão brasileira, contudo, é válido ressaltar que há indícios do referido fenômeno que remontam à Antiguidade. Durante muitos séculos, o Brasil foi um país essencialmente rural, com economia primário-exportadora e produção de alimentos. A história do país foi consolidada na escravidão, abolição tardia e nenhuma alternativa para inserção econômica dos libertos (ALENCASTRO, 2018).

Foram cerca de 300 anos de escravidão no Brasil. Este processo histórico é intrínseco as dinâmicas sociais e de formação das cidades pautadas na desigualdade social. No Brasil Colônia e também no Império, já havia situação de rua e o perfil da pessoa nessa situação era composto sobretudo por negros que eram libertos, alforriados e não tinham para onde ir, por imigrantes europeus que chegavam à América com a promessa de terras para o cultivo e não as conseguiam, e também composto por náufragos, criminosos vindos de Portugal que passaram a cumprir pena de degredo no Brasil, passando a constituir um grupo de pessoas repudiadas pelo fato de estarem em situação de rua, conforme descrito nas Ordenações Filipinas de 1603 (PORTUGAL, 1966).

Com o fim da escravidão e o desenvolvimento das cidades, esse segmento populacional se tornou cada vez mais crescente tendo em vista o grande número de pessoas escravizadas que foram libertas, no entanto, a liberdade sem emprego e moradia não garante condições para prover sequer a sobrevivência. Por consequência, essas pessoas acabavam praticando mendicância e vagando pelas cidades em busca de meios de vida. Bem como, pela necessidade acabavam cometendo pequenos furtos ou submetendo-se a condições deploráveis de trabalho, vendendo sua força de trabalho, agora livre, mas concorrendo em caráter desigual com pessoas brancas pobres e imigrantes que chegavam ao Brasil (MARICATO, 1997).

Segundo Souza, (2019, p. 80):

O quadro geral da sociedade de classes que se criou depois da escravidão apresenta para Florestan o seguinte formato: no topo da hierarquia social, a preservação e reprodução do poder estavam nas mãos das antigas famílias proprietárias rurais de cafeicultores com pouco espaço de competição.

Neste contexto, Frossard (2019, p. 09) assinala que no período pós abolição, início do século XX, “os ex-escravos ficaram excluídos do mercado de trabalho devido ao aumento da mão de obra imigrante. Além disso, quase todos ex-escravos eram analfabetos e não dispunham de cidadania plena”. O voto para analfabetos, por exemplo, só foi permitido em 1985 (ALENCASTRO, 2018). Portanto, viviam a margem das relações civis.

Essa conjuntura foi se integrando a paisagem do espaço urbano, que Valladares (1991) esclarece que as características sanitárias e higienistas estavam relacionadas às condições precárias e à propagação de doenças em razão da situação de rua. Diante disso, Maricato (1997) revela que foram elaboradas e implementadas reformas urbanísticas por meio das políticas de saneamento, objetivando executar medidas higienistas que afastassem do espaço urbano, aqueles identificados como sendo pobres, mendigos e negros. Na época, o Rio de Janeiro era tido como a capital das epidemias, o que inclui: febre amarela, peste, cólera, varíola e tuberculose. A transmissão dessas doenças estava intimamente relacionada às péssimas condições de higiene e situação de penúria em que vivia uma grande parcela da população, pois, viviam em habitações coletivas, principalmente, cortiços. Nesses ambientes era comum a falta de saneamento básico por se tratar de lugares sem planejamento algum e sem preocupação por parte das autoridades vigentes. Valladares (1991) considera que, as condições habitacionais e de insalubridade assemelhavam-se às cidades da Inglaterra vitoriana descritas por Engels e outros historiadores ingleses.

A concepção sanitário-higienista se referia sobretudo aos cortiços, mas também se dirigiu às favelas, com o argumento de serem áreas desprovidas de infraestrutura urbana, isto é, sem abastecimento de água, energia elétrica, esgoto, coleta de lixo e arruamento, o que para os valores hegemônicos da sociedade se configuravam em premissas para áreas perigosas, sem moral, civilidade e com péssima estética devido as condições de miserabilidade (SILVA; BARBOSA, 2005). Na opinião das elites, o cortiço era o lugar de onde germinava pragas que colocava em risco a saúde de toda a população, se referindo também aos vícios e maus costumes construídos socialmente em espaços assolados pela pobreza (VALLADARES, 1991).

Dessa forma, fortalecia-se a pauta de que havia a necessidade da realização de

medidas que visassem a organização espacial urbana considerando as formas de pobreza enquanto problema de caráter socio político-econômico. Essas formas de legitimação do controle do espaço urbano fomentaram muitas manifestações, dentre elas, a com mais repercussão e desdobramentos fora a *Revolta da Vacina* que teve início em 1904. Sobre isso, Nogueira e Carvalho (2009, p.5) salientam:

A remoção da população mais pobre do centro fez com que os morros ao redor fossem ocupados, já que os terrenos no centro da cidade ficaram super valorizados depois da reforma. A população não reagiu de forma passiva diante das demolições e das invasões dos agentes sanitários em suas casas. Foi neste período que aconteceu a Revolta da Vacina, quando vários populares se revoltaram contra a obrigatoriedade da vacina contra a varíola e foram para as ruas protestar.

O cortiço era o alvo principal da campanha, pois representava a maior expressão de insalubridade, doenças e pobreza, além de serem considerados inferiores no que se refere a moral tão cultuada da época. Ademais, era o local apontado como o foco das epidemias, cenário que propiciava o vício e o crime, pois nesse lugar se concentravam as classes vistas como “perigosas”, essa expressão era atribuída às classes pobres também da Inglaterra vitoriana e da França, pois bastava ser pobre para ser facilmente percebido como indivíduo que oferece perigo à sociedade, manifestando o preconceito enraizado na sociedade com expressões do tipo: “morto de fome”; “pedinte”; “ralé” entre outras. Nessa acepção, Valladares (1991) reforça que, a sequência de revoltas populares desencadeadas a partir do final do século consolidou a ideia de que as camadas populares eram de fato “classes perigosas”.

Ainda fundamentando-se em Valladares (1991), o objetivo central da comunidade médica envolvida nessa questão era de estabelecer normas e hábitos que conservassem a saúde daquela população, mas pensando, efetivamente na garantia do bem-estar das elites.

Contudo, era preciso o apoio do Estado para que se realizasse as políticas de saúde e saneamento básico propostas pelos sanitaristas. Durante a Revolta da Vacina, as ruas do Rio de Janeiro serviram de palco para a violência e expulsão, ação da força policial para com os que viviam à margem e se manifestavam nas ruas da cidade, incluindo desempregados, mendigos, pessoas tidas como indigentes, muitos foram banidos para outros estados (MARICATO, 1997).

Chalhoub (1996) reitera que, o discurso higienista tinha realmente um propósito de findar os cortiços para utilizar as áreas para a construção de novos empreendimentos imobiliários, que gerariam muitos lucros. Provavelmente essas circunstâncias tenham

influenciado o fato de que a década de 1930 ser considerada por muitos historiadores como o período mais efetivo do processo de urbanização e industrialização no país levando ao fim dos cortiços. Nesta época, o Estado iniciava interferências decisivas que promovera a industrialização se valendo da produção da infraestrutura, aço, petróleo, rodovias, entre outros e de subsídios ao capital industrial com vistas ao desenvolvimento do mercado interno (MARICATO, 1997).

No Brasil de 1930 a 1980 a economia brasileira cresceu substancialmente, buscando a diversificação da indústria, um maior número da força de trabalho e do PIB (Produto Interno Bruto). Afora isso, ocorreu uma absorção da população de negros e mestiços no mercado de trabalho brasileiro, para tanto a criação da legislação trabalhista foi um acontecimento muito relevante, mesmo não abarcando uma grande parte da população (THEODORO, 2004). Nesse sentido, Ianni (1994), salienta que os setores dominantes passaram a admitir a política como uma possibilidade de solução aos problemas sociais a fim de evitar a interferência da polícia. Entretanto, sobretudo nos anos do populismo e do militarismo, vários aspectos foram sendo levados à polícia, como as manifestações sociais de setores populares do campo e da cidade. Ademais, havia a noção de que as manifestações operárias e camponesas ameaçavam a paz social e a segurança.

A partir da inauguração da Nova República (em 1985), se fortalecia o poder do Estado, a massa de trabalhadores era cada vez mais explorada. O extenso desenvolvimento do capitalismo propiciou uma mobilidade horizontal e vertical, gerando mais desigualdades e antagonismos. De acordo com Escorel (1999), a prosperidade econômica e o fortalecimento do aparelho estatal parecem desconforme ao desenvolvimento social, ao passo que o problema da fome e da desnutrição, a falta de habitação digna e as precárias condições de saúde resultam de processos estruturais. Muitos grupos de pessoas migravam para outras cidades, estados e regiões em busca de terra, trabalho, salário, direitos, enfim, melhores condições de vida e cidadania, a migração destes indivíduos agravou a disparidade entre as classes sociais, pois não havia moradia e nem trabalho para todos os que buscavam, constituindo-se em um “processo de segregação e periferização da pobreza” (ESCOREL, 1999, p. 31).

Janice Perlman (1981, p.94) em seu livro *O Mito da Marginalidade* esclarece que

o processo de migração para as favelas de uma área metropolitana não é absolutamente homogêneo ou idêntico para todos os migrantes. Apesar de que até certo ponto, eles compartilhem o mesmo destino e as mesmas condições de vida urbana, é obvio que sua experiência migratória se diferencia de maneira significativa [...] alguns vieram em criança, ou na adolescência, enquanto outros, já adultos ou até avós.

A autora salienta ainda que

a ideia de um êxodo causado por catástrofes no Nordeste se enfraquece quando se considera a relação existente entre região e tamanho do lugar. Ao contrário do que se esperava, ainda que se dividissem mais ou menos equitativamente pelas várias regiões 40 por cento dos migrantes provenientes de cidades grandes vieram do Nordeste, enquanto 35 e 23 por cento vieram das áreas adjacentes ao Rio, e do Leste. Acredita-se, todavia, que são os homens do campo, e não os da cidade, que foram levados a migrar pelas secas, enchentes, escassez de terra arável, e outros fatores de expulsão, mencionados com tanta frequência (PERLMAN, 1981, p.94).

Estudos sobre migração comprovam que as pessoas migram por razões relacionadas à teoria de expulsão ou de atração, determinantes no deslocamento dos habitantes pobres do interior, quer seja por expulsão de suas terras pela exaustão do solo, condições climáticas precárias, enchentes e secas, divisão cada vez menor para cultivos de subsistência (PERLMAN, 1981). Para IANNI (1994), o êxodo não é um fato resultante da atração exercida pela cidade e suas indústrias, pois, relaciona-se com as alterações nas condições técnicas e sociais da produção, uma vez que, a tecnologia capitalista expande-se também nas áreas rurais, provocando o desemprego e a “expulsão” de parte da força de trabalho.

Portanto, o aumento do número de pessoas em situação de rua também era esperado como consequência da expansão do capital (IANNI, 1994). A situação de rua foi tardiamente apresentada ao Estado enquanto um problema social coletivo, de maneira que o Movimento Nacional da População de Rua, surgiu somente em 2005. Antes disso, não existia organização enquanto grupo social ou formas de coesão bem articuladas desse seguimento populacional o que fortalecia ainda mais a culpabilização da pessoa em situação de rua, não havendo garantia alguma de direitos sociais. Diante dessas transformações, “[...] tornou-se cada vez mais expressiva a presença de pessoas em situação de rua nos grandes centros urbanos do País” (SILVA, 2009, p. 21). Também resulta desse processo de segregação e periferização, a exclusão social de grupos e de segmentos sociais específicos que compartilham características como pobreza, sociabilidade cerceada, condições precárias e ausência de moradia semelhantes ao MST (Movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra). Não obstante, há outras sobreposições de exclusão em um mesmo grupo ou segmento social como a estigmatização.

Nessa abordagem, Castells (1983, p. 210) apresenta a segregação por “zonas de forte homogeneidade social interna e de forte disparidade social entre elas, entendendo-se

essa disparidade não só em termos de diferença como também de hierarquia”. Dessa forma, podemos verificar o processo de segregação socioespacial expresso na tendência de diferenciação social em que determinados grupos e segmentos sociais com características semelhantes utilizam determinados locais do espaço urbano.

Assim, ao longo dos séculos de mudanças sociais e também econômicas, a população em situação de rua foi se tornando um fenômeno que tomou formas a partir da década de 1970 com a intensificação desse fenômeno revelando “o número de pessoas que começavam a usar a rua como única saída e a tendência de associar a vida que começa a surgir sobre viadutos, ocupados por famílias que sobrevivem trabalhando em atividades precárias, à formação de favelas” (ROSA, 2005, p. 52). Caldeira (2000), salienta que com a criação de favelas após a década de 1980 houve uma diferenciação social no espaço por uma divisão entre o modelo centro-periferia, que se acentuou em uma autosegregação de “enclaves fortificados” como uma forma de isolamento por meio de condomínios fechados e bairros com cercamento:

Sobrepostas ao padrão centro-periferia, as transformações recentes estão gerando espaços nos quais os diferentes grupos sociais estão muitas vezes próximos, mas estão separados por muros e tecnologias de segurança, e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns. O principal instrumento desse novo padrão de segregação espacial é o que chamo de ‘enclaves fortificados’. Trata-se de espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho. A sua principal justificação é o medo do crime violento. Esses novos espaços atraem aqueles que estão abandonando a esfera pública tradicional das ruas para os pobres, os ‘ marginalizados’ e os sem-teto (CALDEIRA, 2000, p. 211).

Os espaços geográficos são marcados por suas particularidades, cultura e recursos, o espaço/tempo do Brasil é marcado por profundas desigualdades, desde a Abolição da escravidão sem que houvesse uma Reforma Agrária que garantisse, ao menos, o mínimo de equidade entre as pessoas, a sociedade brasileira se organiza baseada na concentração de renda, poder, riqueza e domínio de técnicas.

Verifica-se que o fim da escravidão não significou melhores condições socioeconômica para as pessoas que foram escravizadas, pois, sem moradia, formação escolar, profissão e emprego remunerado a emancipação não lhe garantia uma vida cidadã digna tão pouco proporcionava a possibilidade de ascender socialmente.

Segundo Perlman (1981, p. 124), desde

o aparecimento das primeiras favelas no cenário urbano, a atitude da elite urbana foi tratar essas comunidades como uma praga. Tudo foi feito para impedir o nascimento das favelas, atrasar seu crescimento e apressar sua morte. Ao mesmo tempo, contudo, o sistema produzia tanto os aglomerados

subnormais de população como a concentração de desemprego nas cidades. A incapacidade da economia para absorver os marginais na força de trabalho reforçava a ameaça de colapso social e político. Esta contradição entre o temor das “crescentes massas bárbaras” nas cidades e a consciência de sua inevitável existência é subjacente à ideologia da marginalidade e à sua manipulação política.

Para a autora, “[...] na América Latina, as conotações pejorativas dos pobres das cidades possuem profundas raízes históricas” (PERLMAN, 1981,p.124). Em síntese, fora construída uma forte concepção de que todo indivíduo em situação de rua é alheio ao mundo do trabalho, da moral e da ordem, sendo ele um sujeito amoral e que deveria ser controlado para não comprometer os valores de ordem e civilidade. A literatura evidencia que a rua era considerada uma espécie de prolongamento do cortiço, de maneira que era o lugar onde os indivíduos que ameaçavam a ordem estabelecida se reuniam para promovera desordem e os maus costumes (VALLADARES, 1991).

Nesse sentido, Perlman (1981, p. 295) afirma que

o ponto chave é que a marginalidade não se deve a condições deficientes de moradia, ou a características de indivíduos ou grupos, mas a uma forma de sociedade radicada no processo histórico da industrialização e crescimento econômico das nações em desenvolvimento, em particular as latino-americanas.

Dessa forma, a marginalização dos indivíduos que habitam as ruas é parte constituinte de um projeto, de um modelo de desenvolvimento, ou melhor, de subdesenvolvimento, que tem como premissa a exclusão dos tidos “marginais” de seu aparato produtivo principal. Esse quadro tem como precedente os lapsos que caracterizam o crescimento econômico latino americano, uma vez que, não fora capaz de gerar empregos industriais o bastante para contemplar a expansão da força de trabalho urbana (PERLMAN, 1981).

A partir da análise de Perlman (1981) , podemos elencar os fatores que contribuem para o cenário de exclusão e marginalização como sendo: a) a centralização da produção de matérias-primas (devido a divisão internacional do trabalho); b) as taxas sem precedentes de migração rural-urbana (acrescentadas aos elevados índices de crescimento natural nas cidades); c) a limitada saída para a força de trabalho em termos de emigração para o exterior, (com relativo atraso do movimento modernizador em comparação aos outros países); d) a difusão de tecnologias avançadas (em países pobres em capital); e) a utilização de capital acumulado localmente em consumo ostentatório (investimentos em países capitalistas centrais); e f) o reduzido mercado interno, incapaz de garantir um

processo auto-sustentado de investimento em termos capitalistas.

Dito isto, evidencia-se que todos esses fatores citados resultaram em um alto índice de pessoas que vivem à margem justamente por serem vulneráveis socioeconomicamente, desempregadas, subempregadas, desabrigadas ou habitantes de aglomerados subnormais⁹. Nesse sentido, Quijano (1973) citado por Perlman (1981, p. 296), conclui que

em todas as sociedades modernas e em cada momento observou-se a existência de uma categoria de pessoas mais ou menos permanentemente excluídas do núcleo principal do trabalho e que, devido a suas rendas insuficientes, não tinham acesso ao consumo de bens e serviços [...] Mas eram indivíduos isolados, ou unidos em pequenos grupos, dispersos, atomizados e desligados de todos os outros setores econômicos da sociedade.

Na conjuntura atual da América Latina, “o processo compromete vastos setores da população que, em decorrência deixaram de ser isolados e dispersos. Trata-se agora de um problema que diz respeito a toda a sociedade, e não exclusivamente aos *marginais*” (QUIJANO,1973 apud PERLMAN, 1981, p.297). Portanto, essa problemática possui um agravamento histórico, principalmente, no que se refere ao processo de desenvolvimento do continente latino-americano, posto que, a formação das estruturas sociais internas ao subdesenvolvimento é condicionada pelo domínio do exterior, esse fator pode ser identificado nos vínculos coloniais com as metrópoles europeias. Esse contexto histórico favorece a dependência evidenciada por Perlman (1981), ao abordar a discussão sobre a marginalização na América Latina.

A noção de dependência não implica tão somente a situação de domínio econômico de um país sobre outro. Ainda que este fator seja crucial, a dependência implica um sistema completo de relações sociais, políticas e econômicas, que interligam grupos de pessoas, ou melhor, classes sociais inteiras, entre países como dentro deles. Bodenheimer explica que dependência significa que as alternativas de desenvolvimento que se abrem para a nação dependente *são definidas e limitadas por sua integração e as funções que desempenha no mercado mundial.*

[...]Dessa maneira, a diferença entre desenvolvimento e subdesenvolvimento não é simplesmente um dos estágios do crescimento mas também uma posição e uma função em uma única e dominante estrutura internacional de produção e distribuição (PERLMAN, 1981,p. 297).

Contudo, fica claro que a relação entre as economias nacionais e o mercado internacional produz formas relevantes e distintas de conexões da camada social inferior no

⁹ São uma forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia – públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação (IBGE, 2019).

país e entre países, o que acaba por influenciar a produção e o consumo econômico dos mesmos, beneficiando diretamente os interesses das economias desenvolvidas, sendo assim, modalidades de domínio exercido durante a formação do modo capitalista de produção, a acumulação primitiva, o capitalismo competitivo e o capitalismo imperialista monopolista (PERLMAN, 1981).

Historicamente, destaca-se 3 (três) estágios ou formas de organização social e desenvolvimento econômico. 1) domínio colonial, caracterizado pela soberania política do poder colonial que visava a intensa extração de recursos e posse territorial; 2) domínio comercial-capitalista, marcado pelos termos de troca, compra de matérias-primas baratas e pela abertura de novos mercados para produtos manufaturados; 3) dominação imperialista ou financeiro-industrial, definida pelo investimento especulativo e pela criação de novas indústrias nos países dependentes.

2.1.2 Políticas socioassistenciais para PSR no Brasil

No Brasil, segundo Silva (2009), são escassos os estudos que buscam resgatar a trajetória histórica da população em situação de rua. Foi a partir dos anos 1990 que se realizaram pesquisas exploratórias sobre o fenômeno e que ganharam visibilidade as ações de governo para o enfrentamento da questão. Somente em 2009, foi publicada a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua realizada sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Essa Pesquisa foi feita pelo MDS em 71 municípios com mais de 300 mil habitantes e revelou a existência de 48 mil pessoas em situação de rua. Vale destacar que municípios como São Paulo; Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre realizam pesquisas próprias que se somaram à pesquisa supracitada.

Esse é o maior levantamento à nível nacional sobre essa população e foi realizado em 2008 e permitiu caracterizar a população em situação de rua e subsidiar a formulação e implantação de políticas públicas para esse segmento, possibilitou, também, compreender a heterogeneidade dos modos de vida dessa população, a exemplo das suas características socioeconômicas, escolaridade, tempo de permanência nas ruas, faixa etária, fontes de renda, relações e vínculos estabelecidos, dentre outros aspectos. A orientação do governo federal da época era que toda a população em situação de rua fosse inserida no Cadastro Único dos programas sociais.

Os resultados da referida pesquisa indicaram uma população predominantemente formada por homens, 82%, sendo a proporção de negros, 67%, neste grupo, substancialmente maior do que a observada no conjunto da população brasileira, 44,6%, no Censo Demográfico

de 2010. Caracterizada, em grande parte, como uma população composta por trabalhadores do mercado informal, 52,6%, que recebiam entre R\$ 20,00 e R\$ 80,00 semanais, atuando como catadores de material reciclável, 27,5%, flanelinhas, 14,1%, em setores da construção civil, 6,3%, e limpeza, 4,2%, como carregadores e estivadores, 3,1%. A grande maioria, 47,7%, nunca teve carteira assinada ou não trabalhava formalmente há muito tempo (BRASIL, 2008). Vale salientar que os dados revelaram que, ao contrário das representações sociais a respeito da população em situação de rua, apenas uma minoria, 15%, pedia dinheiro nos espaços públicos como sua principal fonte de sobrevivência. Assim, não se trata de uma população de “mendigos” ou “pedintes”, mas de trabalhadores que têm alguma profissão, 58,6%, embora situados na chamada economia informal (BRASIL, 2008). A pesquisa apontou como principais motivos pelos quais os entrevistados passaram a viver nas ruas: alcoolismo e/ou uso de outras drogas, 35,5%, problemas de desemprego, 29,8%, e conflitos familiares, 29,1%. Cerca de 70% citaram pelo menos um desses três motivos, os quais podem, ainda, estar correlacionados, sem que se possa concluir a prevalência específica de cada um desses motivos nas trajetórias pessoais de cada entrevistado. Quase 90% da população em situação de rua afirmou não receber qualquer benefício de órgãos governamentais. Entre os benefícios recebidos, foram identificados: aposentadoria, 3,2%, Programa Bolsa Família¹⁰, 2,3%, e Benefício de Prestação Continuada

- BPC, 1,3% (BRASIL, 2008). As dificuldades para o acesso a empregos formais e a serviços e programas governamentais podem estar relacionadas ao percentual de pessoas em situação de rua que não possuía documento de identificação (24,8%) o que demonstra a necessidade de se priorizar a viabilização da documentação para garantir o acesso ao mercado de trabalho e a benefícios socioassistenciais, exercendo assim sua cidadania (BRASIL, 2008).

Pode-se concluir que este grupo é heterógeno e não corresponde ao perfil de mendicância e intensas migrações. O preconceito social faz com que a população em situação de rua seja alvo de atitudes que vão do extremo da total indiferença, invisibilidade e ausência de respeito e sensibilidade por parte da sociedade, até as práticas de violência física, o que reforça uma visão de descaso e hostilidade a essa condição social. Diante desse cenário, as ações públicas para a PSR devem ter um caráter de esclarecimento da sociedade e de afirmação de direitos, no sentido de ampliar as possibilidades para a reconstrução de projetos e trajetórias de vida que incluam a saída das ruas.

Foi instituída por força de Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009 uma Política

¹⁰ O programa Bolsa Família consiste na transferência condicionada de renda para famílias em situação de pobreza, segundo critério de renda familiar.

Nacional para Pessoa em Situação de Rua (PSR) o que se configura em avanços alçados pelo país em relação a essa população. A Política Nacional foi elaborada com o objetivo de orientar a construção e execução das políticas públicas voltadas para este segmento populacional. Conforme está previsto em todas as políticas públicas brasileiras a partir da Constituição de 1988, também na Política Nacional para Inclusão da População em Situação de Rua a construção de ações intersetoriais é uma prerrogativa prevista para dar respostas às demandas desse público.

A população em situação de rua é uma parcela da sociedade que “faz das ruas seu espaço principal de sobrevivência e de ordenação de suas identidades” (BRASIL, 2008, p. 03), essas pessoas relacionam-se com as ruas de formas diferentes, mas que tem em comum o fato de estabelecer nas ruas um espaço de relações privadas. Por ter a rua como seu espaço principal de sobrevivência, a população em situação de rua acaba se tornando uma parcela da população excluída e privada de certos direitos perante a sociedade. E essa exclusão social é assim exposta na Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua: "exclusão social relaciona-se com situações extremas de ruptura de relações familiares e afetivas, além de ruptura total ou parcial com o mercado de trabalho e de não participação social efetiva" (BRASIL, 2008, p. 3). Ainda neste sentido, vale salientar que

a importância da inclusão desta Política na perspectiva de políticas públicas é que concretizem direitos conquistados historicamente pelo protagonismo da população-alvo e de seus aliados, combatendo injustiças sociais praticadas contra setores pauperizados e estigmatizados da população. Trata-se, portanto, do estabelecimento e da manutenção da inclusão social, que requerem do Estado a provisão de um padrão mínimo de bem-estar, e da garantia perene destes direitos sociais (BRASIL, 2008, p. 6).

Os princípios preconizados na Política Nacional para Inclusão da População em Situação de Rua são:

I - Promoção e garantia da cidadania e dos direitos humanos; II - Respeito à dignidade do ser humano, sujeito de direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais; III - Direito ao usufruto, permanência, acolhida e inserção na cidade; IV - Não-discriminação por motivo de gênero, orientação sexual, origem étnica ou social, nacionalidade, atuação profissional, religião, faixa etária e situação migratória; V - Supressão de todo e qualquer ato violento e ação vexatória, inclusive os estigmas negativos e preconceitos sociais em relação à população em situação de rua (BRASIL, 2008, p. 14).

Fazem parte das diretrizes da política elementos que direcionam para o rompimento com a fragmentação das ações: a intersetorialidade é preconizada como uma potência para conferir aos usuários dos serviços uma assistência integral. Dessa forma, o tema da intersetorialidade não deveria ser alheio aos governos estaduais e municipais do país.

(BRASIL, 2006). A inclusão no Cadastro Único atrelada à vinculação aos equipamentos e serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) constituem estratégias fundamentais para fortalecer ações de caráter intersetorial para o resgate de direitos e acesso à cidadania das pessoas em situação de rua. O SUAS é um sistema público não-contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira. (BRASIL, 2005) Ele organiza uma rede socioassistencial que é integrada por um conjunto de serviços, benefícios, programas e projetos de assistência social. Nesse contexto, no campo da legislação brasileira, representou um importante avanço a aprovação da lei nº 12.435, de 06 de Julho de 2011 que alterou o art. 23 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, incorporando à *Lei Orgânica da Assistência Social* (LOAS) a criação de programas de proteção social às pessoas em situação de rua no campo da Assistência Social, o que reafirmou o dever do Estado com a proteção social aos cidadãos brasileiros que se encontram em situação de rua no Brasil.

É importante destacar que o processo de construção da Política Nacional para População de Rua bem como o conceito de PSR apresentado no Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009 é resultado do diálogo estabelecido entre o Comitê de acompanhamento intersetorial de Políticas socioassistenciais do Governo federal da época junto ao Movimento Nacional de População de Rua. Esse processo foi uma construção coletiva e que deu voz ao movimento social. O objetivo da referida Política é estabelecer as atribuições do Estado frente aos direitos negados ao público em questão, principalmente direito à moradia¹¹ previsto pela Constituição Federal, além de incluir a PSR no Cadastro Único para que se tenha acesso a serviços que possibilitem a construção de autonomia dessas pessoas para que elas não precisem ficar nas ruas.

2.2 Pobreza extrema e os caminhos para uma crise humanitária

A pobreza é uma realidade crescente e complexa, que em países pobres apresenta sua face mais cruel: a pobreza extrema. No caso da América Latina, a pobreza enquanto problemática foi há muito tempo tematizada, “começando pelo ensaísmo fecundo dos anos 1920 e 1930 até chegar aos estudos acadêmicos efetuados por equipes dotadas de diferentes técnicas de investigação [...] Os mecanismos de marginalização, produziram excelentes

¹¹ O Brasil incluiu, no texto do art. 6º da Carta Magna de 1988, mediante a Emenda Constitucional nº 26/2000, o direito à moradia como um direito fundamental, além dos direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, e a assistência aos desamparados (BRASIL, 2014).

trabalhos de reconstrução histórica e de análise teórica sobre a produção e reprodução da pobreza (REGO; PINZANI, 2014, p.20).

Em suma, a pobreza está vinculada às necessidades básicas não atendidas, comuns a todos os cidadãos, que para Salama e Destremau (2001) podem ser divididas em dois aspectos: necessidades biológicas e acesso coletivo a bens e serviços públicos. Sob esse viés, a População em Situação de Rua exemplifica tal situação de privação das necessidades básicas e negação de direitos humanos e sociais. No Brasil, há um contingente significativo desse seguimento populacional, essa conjuntura revela os desafios estruturais vivenciados pelo país para garantia de cidadania e erradicação da pobreza.

A metodologia utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para definir os extremamente pobres no Brasil é baseada na linha definida pelo Banco Mundial e

[...] adotada pelas Nações Unidas como parâmetro de aferição do cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), de US\$ 1,25 per capita por dia pela Paridade do Poder de Compra (PPC), que no momento de concepção do Brasil sem Miséria se traduzia em cerca de R\$ 67,00 (FALCÃO; COSTA, 2014, p.07).

Segundo Tronco e Ramos (2017, p. 297), “para entender a linha de pobreza oficial do governo federal brasileiro é necessário compreender sua origem como parte do Plano Brasil Sem Miséria”, que se iniciou em 2011 com o objetivo de erradicar a extrema pobreza no Brasil e com “[...] a previsão de durar quatro anos, mas na prática suas ações continuam ao longo de 2015 e 2016” (TRONCO; RAMOS, 2017, p. 297). Diante da proposta do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), constatar o número de pessoas pobres e extremamente pobres era o passo inicial para o trabalho do Governo Federal frente a principal meta do plano, erradicar a miséria do país. Entre as iniciativas do PBSM estavam programas para a garantia de renda e acesso a serviços e inclusão dos mais pobres, de maneira que,

para chegar até elas, o próprio Estado passou a buscá-las e incluí-las no Cadastro Único de Programas Sociais (CADÚnico), um grande cadastro da população brasileira de baixa renda, a partir do qual elas são inscritas em programas sociais como o Bolsa Família. Esse movimento foi chamado de Busca Ativa (TRONCO; RAMOS, 2017, p. 297).

De acordo com Falcão e Costa (2014, p. 69-70), a escolha da metodologia de medição da pobreza foi a mais pragmática possível. O governo descartou a criação de uma nova comissão técnica e adotou como linhas de extrema pobreza e pobreza as linhas já utilizadas na operacionalização do Programa Bolsa Família (R\$ 70,00 e R\$ 140,00, respectivamente).

A aplicação da linha considera conversão pela paridade de poder de compra, e, é aplicada sobre o PNAD como uma dentre as várias formas de acompanhar a evolução da taxa de extrema pobreza ao longo do tempo, e, no Cadastro Único para a gestão do Plano. Segundo a Síntese de Indicadores Sociais (SIS, 2018), o Brasil é classificado entre os países com rendimento médio-alto, com base na Renda Nacional Bruta (RNB) per capita, para os quais o Banco Mundial sugere a linha de US\$ 5,50 Paridade do Poder de Compra (PPC) para classificar as pessoas na pobreza. Essa linha foi adotada nas Sínteses de Indicadores Sociais de 2017 e de 2018 (BRASIL, 2018).

Ainda de acordo com a Síntese de Indicadores Sociais (BRASIL, 2018) do IBGE, é considerado em situação de pobreza pessoas com rendimentos de até US\$ 5,5 por dia, ou R\$406,00 por mês, e em situação de extrema pobreza pessoas com rendimentos inferiores a US\$1,90 por dia (R\$140,00 por mês). O Brasil ocupou a 79ª posição em desenvolvimento humano entre 187 países (BRASIL SAI DO MAPA DA FOME..., 2014.), em contrapartida, foi considerada, em 2015, a 9ª maior economia do mundo evidenciando a disparidade entre prosperidade econômica e social (FROSSARD; PESSÔA, 2018). De acordo com o relatório global da Organização das Nações Unidas (ONU), para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o Brasil saiu do Mapa Mundial da Fome¹² em 2014, momento o qual o país foi destaque no relatório de *Insegurança Alimentar no Mundo*, justamente pela estratégia construída pelo governo federal para combater a fome, estratégia essa que envolve os programas sociais como o Bolsa Família (CASTILHO, 2017, p.467). O aumento da oferta de alimentos, aumento da renda dos mais pobres com o crescimento real de 71,5% do salário mínimo e a geração de 21 milhões de empregos entre outros fatores que contribuíram para o alcance deste resultado, combatendo a fome e suas causas estruturais, que geram a exclusão social das pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica (BRASIL SAI DO MAPA DA FOME..., 2014, p.01).

¹² Mapa Mundial da Fome é um documento elaborado periodicamente pela FAO que visa dimensionar a situação da fome no mundo, apresentando os países que avançaram, como também, os que retrocederam.

Entre os nove principais programas¹³ construídos ao longo dos governos Lula e Dilma (2003-2016), oito perderam investimentos em 2015, com exceção apenas do programa Brasil Sorridente (BONFIM, 2016, p.01). Um dos programas sociais que teve o maior corte, foi o Minha Casa, Minha Vida onde a previsão para este programa habitacional foi de uma queda de R\$ 4,6 bi, em 2019 e de R\$ 2,7 bi na projeção para 2020 (BOLSONARO CORTA..., 2019). Os dados orçamentários da União evidenciam os inúmeros cortes que o governo federal realizou nos programas sociais, com a justificativa de que o contingenciamento ocorre em razão da crise econômica.

Em 2017, a ONU alertou para o risco de o Brasil voltar ao próximo Mapa da Fome, pois, uma combinação de fatores que se sucederam de 2015 a 2017, como a alta do desemprego, o avanço da pobreza, o corte de beneficiários do Bolsa Família e do aluguel social, e o congelamento dos gastos públicos por até 20 anos, favorecem ao cenário onde uma grande parcela da população seja contabilizada como pessoas em extrema pobreza, em situação de fome e muito provavelmente em situação de rua (ONU, 2019). Nesse mesmo ano, um estudo realizado por um grupo constituído por mais de 40 entidades da sociedade civil, conhecido por “Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para Agenda 2030”, publicou o relatório síntese que indicou o crescente aumento da pobreza no país e, conseqüentemente, o retorno expressivo da fome aos lares brasileiros:

Até 2014, o Brasil foi exitoso ao atingir antecipadamente o Objetivo do Desenvolvimento do Milênio de reduzir a fome e a pobreza. Nos últimos anos, porém, o cenário começou a mudar, com o enfrentamento equivocado do déficit fiscal acumulado e o descaso com problemas estruturais como a reforma tributária, levando o país a uma crise econômica e agravando o desemprego. No início de 2017, batemos o recorde da série histórica, com 14,2 milhões de trabalhadores desempregados. (AGENDA 2030, 2017, p. 8).

Segundo dados do IBGE (2017-2019), a faixa de extrema pobreza no Brasil aumentou de 6,6% em 2016 para 7,4% no ano de 2017. A pesquisa Sínteses de Indicadores Sociais, divulgada pelo IBGE em 2017, revela ainda, que dos 208,4 milhões de brasileiros, 15,2

¹³ Os principais programas sociais são: Pronatec – Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego; Fies – Fundo de Financiamento Estudantil; Prouni – Programa Universidade para Todos; Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar; Luz para Todos; Bolsa Família; Brasil Carinhoso; Minha Casa Minha Vida; Brasil Sorridente.

milhões de pessoas são extremamente pobres, e, 1,6% da população alagoana, ou seja, 53.872 pessoas sobrevivem em situação de extrema pobreza (IBGE, 2017). Essa população representada em percentuais, são as pessoas, famílias mais suscetíveis à situação de rua. Em 2012, foi registrado o maior nível da série para a pobreza, 26,5%, seguido de queda de 4 ponto percentual em 2014. A partir de 2015, com a crise econômica e política e a redução do mercado de trabalho, os percentuais de pobreza passaram a subir com pequena queda em 2018, mas não chega a ser uma mudança de tendência. (EXTREMA POBREZA..., 2019, p. 02). Já em 2018, houve uma melhora nos indicadores do trabalho, embora tenha sido mais relevante no trabalho informal. O valor dos rendimentos cresceu para toda a população, só que foi maior para os 10% com maiores rendimentos que se apropriaram de uma parcela maior do que os 40% com menores rendimentos, ampliando a desigualdade. (EXTREMA POBREZA..., 2019, p. 04).

Em relação às condições de moradia, 56,2% (29,5 milhões) da população abaixo da linha da pobreza não têm acesso a esgotamento sanitário; 25,8% (13,5 milhões) não são atendidos com abastecimento de água por rede; e 21,1% (11,1 milhões) não têm coleta de lixo (IBGE, 2017- 2019). Tanto em relação às inadequações habitacionais como em relação à ausência de saneamento, as proporções registradas são maiores entre pretos e pardos do que entre brancos. Entre pretos e pardos, 42,8% (49,7 milhões) não são atendidos com coleta de esgoto; 17,9% (20,7 milhões), não têm abastecimento de água por rede; e 12,5% (14,5 milhões) não têm acesso a coleta de lixo (IBGE, 2017- 2019). Uma pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) registrou 101 mil pessoas em situação de rua no Brasil (IPEA, 2017). Já segundo dados do IBGE (2017-2019), o Nordeste concentrou o maior percentual daqueles em situação de pobreza, 44,8%, o equivalente a 25,5 milhões de pessoas. Entre os estados, são 48,9% da proporção de pobres na população de Alagoas e mais da metade da população (54,1%) no estado do Maranhão.

A insegurança alimentar grave esteve presente no lar de 10,3 milhões de brasileiros entre 2017 e 2018, sendo que 1,3 milhão estão no Nordeste, como retrata a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018, divulgada pelo IBGE (2017- 2019). Isso significa que quase 5% da população brasileira convive novamente com a fome, sendo esse dado determinante para o retorno do Brasil ao mapa da fome. Nessa perspectiva, em 2018, a ONU publicou o relatório “Panorama da Segurança Alimentar e Nutricional na América Latina e Caribe”, esse documento apresentou a estimativa de que aproximadamente 5 milhões de brasileiros estão em condição de pobreza extrema e fome. Desse modo, constata-se que o país está regredindo a passos largos. Associado a esse quadro, a partir do segundo semestre

de 2019, acentuou-se a concentração de renda no Brasil. O relatório aponta ainda, que houve uma queda de 17% do poder de compra dos mais pobres enquanto que para 1% dos mais ricos teve acréscimo de 10% em suas rendas. (ALTA DA DESIGUALDADE..., 2019).

Sobre esse assunto, Cruz (2021, p. 8) ressalta que

[...] mesmo diante do cenário fragilizado em que se encontrava a Segurança Alimentar e Nutricional, após 2015, bem como os alertas para o possível retorno do país ao Mapa da Fome, em janeiro de 2019, o presidente Jair Bolsonaro, ainda recém-empossado, publicou a Medida Provisória nº 870 e extinguiu o CONSEA¹⁴, o que representou um forte retrocesso da SAN¹⁵ brasileira. O governo Bolsonaro também vetou do Plano Plurianual (PPA) 2020 –2023 o compromisso orçamentário com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) e por meio do Decreto nº 9759/19 desfez a comissão nacional responsável pela implementação da Agenda 2030 no Brasil.

Nesse cenário mesmo com organizações de monitoramento alertando para o aumento da extrema pobreza e situação de fome, o governo federal apresenta uma postura negacionista com relação a essas questões no Brasil, de maneira que, pouco a pouco foram sendo desmontadas as instâncias administrativas referentes à Segurança Alimentar e Nutricional bem como foram realizados cortes em programas sociais, redirecionando verbas para o incentivo à agricultura predatória e agroexportadora em detrimento à produção local e familiar. Assim, pode-se afirmar que o governo foi negligente ao risco exponencial do retorno do país ao mapa mundial da fome em razão do grande número de brasileiros sobrevivendo em situação de extrema pobreza.

Em 2020 a FAO estimou que o impacto da pandemia na insegurança alimentar poderia atingir cerca de 265 milhões de pessoas em países de baixa e média renda até o fim do ano de 2020 (FSIN, 2020). Nessa acepção, a fome, que cresceu no Brasil na última década, agravando-se no contexto pandêmico, de maneira que, conforme o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da covid-19 no Brasil, em 2020, 19 milhões de pessoas viviam em situação de fome no país. Em 2018, eram 10,3 milhões de pessoas, portanto, em dois anos houve um aumento quase 9 milhões de pessoas vivendo nessa situação (COMO A FOME..., 2020).

Segundo David M. Beasley, Diretor Executivo do Programa Mundial de Alimentos da ONU, a pandemia ameaça detonar uma crise humanitária global sem precedentes, visto que os há muitos desafios a serem superados, estes envolvem cortes de financiamento a ações do

¹⁴ Conselho Nacional de Segurança Alimentar extinguido através da Medida Provisória 870/2019, convertida posteriormente na Lei 13.844/2019.

¹⁵ Segurança Alimentar e Nutricional

Programa, bem como fechamento de fronteiras, dificuldades de acesso às pessoas que necessitam socorro e de manutenção dos fluxos de mercadorias e de pessoas que prestam ajuda humanitária (ONU, 2020).

Contudo, verifica-se que além da pandemia da COVID-19 e potencializada por ela, há uma dramática combinação entre aumento dos preços, com redução da disponibilidade dos alimentos, alto desemprego, associado a redução do poder de compra. Todos esses fatores comprometem efetivamente o acesso aos alimentos. A pandemia da COVID-19 apresenta à humanidade o desafio de salvar vidas humanas sob as condições de medidas de isolamento e que acarretaram inevitavelmente em impactos na economia, ao passo que também apresentaram desafios de condições de sobrevivência das populações mais pobres do mundo, demandando planejamento e ações que se sujeitam vontade política e a fatores econômicos.

2.2.1 Impactos da Covid-19 no cenário da pobreza brasileira

Neste contexto, emerge em dezembro de 2019, uma epidemia iniciada na China, desencadeada pelo coronavírus (SARS-CoV-2), responsável pela doença denominada Covid-19¹⁶, propagou-se rapidamente pelo mundo, chegando ao Brasil em meados do mês de março de 2020. Essa situação foi reconhecida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como umapandemia já em fevereiro de 2020 acarretando em Situação de Emergência em Saúde Pública no mundo todo. Em 2020 foram confirmados cerca de 4 milhões de casos e até o mês de maio, ocorreram aproximadamente 290 mil óbitos, no Brasil foram 177.589 casos confirmados e 12.400 óbitos até o referido mês (BRASIL, 2020a). Diante desse cenário, a OMS iniciou a campanha para que os países adotassem as medidas recomendadas pelos cientistas, o que incluía o distanciamento e/ou isolamento social, uso de máscaras e higienização constantes das mãos com uso de álcool em gel (70%), pois assim poderíamos retardar a curva de crescimento dos infectados e o número de mortos pela Covid-19 (BRASIL, 2020c), até a comunidade médica e científica desenvolverem um tratamento, vacina ou cura efetiva.

No entanto, no Brasil, o presidente da república assumiu uma postura negacionista à ciência bem como às recomendações da Organização Mundial Saúde, essa conduta

¹⁶ A COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, que apresenta um espectro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros graves. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, a maioria (cerca de 80%) dos pacientes com COVID-19 podem ser assintomáticos ou oligossintomáticos (poucos sintomas), e aproximadamente 20% dos casos detectados requer atendimento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória, dos quais aproximadamente 5% podem necessitar de suporte ventilatório (BRASIL,2020d).

influenciou de forma negativa uma parcela da população a adotar as orientações científicas o que promoveu uma rápida e crescente propagação do vírus no país caminhando para um colapso do Sistema Único de Saúde (SUS) e superlotação nas redes privadas de saúde (CRUZ, 2021). Tendo em vista que o Governo Federal negligenciou suas responsabilidades frente ao combate à Covid-19 e na condução de um efetivo planejamento nacional, foi necessária a intervenção do Supremo Tribunal Federal (STF), que concedeu autonomia aos estados e municípios para tomada de decisões no combate da nova pandemia do coronavírus. A pandemia do coronavírus acarretou em muitos impactos imediatos, pois potencializou a crise econômica e política do país, da mesma forma em que exigiu uma nova sociabilidade, pautada pelo afastamento e/ou isolamento social devido à sua alta capacidade de transmissão, nesse sentido, fora promovida a máxima “fique em casa” o que afetou todas as atividades humanas presenciais além de revelar e evidenciar as desigualdades socioeconômicas e manifestações de pobreza tais quais as que se analisa no presente trabalho, extrema pobreza e situação de rua. Esse acontecimento trouxe desespero e ruiu as perspectivas de todas as pessoas capazes de perceber a seriedade desse evento, um marco histórico dos últimos cem anos, que atinge todos os setores indistintamente.

Diante desse cenário, objetivando amenizar economicamente os efeitos da pandemia, o governo brasileiro foi impelido pela oposição a criar uma renda básica, no valor de R\$ 600,00 para a população mais afetada pela crise econômica em curso. O “Auxílio Emergencial” conta com pagamento de três parcelas no referido valor, por meio da Caixa Econômica Federal e segue critérios de renda para sua concessão. No entanto, o benefício acabou sendo reduzido para R\$ 300,00, nos seus últimos pagamentos (três últimas parcelas) e adotou critérios mais restrito na sua concessão (CRUZ, 2021). Vale ressaltar que alguns segmentos da população ficaram descobertos pelo benefício, bem como, quem teve acesso relatou dificuldades em receber o dinheiro.

Posteriormente, ainda segundo Cruz (2021), o Governo Federal reduziu as parcelas do auxílio emergencial 2021 que será pago para trabalhadores informais e beneficiários do Bolsa Família, de maneira que, os valores foram creditados a partir de abril de 2021, sendo quatro parcelas e com valores que variam entre R\$ 150, R\$ 250 e R\$ 375. Vale destacar que na primeira fase do auxílio emergencial, 68,2 milhões de pessoas receberam o benefício de no mínimo R\$ 600 e na segunda fase, até abril de 2021 está previsto um número inferior de beneficiários, 45,6 milhões de pessoas como também um valor muito abaixo do necessário, principalmente quando se considera as os crescentes casos confirmados de COVID-19, o número de mortos em razão da supracitada doença, a alta da inflação e os índices de pobreza,

desemprego e situação de rua.

Segundo os dados da Pnad/IBGE, desde abril de 2020, 3,3 milhões de pessoas perderam seus empregos, mais adiante, o desemprego atingiu a taxa recorde de 14,7% no 1º trimestre de 2021, sendo esta a maior taxa de desempregados de todos os trimestres da série histórica, que fora iniciada em 2012 (NORTE E NORDESTE PUXAM DESEMPREGO..., 2021). Esse dado representa uma alta de 6,3%, ou de mais 880 mil pessoas na fila por uma vaga de trabalho no país, na comparação com 4º trimestre de 2020. Sendo assim, a partir dessas estatísticas, em um ano 1,956 milhão de pessoas entraram para a situação de desemprego, sem mencionar a população que desistiu de procurar emprego, denominadas pelo IBGE como “desalentadas”, nessa categoria contabilizou-se 6 milhões de pessoas, crescendo 25,1% ante o mesmo período de 2020. Contudo, ainda segundo o Portal de notícias do G1 (2021), as maiores taxas de desocupação foram em Pernambuco e Bahia (21,3%); Sergipe (20,9%) e Alagoas (20%), associado a esse cenário de desemprego, as taxas de informalidade nas regiões Norte(55,6%) e Nordeste (53,3%) superaram a média nacional (39,6%).

Em suma, o coronavírus chega ao Brasil em um momento de estagnação econômica e de desmonte do sistema público de saúde, afetando a proteção social, a segurança alimentar e nutricional, acarretando no aumento acelerado da pobreza. A convergência entre estes fatores no contexto de esvaziamento das políticas públicas, contribui ainda mais para que grande parcela dos brasileiros se encontre em uma situação de profunda vulnerabilidade diante dessa pandemia. Essa pandemia é um reflexo dos problemas mais profundos da sociedade, social, econômico e racial que vai além de uma crise de saúde, pois possui características de uma crise sanitária e humanitária. Em todas as crises, cada país tende a mobilizar seus recursos e ativos para contornar e superar o problema, nesse processo, suas mazelas também são evidenciadas, de maneira que, em meio a toda a desigualdade socioeconômica evidenciada em tempos de pandemia e isolamento social, está a população em situação de rua vivendo em uma configuração muito mais grave.

2.2.2 Os desafios da pandemia para a PSR

Em um cenário onde as violações de direitos tem se tornado constantes, compreendendo, portanto, que ações de enfrentamento as múltiplas violências, defesa dos direitos e agora a pandemia do COVID-19, exigem tomadas de atitudes urgentes. Nesse sentido, abordaremos também sobre o fenômeno PSR no âmbito da pandemia ocasionada pela COVID-19. Destacando os desafios dessa população para viver em um contexto pandêmico, essas pessoas sofrem com invisibilidade social e com múltiplas determinações

sociais vinculadas às suas trajetórias de vida, fazem parte de uma sociedade marginalizada, rotulada e discriminada, vítima de preconceito que se manifesta em um estado muitas vezes negligente às pautas sociais emergentes. Esse público além de viverem constantemente em contextos de grande vulnerabilidade enfrenta dificuldade de acesso aos serviços de saúde e de apoios de serviços sociais em razão de não possuírem, muitas vezes, documentos ou por se sentirem discriminados negativamente, e, com a pandemia vivenciada essa realidade se tornou ainda mais grave (AGUIAR et al., 2020).

O avanço da pandemia apresenta um enorme desafio adicional para as políticas de atenção à população em situação de rua, especialmente neste cenário de ampliação desse contingente. Além dos riscos inerentes à doença, que tem como medidas sanitárias prioritárias –isolamento, distanciamento social e higiene, aspectos distantes das condições dispostas para realidade desse grupo populacional, a ausência de circulação social nas ruas impõe obstáculos para a subsistência diária, dada a escassez das fontes de trabalho, renda e doações (NATALINO e PINHEIRO, 2020). Assim, diante desse contexto, inicialmente, foi necessário pensar em estratégias que abarcassem as demandas da população, bem como das pessoas em situação de rua. Isso porque essa população apresenta, de forma recorrente, problemas de saúde, a saber: Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST/HIV/AIDS), Tuberculose, hepatites, dermatoses, escabiose, gravidez de alto risco, complicações devido ao mau controle das doenças crônicas, problemas de saúde bucal, uso abusivo de álcool e outras drogas, além de agravos à saúde mental (BRASIL, 2014). Vale salientar que essa população é naturalmente suscetível a diversos agravos de saúde, como infecções recorrentes em virtude das condições em que vivem.

Diferentemente da sociedade, o vírus não discrimina, pois acomete ricos e pobres, no entanto, com a evolução do vírus no país, morreram pobres na linha de frente do tratamento à COVID-19, trabalhadores de serviços essenciais e informais, trabalhadores que não puderam deixar de trabalhar, além de pessoas pobres com comorbidades, com acesso desigual ao sistema de saúde. Pessoas pobres moram em lugares pobres o que muitas vezes pressupõe falta de saneamento básico e ausência de moradia. Como seguir as principais recomendações frente à transmissão da COVID-19? “ficar em casa” quando não se tem casa, lavar e higienizar bem as mãos quando não se tem água, utilizar máscaras para evitar a transmissão e o contágio quando sequer possui trocas de roupa.

Populações das classes média e alta fazem o isolamento social e o trabalho remoto, o que contribui sobremaneira para o achatamento da curva neste segmento social. No entanto, Isolamento social para quem tem o espaço da rua como casa; higienização das mãos para

quem não tem acesso a higiene pessoal regularmente; proteção de mãos, bocas, nariz e olhos para quem tem muitas vezes o lixo como fonte de renda e sobrevivência, entre tantas outras fragilidades que ficam ainda mais explícitas quando vivemos em uma guerra silenciosa que foi capaz de parar o mundo. Todas as orientações descritas não são possíveis de serem executadas por este grupo populacional nas condições onde eles se encontram. (NUNES e SOUZA, 2020)

No que concerne ao auxílio emergencial concedido em razão das dificuldades financeiras potencializadas pela situação pandêmica, segundo o Portal de notícias Metrôpoles (2020), na primeira fase do pagamento do auxílio, 144,5 mil pessoas estão inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) do governo federal como “em situação de rua”, desse total, o auxílio de R\$ 600 foi pago a 118,6 mil cidadãos. Portanto, 18%, isto é, 26 mil PSR deixaram de receber assistência emergencial. O número de PSR e que não receberam o auxílio, no entanto, pode ser ainda maior, tendo em vista que uma grande parte dos brasileiros nessa condição não estão no Cadastro Único. Para piorar o quadro, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) publicou um relatório que estima que a população em situação de rua chegou a quase 222 mil pessoas em março de 2020 (BRASIL, 2020b). Para ter acesso ao auxílio, as pessoas precisariam dispor de um smartphone ou computador para baixar o aplicativo específico da Caixa Econômica Federal, efetuar cadastro e solicitar o auxílio, na situação de rua muito provavelmente também seja necessário a ajuda de outra pessoa para solicitar o benefício em razão de não haver familiaridade com o uso de aplicativos de cadastro ou de aparelhos como celular e computador.

Sobre esse assunto, Nunes e Sousa (2020, p. 107) enfatizam que

[...] se torna patente a profunda desigualdade social brasileira, refletida à luz da lógica do sistema capitalista de trabalho assalariado, cuja pobreza extrema coaduna-se com seu funcionamento. Parece não haver dúvidas de que o debate sobre os direitos humanos e em defesa da vida com dignidade e respeito precisam de lutas diárias para serem conquistados. a transferência de renda deve contemplar esse público e, para tal, as ações governamentais necessitarão que seja viável cadastrar essas pessoas que não possuem muitas vezes o CPF e nem telefone celular, conforme vem sendo utilizado para o acesso a emergência financeira disponibilizada pelo governo. Medidas como disponibilização de pias e banheiros químicos para facilitar a higiene, oferta de pequenos abrigos.

Vale ressaltar que o acesso ao programa é quase completamente virtual como forma de não promover aglomerações em filas nos bancos ou outras instituições que poderiam efetuar os cadastros e solicitações ao benefício. O segmento aqui analisado, está permanentemente exposto a carência de várias políticas públicas que perpassam pela

moradia, saúde, educação, assistência, entre outras, em tempos da pandemia do COVID-19 a situação piorou, conjecturando sobre o território das pessoas em situação de rua, no que tange aos meios de vida, faz-se necessário considerar que a rua é percebida como seu local de moradia, sendo assim, com os estabelecimentos comerciais fechados e a baixa circulação de pessoas nas ruas encerram-se as poucas fontes de provimento de renda que se dá através da catação de materiais recicláveis, trabalhos informais como ambulantes, bem como diminuí as possibilidades de caridade e prática de mendicância, entre outros meios de sobrevivência.

Nesse sentido, refletir sobre este tema possui relevância social porque, diante das condições de vida que acomete este grupo, com o crescimento da pandemia e a inexistência de políticas públicas para esse enfrentamento, acrescido da pouca oferta de espaços destinados ao acolhimento para os moradores em situação de rua revela uma realidade que desnuda as desigualdades sociais e a extrema iniquidade que acomete este segmento invisibilizado à sociedade. A dimensão da População em Situação de Rua no Brasil se agravou e mais recentemente foi divulgado por meio de uma nota técnica elaborada pelo IPEA (BRASIL, 2020b) que o número de pessoas em situação de rua no Brasil cresceu 140% entre 2012 e março de 2020, chegando a quase 222 mil pessoas em todo o território nacional.

Em Alagoas, o dado mais recente divulgado pelo Ministério da Cidadania, expressa que 980 famílias alagoanas vivem nas ruas, o que significa o maior número de pessoas em situação de rua inscritas no Cadastro Único do Governo Federal desde 2012.

Os dados mostram que, no começo da pandemia, em março de 2020, eram 925 famílias cadastradas. Ou seja, um ano e um mês depois houve um acréscimo de mais 75 famílias. Entre elas, 507 são de Maceió. Entre as capitais brasileiras, Maceió é a 8ª com menos famílias cadastradas (ALAGOAS ALCANÇA O MAIOR..., 2021).

A fome tem assumidos contornos dramáticos e o combate exigindo a mobilização da sociedade, desse modo, no início de julho de 2021, houveram manifestações por parte do Movimento Nacional de PSR de Maceió juntamente com outras organizações reivindicando que o governo estadual convocasse uma reunião extraordinária do Conselho Integrado de Políticas de Inclusão Social (CIPIS), órgão gestor do Fundo Estadual de Combate e Erradicação à Pobreza (FECOEP), para deliberar o plano emergencial voltado à população em situação de pobreza extrema. Foi entregue o manifesto coletivo assinado por 50 entidades, movimentos sociais, comunidades e organizações da sociedade civil para cobrar que efetivamente ocorra a reunião para tratar sobre os recursos do FECOEP para assim tentar amenizar os impactos da pandemia para pessoas em situação de extrema pobreza, de maneira que seja considerado o Plano Emergencial apresentado pela Universidade Federal de Alagoas

(UFAL) em março de 2021.

3 A GEOGRAFIA DA SITUAÇÃO DE RUA

Ter a rua como espaço para morar; ocupar determinados espaços a partir de marcos socioeconômicos; processo de migração; construir vínculos com o lugar; realizar permanências e mobilidades; territorialização do espaço urbano; constituir a paisagem urbana entre outros aspectos abordados nesta dissertação denota a complexidade do tema pesquisado e evidencia que há uma sobreposição de aspectos. Portanto, reconhecer as perspectivas das análises geográficas sobre um tema tão expressivo nas cidades auxilia na compreensão de sua incontornável dimensão espacial.

Na situação de rua, o indivíduo encontra-se desprovido de relações domiciliadas e à mercê do espaço urbano, a complexidade do espaço urbano é expressada na paisagem urbana, de modo a revelar um cenário rico de representações e signos intrínsecos à Geografia. O espaço urbano, é o espaço onde as forças produtivas atingiram sua maturidade e sua organização, no qual pode ser observado as faces e efeitos do capitalismo, incluindo principalmente a desigualdade socioeconômica, os subempregos, as submoradias e a extrema pobreza nos espaços públicos como nas calçadas, nas praças, embaixo dos viadutos etc. (FERRETI, 2019).

Sob a perspectiva da Geografia Urbana, a desigualdade socioeconômica estabelece a organização do espaço urbano, pois, a população de alta renda define a sua localização no espaço da cidade, influenciando diretamente sobre a valorização das terras e, por consequência, restringindo o acesso às famílias de menor renda (SORAGGI; ARAGÃO, 2016). Bem como é no meio urbano que se observa a concentração de grande parte do capital e onde são geralmente construídas as inovações técnicas e científicas (SANTOS, 2008). Dessa forma, quanto maior a diferença de renda entre os habitantes, maior é a diferença entre moradias, poder de compra, acesso à serviços e a qualidade de vida. Assim, pode-se afirmar que a cidade se organiza por relações de poder.

A Geografia, em sua essência, é uma das ciências que estuda as relações sistêmicas e de interdependência entre os diferentes ramos do saber, e, portanto, é uma ciência que permite um estudo holístico sobre o presente tema, pois o espaço geográfico se configura como seu objeto de estudo, isso inclui observar, identificar e discutir problemas percebidos na sociedade. Os conceitos clássicos da Geografia, sobretudo Espaço e Território, servem como recursos para buscar compreender a problematização pertinente ao fenômeno da PSR.

Para tanto, considera-se o meio urbano enquanto cenário de segregações onde as desigualdades são refletidas no arranjo urbano, configurando a paisagem e estabelecendo territorialidades, organizando o espaço urbano baseando-se em fatores socioeconômicos. Na rua não há nenhuma distinção sobre quem deve ou não circular por ela, pois se tem o acesso livre para todos, não há dono, não há propriedade, trata-se de um espaço público. Certamente que as relações entre moradores de rua e espaço urbano não são as relações baseadas nos princípios do domicílio, pois, nesses moldes, a rua pressupõe, local em que todos têm o direito de circular e de permanecer o tempo que quiser nele, no entanto, a forma como a população em situação de rua se organiza no espaço, sua espacialização, mobilidade e permanências podem implicar na noção de posse.

Nesse contexto, há formas de territorialização da PSR no espaço urbano com as suas ocupações? Neste capítulo pretende-se aprofundar essa discussão, para assim discutir essas e outras inquietações que envolvem esse seguimento populacional à luz de conceitos geográficos. A *Geografia Crítica* e seu referencial marxista revelavam as contradições do capital e os diferentes processos de marginalização, violências e desigualdades socioespaciais.

3.1 Território e Territorialidades

No contexto da vida na rua, as territorialidades representam para a vida cotidiana de alguns destes sujeitos uma espécie de soberania relacionado ao espaço e frente às adversidades vividas (RAFFESTIN, 1993). Neste sentido, de modo efêmero, flexível, fluído e descontínuo, tais territorialidades estabelecem uma rede onde há repetições das ações, embora não sejam percebidas por aqueles que produzem esta configuração espacial.

Suas permanências e mobilidade influenciam as territorialidades, que por sua vez, podem ser determinadas por suas ocupações e dia a dia da vida na rua, de maneira que, um indivíduo que desenvolve alguma atividade de trabalho ou prática de mendicância na área central da cidade tende a ocupar e permanecer nas proximidades do seu meio de sustento, por exemplo, um morador de rua que vende frutas e verduras ou trabalha como estivador, provavelmente, irá permanecer nas proximidades do Mercado da produção ou do Centro de Maceió, mesmo porque, esta pessoa muito provavelmente usa os equipamentos assistenciais para higiene pessoal e alimentação e estas instituições também localizam-se nas áreas centrais.

Desenham-se diferentes lógicas espaciais, diferentes itinerários, uma pessoa em

situação de rua que desenvolve atividades de coleta de recicláveis, por exemplo, necessita andar por muitos pontos da cidade, isto é, alguns estabelecimentos, como escritórios e lojas comerciais, descartam ao final do dia grandes quantidades de papelão e de papel branco. As lanchonetes e restaurantes descartam latas de alumínio, garrafas *pet* ou embalagens plásticas, contudo, esses materiais também são encontrados dispersos nas ruas e calçadas.

De acordo com Robaina (2015, p. 174)

[...] a aparente desordem individual destes sujeitos pelos múltiplos pontos é o que produz uma territorialidade em rede, por outro lado, no caso dos que possuem uma única área delimitada, a permanência espaço-temporal e os diferentes acordos são decisivos para a manutenção do território.

Esta população é capaz de se identificar na complexidade da própria lógica espacial, a necessidade de transformar estes espaços em outras configurações espaciais, ou seja, a produção de redes, circuitos e território. Bem como, reconhecem a impossibilidade de permanecer em um único local para a garantia de uma condição mínima da vida cotidiana tendo em vista a configuração de vulnerabilidade no espaço urbano. Ademais, a PSR percebendo que os lugares não estão disponíveis permanentemente em razão da dinâmica da vida urbana acabam por estabelecer uma distinção socioespacial nas suas práticas cotidianas, o que muitas vezes pressupõe um território envolto ao seu local de permanência.

Nesta acepção, Palombini (2015, 186) destaca que “só porque não tem a *posse* não significa que não possam, da sua forma, estabelecer uma espécie de apropriação, ainda que efêmera, frágil, limitada”, dessa forma, essas territorialidades não podem ser pensadas como um aspecto de controle ou domínio absoluto de uma área, mas sim por meio de uma corporalidade de repetições, ritmos e com base no movimento e sua influência espacial junto ao fenômeno (SACK, 1986). Portanto, mesmo não existindo um vínculo rígido com o espaço, se estabelece de certa forma um território descontínuo, edificado a partir da rotina de circulação em determinados locais.

Esses territórios descontínuos embora não se mostrem através de imposição clara de poder por parte da PSR, torna-se por conta da interpretação de quem está de fora, isto é, da sociedade domiciliada, que através de seu julgamento de valores compreende que aquele local não é de livre circulação ou que não é seguro. Um conceito que contempla essa observação é o território paradoxal, que nas palavras de Ornat (2007, p. 201 apud PALOMBINI, 2015, p. 197), é: "de forma distinta ao conceito de território tratado como uma atividade de inclusão e exclusão [...], mas de forma periférica nas relações de poder". Para essa pesquisa, o território, por vezes, é também território paradoxal pelo motivo de que muitas

vezes o indivíduo em situação de rua, numa relação paradoxal fica preso à sua própria liberdade (PALOMBINI, 2015).

O território paradoxal abarca a

concepção de que o território é composto de um poder multidirecional que é intercambiado entre os sujeitos que compõem a(s) configuração(ões), dando sentido à própria apropriação espacial. Esse território se institui de plurilocalizações de sujeitos que não são fixos em suas posições de centro e margem, mas constantemente tensionados, porquanto ocupados simultaneamente. (ORNAT, 2007, p. 202 apud PALOMBINI 2015, p.198).

Sendo assim, o território paradoxal é fictício, pois o que existe é a crença por parte do outro nessa territorialização. Ou seja, se dá muito mais em razão do medo do que pelo perigo, poder ou controle que a PSR exerce ou representam. Bem como delineiam relações de centro e margem, pois os moradores de rua embora perpassem diferentes espaços, existem alguns espaços que eles também não circulam por medo ou receio da própria rejeição ou discriminação. As pessoas socialmente estabelecidas evitam passar por locais onde haja ocupações de PSR. Assim, essas observações acarretam na hipótese de que a população em situação de rua se organizaria espacialmente através da produção de territórios efêmeros (SOUZA, 1995).

Nesse sentido, Bonnemaison (1981, p.253-254, *apud* Haesbaert 2004, p.280) aponta,

[...] um território, antes de ser uma fronteira, é primeiro um conjunto de lugares hierarquizados, conectados a uma rede de itinerários. (...) A territorialização (...) engloba ao mesmo tempo aquilo que é fixação [enraizamento] e aquilo que é mobilidade, em outras palavras, tanto os itinerários quanto os lugares.

Contudo, não basta delimitarmos fisicamente uma área e detalharmos as manifestações culturais e o chamarmos de território, pois, no contexto do “viver nas ruas”, a cultura seria conjunto de tradições que permanecem no território como rugosidades, sendo continuamente recriada em novas formas de sociabilidade. Assim, buscando compreender como ocorre a espacialização e as consequentes territorialidades deve-se considerar a relação profunda entre as dinâmicas espaciais e as culturais; dada a importância da instância cultural para o território.

Nessa perspectiva, o par conceitual tecnosfera-psicosfera posto por Milton Santos pode auxiliar a compreensão da cultura como dimensão presente em várias escalas, formada a partir das informações cotidianas quanto por estratégicas que circulam pelo território. Pode-se compreender que o Território enquanto categoria, apresenta em si variáveis explicativas do movimento do real, e, se usado como conceito, assim como nos propõe Sposito (2004),

torna-se parte do corpo do método, trazendo elementos de vinculação teórico-ideológicos, expressando significado e extensão daquilo que se quer analisar.

Este par conceitual Tecnosfera – Psicosfera se apoiam conjuntamente na promoção dos diversos usos do território, de maneira que, a tecnosfera seria dada pelo conjunto de objetos técnicos implantados nos lugares (SANTOS, 1993), já a psicosfera, seria “o reino das idéias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido [...] fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário” (SANTOS, 1993, p. 204).

Assim, a tecnosfera no contexto da globalização atua na relação direta com os objetos técnicos de outros lugares, associado a esse fator, a psicosfera trata os valores globalizados como sistemas difundidos no território, contribuindo para a expansão de formas de viver cada vez mais homogêneas e fundamentadas no/para consumo. Portanto, os usos do território se fazem conjuntamente na tecnosfera e na psicosfera, indissociáveis, complementares e os dois pilares da racionalidade fundadora da globalização (PEREIRA, 2007, p. 48).

Para este estudo, os conceitos Tecnosfera e Psicosfera caracterizam-se como uma forma de abordar o debate entre cultura e território e como estes fatores concebem subespaços e formas de território paradoxal no meio urbano. Mais especificamente, os subespaços dos moradores em situação de rua, que se configura como um espaço de trânsito quase que exclusivo dos mesmos, pelo menos no momento de seus usos e ocupações, isso se dá, como já fora mencionado, em função do senso comum de que estes sujeitos oferecem algum tipo de perigo, portanto, a criação do subespaço está inegavelmente relacionada com os valores impostos pela realidade dos centros urbanos, onde se configuram muitas ocorrências de violência, assaltos e consumo de drogas ilícitas.

Este pré-conceito é intrínseco à psicosfera enraizada na sociedade domiciliada, Santos (2008, p.14) define psicosfera, como sendo, o resultado das crenças, desejos, vontades e hábitos que inspiram comportamentos filosóficos e práticos, as relações interpessoais e a comunhão com o Universo. A tecnosfera é a técnica e a informação agregadas, se complementando, onde “as técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (SANTOS, 2008, p. 175). A dinâmica do meio urbano ocorre a partir das relações cotidianas que se devem à cooperação e ao conflito entre a base técnica nele existente e os diversos conjuntos de valores hegemônicos que revelam as contradições recriadas continuamente.

Assim, o território, como espaço geográfico qualificado por seus usos, se define através do conjunto formado pelos objetos técnicos, as ações, as atividades e as normas, que ora se expressam em processos e ações sociais, e depois, por suas territorialidades e

territorializações, ou no sentido contrário, com as desterritorializações e desterritorialidades. O exercício teórico-reflexivo acerca da temática e dos conceitos que dele se desdobram, alicerçam as análises sobre a questão do território na cidade; espaços e subespaços urbanos e a paisagem urbana caracterizada pela temporalidade do uso do espaço, chegando finalmente ao conceito de território usado sobretudo, se pensarmos na semântica do termo “usado” advindo do verbo “usar” que subentende algum objeto e alguma ação, estabelecendo uma ordem de acontecimentos, pois, quem usa, usa alguma coisa de algum modo para alguma finalidade (ALMADA, 2014).

A análise da espacialidade da PSR sob a luz do conceito de “território usado” permite a possibilidade que ultrapassa o uso em si, materializado, enraizado no solo, um instante do movimento da totalidade, como forma de realizar sua apreensão, pois, “[...] a totalidade é uma realidade fugaz, que está sempre se desfazendo para voltar a se fazer” (SANTOS, 2012, p. 117). Assim, a configuração territorial não um dado uniforme, com formas de uma mesma temporalidade, período histórico ou realidade técnica, o que se pode perceber é a existência de uma configuração territorial enquanto uma materialidade cumulativa desigual de tempos e de contradições sociais.

A proposta do conceito Território Urbano por Milton Santos (1993) será o conceito central para a elaboração do presente trabalho, para que se possa investigar como a territorialidade pressupõe o indivíduo, buscando realizar uma análise territorial mais preocupada com os mais frágeis e seus lugares, e com os territórios subdesenvolvidos. Sposito (2004) evidencia que a dimensão da obra de Milton Santos deve-se ao fato de ser uma literatura, sobretudo, pertinente ao âmbito da Geografia latino-americana, e claro, pela grande capacidade de difusão do Território enquanto categoria científica para às ciências humanas, atemporal em seus métodos e debates.

O território usado é aquele utilizado por uma dada população, aquele cuja sociedade local rege as manifestações da vida social, inclusive o dinheiro. Trata-se de uma categoria de análise expressada como o “fundamento do trabalho, lugar de residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2002, p. 14). Uma estrutura dotada de movimento próprio (SANTOS, 2000a). É o chão mais a identidade, onde a “identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”, como a concepção de tribo, povo, nação e, depois, de Estado nacional decorre dessa relação tornada profunda (SANTOS, 2000a, 2002).

O território usado, como uma totalidade, seria um campo privilegiado de análise pois revela “a estrutura global da sociedade e a complexidade de seu uso” (SANTOS, 2000b, p. 108). Para Santos (1993) o território não é apenas fundamento do Estado-nação, mas, como

território usado, pois designa o conjunto de objetos e ações, sinônimo de espaço humano e habitado, além de permitir novas concepções construídas na contemporaneidade em lugares contíguos e lugares em rede. Assim, *território usado*, é intrínseco à análise da fluidez que rege as relações econômicas, sendo uma expressão/conceito com sentido aproximado de *espaço social*, *espaço habitado*.

Nesse sentido, Palombini (2015, p.18) assinala que “o espaço nunca deixa de ser social, somente se transmuta em termos de uso e função, sendo utilizados por diferentes públicos, que tomam posições de centro e margem nas relações de poder de acordo com o dia ou a hora”. Assim, o Território Usado é dotado de características que se aproximam e se relacionam o Lugar, lugar como “sede da resistência da sociedade civil” (SANTOS, 1993, p. 19) e como a extensão do acontecer homogêneo ou solidário.

O uso do território é determinado também pela implantação de infraestruturas associada ao dinamismo da economia e da sociedade, pois o dinheiro se constitui como peça central de um sistema econômico complexo, servindo como o equivalente geral de todas as coisas, a medida do valor atribuída ao trabalho e aos seus produtos. Nesta acepção, Santos (1993) assinala que o território pode ser visto como uma materialidade, em suma, a apreensão do território usado por meio dos sentidos humanos caracteriza-o como paisagem. Quanto ao território numa perspectiva política e econômica, pressupõe o espaço, enquanto categoria, objeto e totalidade social, e os subespaços originados a partir das configurações territoriais

Segundo as concepções miltonianas, o estudo do espaço transformado pelos homens, por meio de suas relações e ações, consiste no estudo de categorias do espaço geográfico, a saber: o território, o lugar, a região, a paisagem. No que se refere ao território, Santos (1996) defende que se deve considerá-lo por meio de seu uso, isto é, por meio das ações e relações humanas. Santos (1996), considera o território como um sinônimo do espaço geográfico, sendo este compreendido como uma instância da sociedade (Santos, 1999). Desse modo, dizemos que o território por si próprio não é interessante para as análises geográficas, mas sim o uso que se faz dele, portanto, o território usado.

A permanência espaço-temporal deste fenômeno nas ruas, sobretudo, na área central da cidade personificava esta população e a torna parte integrante da paisagem urbana, isto é, a paisagem urbana como forma de manifestação da produção histórica do espaço urbano, que reproduz o acontecer de diferentes períodos em um dado momento histórico em que é observada, de maneira que o espaço produzido, geralmente está repleto de contradições. (CARLOS, SOUZA e SPOSITO, 2011). Nessa acepção, a paisagem urbana e a cidade nos abrem a perspectiva de entendermos o urbano, a sociedade e a dimensão social e histórica do

espaço urbano.

O Território Usado do morador de rua submetido a temporalidade apresenta que o paradoxo do território dessa população produz efeitos diretos no espaço urbano, numa relação dialética, produzindo-o e, inclusive, se manifestando na paisagem urbana, nesse sentido, Haesbaert (2007, p. 37) nos diz que o conceito de Território

contrasta e se cruza com outros conceitos como região, **paisagem** e lugar [...]. Hoje, num mundo de "hibridismos" como o nosso, os conceitos estão longe de carregar a ambição formal de outrora, e às vezes aqui precisamos trabalhar mais com interseções e ambivalências do que com fronteiras ou limites claramente conhecidos. (2007, p. 37, grifo meu).

Tratar sobre território pressupõe tratar também de espaço e paisagem, pois o primeiro é onde o território ocorre efetivamente e o segundo é a forma visual como ele se expressa. Nessa abordagem, conforme Santos (1997, p. 67):

A paisagem se dá como um conjunto de objetos reais-concretos. Nesse sentido a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal [...] A paisagem existe através de suas formas, criadas em momentos históricos diferentes, porém coexistindo no momento atual. No espaço, as formas de que se compõe a paisagem preenchem, no momento atual, uma função atual, como resposta às necessidades atuais da sociedade.

A paisagem como sendo expressão acumulada de tempos desiguais em formas concretas e visíveis no espaço materializa espaços subutilizados, revelando uma espacialidade que interditará simbolicamente a circulação da sociedade estabelecida. É neste momento que o espaço se torna um *subespaço*, que para Palombini (2015, p. 18) trata-se de

um espaço que sai de sua atribuição comum e é tomado por uma outra função; função essa que abriga um grupo tipicamente urbano que a sociedade tradicional resiste em reconhecer, mas que existe e está ali, expresso na paisagem urbana. [...] o morador de rua transita em espaços que, se em um momento são espaços socializados pelas pessoas socialmente estabelecidas, noutro tornam-se espaços, de certa forma, exclusivamente territorializados por eles. E é nesse momento que ganham o prefixo "sub".

A simples manifestação da pobreza urbana, por si só, prejudica a paisagem urbana dentro da sua objetificação enquanto paisagens do consumo e, conseqüentemente, afeta a valoração da área, o que acaba por tornar a situação de rua um problema urbano. É dentro dessa lógica que surgem os processos de gentrificação¹⁷ e infraestruturas fundamentas na

¹⁷ Conforme Ribeiro (2017, p.5), gentrificação é o "processo de elitização de determinadas áreas com a substituição da população tradicional por moradores com maior poder aquisitivo a partir de seu edesenvolvimento, com incremento de infraestrutura e/ou requalificação urbana".

arquitetura hostil. Sobre isso Smith (2000, p.134) é incisivo ao tratar sobre o processo em que são

Expulsos do mercado imobiliário, os sem-teto ocupam os espaços públicos, mas sua presença na paisagem urbana é contestada com fúria. Sua visibilidade é constantemente apagada por esforços institucionais de removê-los para outros lugares-para abrigos, para fora dos prédios e parques, para bairros pobres, para fora da cidade, e em direção a outros espaços marginais. As pessoas também são apagadas pelas desesperadas campanhas pessoais dos que têm casa para não verem os sem-teto, mesmo quando tropeçam em seus corpos nas calçadas. Esse apagamento em curso da visão pública é reforçado pelos estereótipos da mídia ou culpam as vítimas - e, portanto, justificam sua invisibilidade estudada - ou afogam- nos num tal sentimentalismo lúgubre que faz deles párias sociais, o patético Outro, eximindo derresponsabilidade cívica ativa e com sua condição de pessoa negada.

Por representarem uma resistência ao que está socialmente estabelecido, não só enquanto modo de vida, mas também enquanto sua própria expressão visual, os moradores de rua são invisibilizados no espaço urbano, e dessa forma lhes são relegado os subespaços, que é justamente o “[...] espaço que não tem uma serventia definida, os que seriam a *sobra*, os que não têm uso prático ou valor e, assim, estão livres para ocupação dos que também, de certa forma e sob esse viés, estariam sobrando na sociedade” (PALOMBINI, 2015, p. 178).

O morador de rua em si é, ao mesmo tempo, a expressão gritante de um sistema excludente e a expressão silenciosa de quem não compactua com ele. Se a noite seus locais de dormitório são subespaços produzidos pela sua relação marginal com sociedade, durante o dia sua circulação é invisibilizada pela própria sociedade, que, se a noite o teme, durante o dia o ignora. (Palombini, 2015, p. 185).

Dessa forma,

a marginalidade é um mito, e também a descrição de uma realidade social. Na qualidade de mito, serve de fundamento para crenças pessoais e interesses da sociedade; suas profundas raízes no espírito dos indivíduos não se deixarão abalar por qualquer análise teórica. Na qualidade de descrição de uma realidade social, refere-se a um conjunto de problemas específicos que precisam ser abordados desde um ponto de vista teórico diferente, a fim de que seja corretamente compreendida. (PERLMAN, 1981, p. 285).

Contudo, para buscar compreender a marginalidade é preciso contextualizar no interior do processo produtivo, uma vez que ela resulta da dinâmica do capitalismo e suas causas são intrínsecas ao desenvolvimento econômico, a invisibilidade social da população em situação de rua é reproduzida na incapacidade do Estado de contá-los, de pensar em suas necessidades, o que de certa forma, pode ser interpretado como algo intencional uma vez que a ausência de dados inviabiliza a construção de políticas públicas efetivas, pois como construí-las sem se conhecer a real dimensão da problemática?

3.2. Direito à cidade

A cidade corresponde às características da sociedade, assim, a existência de uma sociedade desigual fundamenta uma cidade também desigual. Lefebvre (1969, p.64) definiu a cidade como sendo, “projeção da sociedade sobre o terreno”. Segundo ele, as consequências da urbanização superaram as da industrialização, e as cidades passaram a ser produzidas enquanto mercadorias associadas à crescente exploração e à desigualdade socioeconômica, tendo como resultado mais grave, a alienação, a qual Lefebvre chamava de: miséria urbana.

Segundo Lefebvre a luta de classes intervém na produção do espaço, produção da qual as classes, frações e grupos de classes são os agentes: “a luta de classes, hoje mais que nunca se lê no espaço” (2006, p.52). O direito à cidade não significa meramente a demanda por infraestrutura ou equipamentos urbanos e habitação social, visto que, esses fatores podem ser realizados sem a necessidade de alguma alteração no modo de uma urbanização capitalista.

O direito à cidade, portanto, não pode ser confundido com uma política urbana estatal ou um projeto urbanístico, pois, possui um significado muito mais amplo, nesse sentido, Carlos (2007, p.109) diz que o direito a cidade pode ser:

entendido enquanto espaço-tempo diferencial da realização possível da vida humana. O “direito à cidade” emergiu à ordem do dia a partir da criação do Ministério das Cidades e com a realização das Conferências sobre a cidade. No entanto, constatamos o esvaziamento do debate sobre o “direito” ao identificá-lo com a ideia de “qualidade de vida”, resumida à constatação das situações que surgem das novas condições de raridade com as quais nos deparamos: da água, do ar, do espaço.

Nas palavras de HARVEY (1980), fundamentado em Lefebvre (filósofo que cunhou o termo em questão), *direito a cidade* pode ser entendido como

o direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade. Além disso, é um direito coletivo e não individual, já que essa transformação depende do exercício de um poder coletivo para remodelar os processos de urbanização. A liberdade de fazer e refazer as nossas cidades, e a nós mesmos é, a meu ver, um dos nossos direitos humanos mais preciosos e ao mesmo tempo mais negligenciados.

Para Harvey, a ideia do *direito à cidade* na atualidade “surge basicamente das ruas, dos bairros, como um grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas em tempos de desespero” (HARVEY, 2014, p.15). Para o autor o *direito à cidade* é, na sua perspectiva: “muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos” (HARVEY, 2014, p.28). Para ele, é um direito que depende do exercício

de um poder coletivo sobre o processo de urbanização:

Reivindicar o direito à cidade no sentido que aqui proponho equivale a reivindicar algum tipo de poder configurador sobre os processos de urbanização, sobre o modo como nossas cidades são feitas e refeitas, e pressupõe fazê-lo de maneira radical e fundamental (HARVEY, 2014, p.30).

Pois,

[...] o direito à cidade deve ser entendido não como um direito ao que já existe, mas como um direito de reconstruir e recriar a cidade como um corpo político socialista com uma imagem totalmente distinta: que erradique a pobreza e a desigualdade social e cure as feridas da desastrosa degradação ambiental. Para que isso aconteça, a produção das formas destrutivas de urbanização que facilitam a eterna acumulação de capital deve ser interrompida (HARVEY, 2014, p.247).

Assim, para Harvey, o *direito à cidade* pode se tornar uma palavra de ordem para mobilizar a luta anticapitalista, justamente por ser um conceito que expressa o exercício de poder sobre os processos de urbanização manipulados pelo Capital, o que implica a operacionalização do conceito tanto para os mais ricos quanto aos mais pobres.

É na cidade, que se observa, mais claramente, as consequências tangíveis da acumulação de capital, baseada no enriquecimento de uns em detrimento da miséria de outros, assim,

os principais problemas que encontramos nas cidades são normalmente o saneamento básico, os transportes, o crescimento desordenado, a falta de trabalho, a poluição e habitação [...] Com o crescimento urbano desordenado e que escapa a qualquer planejamento demográfico, as cidades brasileiras começaram a enfrentar graves problemas, tais como: desemprego e subemprego; favelização, isto é a construção de casebres sem infraestrutura urbana; pobreza; criminalidade; a insuficiência dos serviços básicos e a poluição industrial que contamina o ar, o solo e as águas (NORONHA, 1997 apud PAIVA; JUNIOR, 2005, p. 130)

Os moradores de rua possuem uma relação particular com a cidade, se percebem como parte dela, fazem uma crítica social à realidade que essa condição lhes imputa. Condição essa que lhes priva de diversos direitos, justamente por excluir-lhes da cidadania. O direito de morar, já referenciado na Constituição brasileira, é o principal deles. Além desse, o próprio direito ao entorno, à cidade em si. Sobre eles, Milton Santos (1996) questiona: E o direito de morar? Confundido em boa parte da literatura especializada com o direito de ser proprietário de uma casa, e objeto de um discurso ideológico cheio, às vezes, de boas intenções, mas frequentemente destinado a confundir os espíritos, afastando cada vez para mais longe uma proposta correta que remedeie a questão. Por enquanto, o que mais se conseguiu consagrar o predomínio de uma visão imobiliária sobre a cidade, que impede de enxergá-la como uma totalidade.

Além disso, questiona também,

E o direito ao entorno? Ele está nos livros nos discursos oficiais, mas ainda está longe de uma implementação. O que dizer, por exemplo, das mudanças brutais que se operam na paisagem e no meio ambiente, sem a menor consideração pelas pessoas? A lei é a do processo produtivo, cujos resultados ofendem, expulsam e desenraizam pessoas, e não a lei que assegure o direito à cidade ou, ao menos, o direito ao entorno. [...] E o direito aos espaços públicos, típicos da vida urbana tradicional? Hoje, os espaços públicos (praias, montanhas, calçadas, etc.) foram impunemente privatizados. (SANTOS, 1996, p. 124-125)

Ou seja, direitos humanos básicos da vida em sociedade são negados aos moradores de rua, como o simples acesso e permanência em determinados espaços, tão somente pela sua condição alternativa, que é desenraizada na sociedade por não terem um domicílio propriamente dito, no sentido de não terem a posse sobre um local que possam chamar de seu, o que também lhes exclui o direito ao poder, conceito básico quando se fala em território. Isso se dá porque a posse sobre determinado local e seu livre usufruto é condição básica à organização social. O território é de fundamental importância na manutenção, na conquista e no exercício de poder social.

O conceito de direito à cidade é, em linhas gerais, uma ideia contrária à alienação, um conceito que expressa o valor da cidade como sendo de uso, e não de troca. O fato de a cidade ser constituída por uma função social e ter uma dinâmica de alto fluxo de pessoas acarreta no valor do solo urbano.

A desigualdade socioespacial não é nova, acirra-se com o sucesso do modo de produção de mercadorias, com a precarização das relações de emprego no mundo do trabalho e com o avanço da tecnologia, de modo na chamada cidade-mercadoria que ao mesmo tempo em que é subjetiva também é concreta, ao passo que influencia na desigualdade socioespacial e na precariedade para a reprodução da vida.

A cidade-mercadoria, a mercadoria terra e unidades edificadas não seguem à lógica da produção de uma cidade democrática, pois o preço da terra e da cidade aumenta mesmo quando numa determinada porção de seu território não há nenhum trabalho produtivo direto. A terra urbana enquanto mercadoria e a cidade-mercadoria são diferenciadas de outras mercadorias, pois esta última não se relaciona dinâmica lógica de “maior produção ao menor preço”. Assim, quanto mais cidade se produz, maior é o preço da terra, das edificações e da cidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cerne da presente pesquisa sempre foi investigar o aumento da população em situação de rua e buscar compreender como esse seguimento populacional se organiza no espaço urbano, analisando o território usado, o uso e ocupação das ruas de Maceió. Contatou-se que o território usado é sinônimo de espaço humano, isto é, de espaço habitado. Dessa forma, na busca em compreender esse conceito, foram traçadas algumas reflexões sobre o espaço geográfico, entendendo-o como uma instância social.

Desde o projeto de pesquisa almejava-se realizar pesquisas de campo que contemplassem abordagens e entrevistas à População em Situação de Rua, o anseio crescia conforme o aprofundamento na revisão bibliográfica, sobretudo, no que tange as leituras mais direcionadas a metodologia e à trabalhos específicos da temática. Contudo, verificou-se que em uma significativa parcela dos trabalhos considerados, os pesquisadores acabaram não realizando trabalhos de campo, e os que o fizeram, a observação e o diálogo foram realizados de forma rápida. O que sugere que, a marginalização e o estigma relacionados à população pesquisada acabaram por afastar os pesquisadores do contato com o seguimento populacional.

Por razões como estas, procurou-se realizar a pesquisa de campo a partir de instituições especializadas, que realizassem um trabalho de abordagem e que pudesse proporcionar a realização da pesquisa de uma forma mais direcionada à questões que envolvesse o território usado pela PSR, que fornecesse informações verídicas, e, que permitisse a oportunidade de vivências com o fenômeno em questão. Como foi esclarecido ao longo do trabalho, não fora permitido realizar as entrevistas às pessoas em situação de rua em virtude do contexto pandêmico e protocolos sanitários a serem seguidos como forma de mitigar o contágio da Covid-19.

Contudo, os meses de trabalho de campo realizados no Centro Pop e as observações no campo empírico permitiram analisar o perfil da PSR, a vida cotidiana, a dinâmica da população na capital alagoana. Foram inúmeros percursos, permanências, registros de observação, diálogos, e, levantamento de dados qualitativos e quantitativos através da base dados de cadastro e atendimento diário nos Centros Pop, das entrevistas realizadas com os profissionais que os atende e dos acompanhamentos dos atendimentos com usuários da instituição que revelaram inúmeros aspectos e questões importantes.

A partir da pesquisa de campo, percebeu-se que o território pode ser considerado sob dois significados, posse e ação. De maneira que, o território assume uma dimensão do espaço

marcada por relações de pertencer, de permanecer, da ideia de poder sobre o espaço habitado, sobre o solo usado. Essas relações se explicitam através do uso do território, isto é, através das ações humanas.

Para estudos geográficos analisar o espaço é primordial, visto que é o objeto de estudo da Geografia, de maneira que, o estudo do espaço a partir de um método atribui caráter científico à Geografia. O Território Usado, por sua vez, é um conceito derivado da categoria Território, é síntese histórica de investimentos sociais e condição da práxis criadora. O uso do território faz com que esse não seja apenas condição de ação tática e estratégica, mas também uma dimensão da experiência humana.

Esta população está a todo tempo acompanhando os ritmos da própria cidade e reconhecendo suas mudanças, para nela poderem agir, de maneira mais específica a organização dessa população no espaço urbano segue determinadas lógicas espaciais na vida cotidiana da mesma. Vale destacar, valendo-se das palavras de Robaina (2015, p.338) “as estratégias de pesquisa vinculadas à identificação, mas, principalmente, à aproximação foram marcadas por uma série de encontros, desencontros e imprevisibilidades”.

A espacialização a partir da “situação” de rua pressupõe para os indivíduos um elemento quase que universal, é a ruptura com um padrão de organização sócio-espacial baseado na casa como uma fundamental referência espacial de apoio e proteção para a organização do cotidiano, com exceção daqueles que não conhecem a vida domiciliada, que já nasceram ou vivem desde criança em situação de rua.

Dessa forma, a rua se torna a principal referência e a base onde estes sujeitos necessitarão reorganizar as suas vidas, fazendo com que seus lugares de domicílios assumam um papel secundário. Foi possível perceber como determinadas atividades são organizadas e produzem respectivas tendências e padrões com alguma regularidade, ainda que a própria dinâmica urbana apresente um caráter imprevisível e também se insira como mais um elemento integrado às próprias lógicas de ação para as permanências e mobilidades espaciais desta população. Estas lógicas se inserem em um conjunto de possibilidades existentes no espaço urbano, seja na luta para conseguirem sair desta própria situação ou para poderem permanecer nas ruas com as menores dificuldades possíveis.

Colocando assim, a organização espacial sempre no sentido de novas possibilidades. presente pesquisa reitera, portanto, a necessidade de compreensão da espacialidade desta população. Assim, os elementos vinculados às múltiplas experiências e vivências se convertem em categoriais analíticas e ganham diferentes formas e significados espaciais, possibilitando novas aberturas e frentes ainda pouco exploradas para a compreensão deste

fenômeno no espaço urbano e, mais especificamente, na área central da cidade.

No que tange ao acréscimo da PSR em Maceió, não é possível precisar o quantitativo exato tendo em vista a alta rotatividade e a falta de metodologia específica para tal levantamento. Não obstante, a Secretaria Municipal de Assistência Social em parceria com o Movimento Nacional de População em Situação de Rua consegue estimar esse quantitativo, que por sua vez, é confirmado por meio dos serviços de abordagem na rua e os atendimentos nos Centros Pop. A população de rua é um gráfico crescente desde sempre. Não conseguimos perceber, em nenhum momento da história, a diminuição das pessoas em situação de rua, porque elas sempre foram invisíveis para a política nacional. Tanto é que ainda nem temos uma contagem dessa população pelo IBGE.

A população em situação de rua no Brasil não apenas cresceu em ritmo avassalador com a crise econômica e social do país como foi potencializada em meio à pandemia, nos últimos dois anos. Essa população mudou drasticamente de perfil, de acordo o levantamento de dado pessoas com dependência química, lares rompidos e migrantes, passaram a ser um contingente bastante expressivo dessa população.

Durante os meses de pesquisa de campo, verificou-se que todos os dias eram realizados novos cadastros de pessoa em situação de rua, muitos desses “novos usuários” eram recém chegados em Maceió. Alguns voltavam no dia seguinte em busca, principalmente, dos serviços de alimentação; emissão de documentos e higiene pessoal. Outros, passavam muitas semanas sem usar os serviços, por razões diversas, que variam desde porque foram embora da cidade à crise de dependência química, visto que, a instituição não permite a entrada de usuários sob efeitos de qualquer droga sendo a insistência em entrar, passível de suspensão do uso dos serviços.

É evidente que discussão, no sentido de formar cidades mais humanas e menos baseadas no capital, perpassa diversas esferas: política, econômica, cultural, governamental, científica e popular. Sob essa perspectiva, o território é tido como social, isto é, guardando em si as marcas do trabalho humano, das relações de poder dos homens entre si e com o meio circundante. Além disso, o território usado também revela as ações estatais que são postas em tela em diferentes contextos, privilegiando, geralmente, os interesses das classes hegemônicas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, A., et al. Covid-19 e as pessoas em situação de sem-abrigo: ninguém pode ser deixado para trás. In: TAVARES, M.; SILVA, C. (Orgs.). **Da emergência de um novo vírus humano à disseminação global de uma nova doença: doença por coronavírus 2019 (Covid-19)**. Porto, Portugal: Universitário de São João e Universidade do Porto, 2020.

ALAGOAS alcança o maior número de famílias cadastradas em situação de rua desde 2012. **Gazeta Web**, Maceió, 20 jul. 2021. Geral. Disponível em: <https://www.gazetaweb.com/noticias/geral/alagoas-alcanca-o-maior-numero-de-familias-cadastradas-em-situacao-de-rua/> . Acesso em: 21 de jul. 2021.

ALENCASTRO, L. F. de. Abolição da escravidão em 1888 foi votada pela elite evitando a reforma agrária, diz historiador. **BBC News Brasil**, São Paulo, 13 mai. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44091474>. Acesso em: 12 nov. 2020.

ALMADA, J. A. B. de. **Do território ao território usado: uma reflexão sobre a Categoriade análise do espaço geográfico**. VII Congresso Brasileiro de Geógrafos, Vitória. Anais do VII CBG. Vitória: CBG, 2014. 15 p.

ALTA da desigualdade chega a 17 trimestres consecutivos. **Portal FGV**, Rio de Janeiro, 27 ago. 2019. FGV Social. Disponível em: <https://portal.fgv.br/noticias/alta-desigualdade-chega-17-trimestres-consecutivos-aponta-fgv-social>. Acesso em: 20 abr. 2020.

BOLSONARO corta Orçamento de programa sociais em 2020. **A Gazeta**. Vitória, ES, 03 set. 2019. Caderno Economia. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/economia/bolsonaro-corta-orcamento-de-programas-sociais-em-2020-0919>. Acesso em: 12 nov. 2019.

BONFIM, I. Em 2015, 8 dos 9 principais programas sociais do governo perderam recursos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 08 fev. 2016. Política. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,em-2015--8-dos-9-principais-programas-sociais-do-governo-perderam-recursos,10000015446>. Acesso em: 18 out. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social**. Resolução nº 130, de 15 de julho de 2005. Brasília, 2005.

_____, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Relatório do I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua**. Secretaria Nacional de Assistência Social. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Novembro de 2006.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional para Inclusão da População em Situação de Rua**. Brasília, 2008.

_____, Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. **Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, edá outras providências**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/%20_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm. Acesso em: 05 mar. 2020.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Vade Mecum**. Editora Revista dos Tribunais, 2014.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2018**. Rio de Janeiro, 2018. 151p.

_____. Plataforma Integrada de Vigilância em Saúde, Ministério da Saúde. **Notificação de casos pelo novo coronavírus (COVID-19)**. 2020a. Disponível em: <http://plataforma.saude.gov.br/novocoronavirus/>. Acesso em: 10 abr. 2020.

_____. Nota técnica no /74/2020. **População em Situação de Rua em Tempos de Pandemia: Um levantamento de medidas municipais emergenciais**. Brasília: Ipea, 2020b.

_____. Secretaria de Vigilância em Saúde, Ministério da Saúde. **Plano brasileiro de preparação para enfrentamento de uma pandemia de influenza**. Brasília, 2020c. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_brasileiro_pandemia_influenza_IV.pdf. Acesso em: 02 abr. 2020.

_____. Ministério da Saúde. **Coronavírus e novo coronavírus: o que é, causas, sintomas, tratamento e prevenção**. 2020d. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/coronavirus>. Acesso em 15 mar. 2020.

BRASIL sai do mapa da fome das Nações Unidas, segundo FAO. **Ministério da Cidadania, Secretaria Especial do Desenvolvimento Social**. Set. 2014, p.01. 16 set. 2014. Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2014/setembro/brasil-sai-do-mapa-da-fome-das-nacoes-unidas-segundo-fao>. Acesso em: 06 out. 2020.

BRESCIANI, M. S. M. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000. 400p.

CARVALHO, I. M. M. de. **Globalização, metrópoles e crise social no Brasil**. EURE(Santiago), v. 32, n. 95, p. 5-20, 2006.

CARVALHO, M.L.S. **A Evolução do parcelamento do solo na cidade de Maceió entre 1950 e 1970: Uma análise dos bairros do Farol, Pinheiro, Pitanguinha e Gruta de Lourdes**. Maceió, 2007. 173p. Dissertação (Pós-graduação). Universidade Federal de Pernambuco.

CARLOS, A. F. A. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007, 123p.

CASTELLS, M. **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra,

1983. CASTILHO, R. **Filosofia do Direito**. 4. ed. São Paulo: Saraiva,

2017.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. *Metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002. 242 p.

COMO a fome deixa 19 milhões de brasileiros mais vulneráveis à covid-19: 'não há sistema imune que resista'. **Portal de notícias G1**. Rio de Janeiro, 23 mai. 2021. G1 Saúde. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/05/23/como-a-fome-deixa-19-milhoes-de-brasileiros-mais-vulneraveis-a-covid-19-nao-ha-sistema-imune-que-resista.ghtml>. Acesso em: 24 mai. 2021.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2005. 94p.

CORTINA, A. Aporofobia, el rechazo al pobre. Un desafío para la democracia. Barcelona: Paidós, 2017.

COSTA, Craveiro. **Evolução urbana e social de Maceió no período Republicano**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1939.

CHALHOUB, S. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CRUZ, S. R. da. Uma análise sobre o cenário da fome no Brasil em tempos de pandemia do COVID-19. **Pensata: Revista Dos Alunos Do Programa De Pós-Graduação Em Ciências Sociais Da UNIFESP**, Guarulhos, v.9, n.2, p.242-256, fev. 2021.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. *Evolução urbana e social de Maceió no período republicano*. COSTA, C. **Maceió**, v. 2, 2001.

ESCOREL, S. **Vidas ao léu**. Trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

EXTREMA pobreza atinge 13,5 milhões de pessoas e chega ao maior nível em 7 anos. **Agência IBGE notícias**. Caderno Estatísticas Sociais. 06 nov. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25882-extrema-pobreza-atinge-13-5-milhoes-de-pessoas-e-chega-ao-maior-nivel-em-7-anos>. Acesso em: 12 nov. 2019.

FALCÃO, T.; COSTA, P. V. A linha de extrema pobreza e o público-alvo do plano Brasil sem miséria. In: CAMPELO, Tereza; FALCÃO, Tiago; COSTA, Patricia Vieira. **O Brasil sem miséria**. Brasília: MDS, 2014.

FERREIRA, A. B. de H. **Dicionário da língua portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Novafronteira, 2001. 789 p.

FERRETI, O. E. A Cidade como Espaço Educador: por uma prática pedagógica espacial com estudantes de pedagogia, **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n.02, p.02-13, abr. 2019.

FROSSARD, G. C.; PÊSSOA, S. S. M. V. Design de Ambientes e as Metrôpoles: uma leitura do contexto contemporâneo. **Colóquio Internacional de Design 2017**, São Paulo, Blucher, v.04, n. 03, p.278-288, maio 2018.

FSIN. Food Security Information Network. **2020 Global Report On Food Crises: Joint Analysis For Better Decisions**. 2020. Disponível em: https://www.fsinplatform.org/sites/default/files/resources/files/GRFC_2020_ONLINE_200420.pdf. Acesso em: 08 set. 2020

GALEANO, E. As veias abertas da América Latina. Tradução de Galeno de Freitas. 39ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 307p. Título original: Las venas abiertas de América Latina. (Coleção Estudos Latino-Americanos, v.12).

GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA AGENDA 2030. Relatório Luz da Agenda 2030 de desenvolvimento sustentável: síntese. (Brasil). [S.l.: s.n.], 2017.

HAESBAERT, R. **Dilemas de conceitos: espaço-território e contenção territorial**. In: SAQUET, M e SPOSITO, E. Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, D. **A Justiça Social e a Cidade**. Trad. Armando Corrêa da Silva. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: MartinsFontes, 2014.

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. IANNI, O. **A ideia de Brasil moderno**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo, Cortez, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Condições de vida, desigualdade e pobreza. Estatísticas, 2017-2019**. 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza.html>. Acesso em: 28 ago. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Pesquisa estima que o Brasil tem 101 mil moradores de rua**. Estatísticas, jan. 2017. Brasília: IPEA, 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29303. Acesso em: 29 ago. 2019.

LEFEBVRE, H. **Logique formelle et logique dialectique**. Paris: Anthropos, 1969.

_____. **A Produção do Espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La Production de L'Espace. 4. ed. Paris: Ed. Anthropos, 2000). Primeira versão: fev. 2006.

MACEIÓ. Prefeitura Municipal de Maceió. Secretaria Municipal de Assistência Social. **Plano Municipal de Assistência Social de Maceió**. Maceió: 2017. 106p.

MACEIÓ. Lei municipal nº. 5.488, de 08 fev. de 2005. Plano Diretor de Maceió, 2005.

MARICATO, E. **Habitação e cidade**. Série Espaço & Debate. 3. ed. São Paulo: Atual Editora, 1997.

_____. **As metrópoles brasileiras e a globalização neoliberal**. Brasil, sociedade em movimento. São Paulo: Paz e Terra, p. 65-71, 2015.

MARX, K. **O Capital**. 18. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2001.

MORADORES de rua com 18 anos ou mais são vacinados contra a covid em Maceió.

Portalde notícias G1, Maceió, 12 mai.2021. Saúde. Disponível em:

<https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2021/05/12/moradores-de-rua-com-18-anos-ou-mais-sao-vacinados-contr-a-covid-em-maceio.ghtml>. Acesso em: 20 mai. 2021.

MOREIRA, H.; CALEFFE, L. G. **Metodologia da pesquisa para professor pesquisador**.Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

NATALINO, M. A. C.; PINHEIRO, M. B. **Proteção social aos mais vulneráveis em contexto de pandemia**: algumas limitações práticas do auxílio emergencial e a adequação dos benefícios eventuais como instrumento complementar de política socioassistencial. Nota técnica 67. Ipea: Disoc, 2020.

NASCIMENTO, D. M. As políticas habitacionais e as ocupações urbanas: dissenso na cidade.

Cadernos Metr pole, v. 18, n. 35, p. 145-164, 2016.

NOGUEIRA, R. C.; CARVALHO, A. B. G. **Planejamento Urbano: a gestão da cidade. Programa Universidade a Distância**. UNIDIS Grad. Universidade Federal do Rio Grandedo Norte e Universidade Estadual da Paraíba. Aula 09, Disciplina: Geografia Urbana. 2009.Disponível em: http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/cursos/Geografia%20-%20Reing/Geografia%20Urbana/Geo_Urb_A09_WEB_M_SF_SI_SE_150110.pdf.

NORTE e nordeste puxam desemprego recorde no 1  trimestre. **Portal de notícias G1**. Rio de Janeiro, 27 mai. 2021. G1 Economia. Disponível:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/05/27/norte-e-nordeste-puxam-desemprego-recorde-no-1o-trimestre.ghtml>. Acesso em: 29 mai. 2021.

NUNES, N. R. de A.; SOUSA, P. C. S. Para ficar em casa   preciso ter casa: desafios para asmulheres em situa o de rua em tempos de pandemia. **Revista Augustus**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 51, p. 97-112, jul./ out. 2020.

ONU. Programa das Na es Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório do desenvolvimento humano 2019**: além do rendimento, além das m dias, além do presente: desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI. PNUD: Nova York, 2019. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_pt.pdf. Acesso em: 15 abr. 2020.

ONU. Organiza es das Na es Unidas. **A Onu e a alimenta o**. 2020. Disponível em:<https://nacoesunidas.org/acao/alimentacao/>. Acesso em: 27 jun. 2020.

PALOMBINI, L. L. **Dos subespaços ao território descontínuo paradoxal**: os moradores de rua e suas rela es com o espaço urbano em Porto Alegre/RS - Brasil. Disserta o (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências Programa de Pós-Gradua o em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

PEREIRA, E. **A empresa e o lugar na globaliza o**: a “Responsabilidade social empresarial” no território brasileiro. Disserta o (Mestrado em Geografia Humana) –FFLCH/USP, São Paulo, 2007.

PEREIRA, C. P.. Rua sem saída: um estudo sobre a relação entre o Estado e a população de Brasília. Brasília: UnB, 2008.

PERLMAN, J. E. **O mito da marginalidade**: favelas e política no Rio de Janeiro. 2. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002, 377 p.

PORTUGAL. **Ordenações Filipinas**. Dos mercadores que quebram. E dos que se levantam com fazenda alheia. Disponível em:

<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/15p1216.htm>.

Acesso em: 02 dez. 2020.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DE MACEIÓ. **Diagnóstico e Prognóstico**. Volume I. Prefeitura Municipal de Maceió, 1981.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REGO, W. L.; PINZANI, A. **Vozes do Bolsa Família**: autonomia, dinheiro e cidadania. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014, 249 p.

RIBEIRO, T. F. Gentrificação: Aspectos conceituais e práticos de sua verificação no Brasil. **Revista Direito da Cidade**, Rio de Janeiro, v.10, n. 3, p. 1334-1356, abr. 2017.

ROBAINA, I. M. M. **Entre mobilidades e permanências**: Uma análise das espacialidades cotidianas da população em situação de rua na área central da cidade do Rio de Janeiro. 2015. Tese (Doutorado) – Programa de pós graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

ROSA, C. M. M. **Vidas de rua**. São Paulo: Hucitec; Associação Rede Rua, 2005.

SACK, R. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, M. **O retorno do território**. In: SANTOS, Milton; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L., Território: Globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1993.

_____. **Técnica, espaço e tempo**: globalização e meio técnico científico informacional. 3 ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. **Por uma outra globalização**: Do pensamento único à consciência universal. SP/RJ: Record, 2000a.

_____. O papel ativo da Geografia: um manifesto. *Revista Território*, Rio de Janeiro, 5 (9), p. 103-109, jul./dez 2000b.

_____. **O dinheiro e o território**. In: OLIVEIRA, Márcio P.; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Niterói: PPGeo/UFRJ, 2002.

_____. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 4ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SOUZA, J. **A elite do atraso**. 1. ed. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019, 272 p.

SOUZA, J. **A classe média no espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade** 1. ed. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018, 288 p.

SOUZA, M. L. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO. Et al (Orgs.) *Geografia: Conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1995.

SOUZA, M.A. **Análise da leitura morfológica do centro de Maceió: o sentido da sua conservação**. Monográfica de especialização. Centro de Estudos Avançados em Conservação Integrada da Universidade Federal de Pernambuco, 2004.

SORAGGI, A. C. M; ARAGÃO, T. A. O direito à cidade e as ocupações urbanas: um olhar sobre a Vila Eliana Silva Belo Horizonte. In: MARX, Vanessa; COSTA, Marco Aurélio. **Participação, conflitos e intervenções urbanas: contribuições à habitat III**. Porta Alegre:UFRG Editora, 2016.p.222- 254.

SILVA, J. de S.; BARBOSA, J. L. **Favela: alegria e dor na cidade**. Rio de Janeiro: SENAC, 2005.

SILVA, M. L. L. da, **Trabalho e População em Situação de Rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

SMITH, N. **Contornos de uma política espacializada: Veículos dos sem-tetos e produção de escala geográfica**. In: ARANTES, Antônio (Org.) *O espaço da diferença*. Campinas, Sp: Papyrus, 2000.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. SP: Edunesp, 2004.

THEODORO, M. As características do mercado de trabalho e as origens da informalidade no Brasil. In: RAMALHO, P. J.; ARROCHELLAS, M. H. (Orgs.). **Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2004.

TRONCO, G. B.; RAMOS, M. P. Linhas de pobreza no Plano Brasil Sem Miséria: análise crítica e proposta de alternativas para a medição da pobreza conforme metodologia de Sonia Rocha. **Revista de administração pública**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 02, p 294-311, mar. / abr. 2017.

VALLADARES, L. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: BOSCHI, Renato R. (Org.). **Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil**. Rio de Janeiro/São Paulo: IUPERJ/Vértice, 1991.

APÊNDICE A – AUTORIZAÇÃO DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA NO CENTRO
POP II

**AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA E DECLARAÇÃO DE
INFRAESTRUTURA**

Eu, Israel Lima de Luna Freire,
do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua,
RG Nº 2725730, CPF Nº 058.945.444-75 autorizo que o projeto de pesquisa “Aumento da
população em situação de rua na capital alagoana: causas, efeitos e Território Usado”, sob a
responsabilidade dos pesquisadores: Débora Luzia Moura Correia (Mestranda em Geografia/UFAL) e Prof,
Dr. Domingos Sávio Corrêa (professor orientador da Pesquisa.), seja desenvolvido no Centro de Referência
Especializado para População em Situação de Rua, devendo os dados da pesquisa serem coletados
conforme descrição no projeto, quais sejam: visitas aos Centros POP para a aplicação de questionários à
alguns moradores em situação de rua de Maceió, estes serão abordados nos dois Centros de Referência
Especializado para Pessoa em Situação de Rua, localizados na Avenida da Paz, 1002 e na Avenida Tomás
Espindola, 86, bairros Farol e Jaraguá, respectivamente.

Declaro que as instituições acima identificadas possuem a infraestrutura necessária para o
desenvolvimento do referido projeto de pesquisa e para atender a eventuais problemas resultantes da
pesquisa, em proteção aos seus participantes.

Todos os pesquisadores envolvidos na pesquisa são obrigados a cumprirem integralmente as
exigências éticas estabelecidas na Resolução CNS Nº 466/2012 e em resoluções complementares aplicáveis
ao caso, bem como a obedecerem às disposições legais estabelecidas na Constituição Federal Brasileira,
artigo 5º, incisos X e XIV e no Novo Código Civil, artigo 20.

Maceió-AL, 12 de maio de 2021.

Israel Lima de Luna Freire

[assinatura e carimbo do responsável institucional]

Israel Lima de Luna
Coordenação Centro
Mat. 945427

APÊNDICE B – AUTORIZAÇÃO DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA NO CENTRO
POP I

**AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA E DECLARAÇÃO DE
INFRAESTRUTURA**

Eu, Paulyne Guimarães Lopes Psicóloga do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, RG N° 9.586.948, CPF N° 027.840.194-54, **autorizo** que o projeto de pesquisa “Aumento da população em situação de rua na capital alagoana: causas, efeitos e Território Usado”, sob a responsabilidade dos pesquisadores: Débora Luzia Moura Correia (Mestranda em Geografia/UFAL) e Prof. Dr. Domingos Sávio Corrêa (professor orientador da Pesquisa.), seja desenvolvido nos Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua, devendo os dados da pesquisa serem coletados conforme descrição no projeto, quais sejam: visitas aos Centros POP para a aplicação de entrevista aos técnicos responsáveis pelas referidas unidades de atendimento, bem como acesso aos formulários de atendimento realizado aos moradores em situação de rua de Maceió.

As instituições em questão são os Centros de Referência Especializado para Pessoa em Situação de Rua, localizados na Avenida da Paz, 1002 e na Avenida Tomás Espindola, 86, bairros Farol e Jaraguá, respectivamente. Bem como autorizo acesso aos formulários de usuários para fins de complementação de dados.

Declaro que as instituições acima identificadas possuem a infraestrutura necessária para o desenvolvimento do referido projeto de pesquisa e para atender a eventuais problemas resultantes da pesquisa, em proteção aos seus participantes.

Todos os pesquisadores envolvidos na pesquisa são obrigados a cumprirem integralmente as exigências éticas estabelecidas nas Resoluções CNS N° 466/2012, N°510/2016 e demais resoluções complementares aplicáveis ao caso, bem como a obedecerem às disposições legais estabelecidas na Constituição Federal Brasileira, artigo 5°, incisos X e XIV e no Novo Código Civil, artigo 20.

Maceió-AL, 12 de novembro de 2021.

Paulyne Guimarães Lopes
Psicóloga
CPF 027.840.194-54

[assinatura e carimbo do responsável institucional]

APÊNDICE C – AUTORIZAÇÃO DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA PELA
COORDENAÇÃO GERAL DE ABORDAGEM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE
RUA

**AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA E DECLARAÇÃO DE
INFRAESTRUTURA**

Eu, RENATA CAVALCANTI GONÇALVES
COORDENADORA - GERAL POP EM SITUAÇÃO DE RUA
(da Secretaria Municipal de Assistência Social,
RG Nº 11759171-9, CPF Nº 082236187-61) autorizo que o projeto de pesquisa “Aumento da

população em situação de rua na capital alagoana: causas, efeitos e Território Usado”, sob a responsabilidade dos pesquisadores: Débora Luzia Moura Correia (Mestranda em Geografia/UFAL) e Prof. Dr. Domingos Sávio Corrêa (professor orientador da Pesquisa.), seja desenvolvido nos Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua 1 e 2, devendo os dados da pesquisa serem coletados conforme descrição no projeto, quais sejam: visitas aos Centros POP para a aplicação de entrevista aos técnicos responsáveis pelas referidas unidades de atendimento, bem como acesso aos formulários de atendimento realizado aos moradores em situação de rua de Maceió.

As instituições em questão são os Centros de Referência Especializado para Pessoa em Situação de Rua, localizados na Avenida da Paz, 1002 e na Avenida Tomás Espindola, 86, bairros Farol e Jaraguá, respectivamente. Bem como autorizo acesso aos formulários de usuários para fins de complementação de dados.

Declaro que as instituições acima identificadas possuem a infraestrutura necessária para o desenvolvimento do referido projeto de pesquisa e para atender a eventuais problemas resultantes da pesquisa, em proteção aos seus participantes.

Todos os pesquisadores envolvidos na pesquisa são obrigados a cumprirem integralmente as exigências éticas estabelecidas nas Resoluções CNS Nº 466/2012, Nº 510/2016 e demais resoluções complementares aplicáveis ao caso, bem como a obedecerem às disposições legais estabelecidas na Constituição Federal Brasileira, artigo 5º, incisos X e XIV e no Novo Código Civil, artigo 20.

Maceió-AL, 12 de novembro de 2021.



[assinatura e carimbo do responsável institucional]

Renata Cavalcanti Gonçalves
Coord. Geral de Abordagem a
População em Situação de Rua
Matrícula 955343-6 - SEMAS

ANEXO



ANEXO A – FICHA DE ATENDIMENTO

Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS
Diretoria de Proteção Social Especial – DPSE
Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua – Centro POP II
Av. Tomas Espíndola, nº 86 – Farol
CEP: 57051-000
Telefone: (82) 3312-5932

FICHA DE ATENDIMENTO

Forma de acesso	<input type="checkbox"/> Demanda espontânea <input type="checkbox"/> Denúncia <input type="checkbox"/> SEAS				
	Encaminhado por:				
Dia da entrevista				Entrevistador	
Migrante	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		Origem		
Local de permanência					

IDENTIFICAÇÃO DO USUÁRIO

Nome:					
Apelido:				Sexo: <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F	
Data Nasc				Idade:	Naturalidade:
Profissão:			Estado Civil:		
Filiação	Mãe:				<input type="checkbox"/> Viva <input type="checkbox"/> Falecida
	Pai:				<input type="checkbox"/> Vivo <input type="checkbox"/> Falecido

DOCUMENTAÇÃO DO USUÁRIO

Certidão de Nascimento	<input type="checkbox"/> Nunca tirou <input type="checkbox"/> Perdeu <input type="checkbox"/> Possui original <input type="checkbox"/> Possui Xerox				
	Cartório:				
	Nº:		Livro:		Folha:
R.G.	<input type="checkbox"/> Nunca tirou <input type="checkbox"/> Perdeu <input type="checkbox"/> Possui original <input type="checkbox"/> Possui Xerox				
	R.G. nº.		Expedição: / /		
C.P.F.	<input type="checkbox"/> Nunca tirou <input type="checkbox"/> Perdeu <input type="checkbox"/> Possui original <input type="checkbox"/> Possui Xerox				
	CPF nº.				
Título de Eleitor	<input type="checkbox"/> Nunca tirou <input type="checkbox"/> Perdeu <input type="checkbox"/> Possui original <input type="checkbox"/> Possui Xerox				
	Nº Inscrição:				
	Zona:		Seção:		Data de emissão:
CTPS	<input type="checkbox"/> Nunca tirou <input type="checkbox"/> Perdeu <input type="checkbox"/> Possui original <input type="checkbox"/> Possui Xerox				
	CTPS nº		Nº do NIS:		
Reservista	<input type="checkbox"/> Nunca tirou <input type="checkbox"/> Perdeu <input type="checkbox"/> Possui original <input type="checkbox"/> Possui Xerox				

BENEFÍCIOS

<input type="checkbox"/> Bolsa Família <input type="checkbox"/> BPC <input type="checkbox"/> Benefícios Eventuais <input type="checkbox"/> Cesta Básica
<input type="checkbox"/> Aluguel Social <input type="checkbox"/> Documentação Básica <input type="checkbox"/> Passagem <input type="checkbox"/> Carteira Especial

CONDIÇÃO DE TRABALHO

Renda Diária:		Renda Semanal:		Renda Mensal:	
Possui Qualificação Profissional? () Não () Sim. Qual?			Deseja fazer algum curso de capacitação? () Não () Sim. Qual?		
Ocupação	() Mendicância () Pedreiro () Encanador () Eletricista () Pintor				
	() Ambulante () Reciclagem () Flanelinha () Cuidador de carro				
	() Outra:				

CONDIÇÕES EDUCACIONAIS

Sabe ler e escrever? () Sim () Não	Frequenta a escola atualmente? () Sim () Não Qual?		Tem interesse em estudar? () Sim () Não		
Grau de Escolaridade	Completo	Incompleto	Onde?		Quando?
Ensino Fundamental (1° ao 9° ano)					
Ensino Médio (1° ao 3° ano)					
Curso Superior					
Curso técnico e/ou especialização					

ATIVIDADES COMUNITÁRIAS

Nos últimos 6 meses frequentou alguma atividade comunitária? () Sim () Não
Qual? () Escola () Igreja () Associação () Cooperativa () Movimento Social () Outra:
Nos últimos 6 meses foi atendido em um desses lugares?
() CRAS () CREAS () Centro Pop () Albergue/Abrigo () CASA () Hospital/Clínica () CAPS () Comunidade Terapêutica () Nenhum

RESIDÊNCIA

Possui residência? () Sim () Não
Se sim, () Alugada () Própria () De familiares

FAMÍLIA

VÍNCULOS FAMILIARES: () Preservados () Fragilizados () Rompidos			
Nome:			Parentesco:
Endereço:			
Filhos	Idade	Escolaridade	Colégio

CONDIÇÃO DE SAÚDE

Vem recebendo atendimento em saúde? () Sim () Não	
Deficiência física? () Sim () Não	Qual?
Toma medicamento controlado? () Sim () Não	Qual?
Alguma doença significativa? () Sim () Não	Qual?
Possuo alguma alergia? () Sim () Não	Qual?
Tem algum transtorno psiquiátrico? () Sim () Não	Qual?
Outras condições:	

DEPENDÊNCIA QUÍMICA

Faz uso de substância química? Sim () Não ()	Grau de dependência: Uso () Abuso () Dependência ()			
Qual? () Tabaco () Álcool () Crack () Maconha () Cocaína () Cola () Rufinol () Álcool Etílico “posto” () Outros:				
Fez tratamento antes? () Sim () Não Qual?				
Local de tratamento	SIM	Nome do Local	Tempo de tratamento	Quando
CAPS AD				
Clínica				
Comunidade Acolhedora				
Hospital				
Outros				

SITUAÇÃO DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS

PSR () Exploração Sexual () Abuso/Violência Sexual () Violência ()
Violência Psicológica () Negligência contra Idoso () Negligência de PCD ()
Outros:



ENCAMINHAMENTOS

<input type="checkbox"/> CREAS <input type="checkbox"/> CRAS <input type="checkbox"/> Bolsa Família <input type="checkbox"/> CASA <input type="checkbox"/> Rede de Acolhimento Pública
<input type="checkbox"/> Rede de Acolhimento Privada <input type="checkbox"/> Instituto de Identificação <input type="checkbox"/> Receita Federal
<input type="checkbox"/> CAPS-ad <input type="checkbox"/> SEPREV/Comunidade Terapêutica <input type="checkbox"/> Grupo Auto Ajuda
<input type="checkbox"/> Posto de Saúde <input type="checkbox"/> Atendimento de Saúde <input type="checkbox"/> Consultório na Rua
<input type="checkbox"/> Conselho Tutelar <input type="checkbox"/> Ministério Público <input type="checkbox"/> Poder Judiciário
<input type="checkbox"/> Defensoria Pública <input type="checkbox"/> Cartório Eleitoral <input type="checkbox"/> Secretaria Municipal de Educação
<input type="checkbox"/> Escolas Município/Estado <input type="checkbox"/> PRONATEC <input type="checkbox"/> Programas de Geração de Trabalho e Renda

MOTIVO DE ESTAR NAS RUAS

O QUE ESPERA DO SERVIÇO

***** // *****

TERMO DE ACEITAÇÃO DAS NORMAS DE CONVIVÊNCIA

Eu _____,
declaro que estou ciente das normas de organização e funcionamento do serviço Centro POP. Bem como em caso de descumprimento, caberá ao serviço imputar as penalidades correspondentes ao descato, que vai desde a suspensão ao desligamento do serviço ofertado.

Maceió, _____ de _____ de 20____.

Técnico responsável

Usuário do Centro POP

Polegar direito do Usuário

FICHA DE ATENDIMENTO ESPECIAL¹

FORMA DE ACESSO	<input type="checkbox"/> DEMANDA ESPONTÂNEA <input type="checkbox"/> DENÚNCIA <input type="checkbox"/> SEAS			
	ENCAMINHADO POR:			
DIA DA ENTREVISTA				ENTREVISTADOR
MIGRANTE	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO		ORIGEM	
LOCAL DE PERMANÊNCIA				

IDENTIFICAÇÃO DO USUÁRIO

NOME:				
APELIDO:			SEXO: <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F	
DATA NASC			IDADE:	NATURALIDADE:
PROFISSÃO:			ESTADO CIVIL:	
FILIAÇÃO	MÃE:		<input type="checkbox"/> VIVA <input type="checkbox"/> FALECIDA	
	PAI:		<input type="checkbox"/> VIVO <input type="checkbox"/> FALECIDO	

DOCUMENTAÇÃO DO USUÁRIO

	SIM	NÃO	CÓPIA	NÚMERO DA DOCUMENTAÇÃO
CERTIDÃO DE NASCIMENTO				
R.G.				
C.P.F.				
TÍTULO DE ELEITOR				
CTPS				

BENEFÍCIOS

<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO QUAL(IS)?

CONDIÇÃO DE TRABALHO

OCUPAÇÃO	

ESCOLARIDADE

SABE LER E ESCREVER? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
ESCOLARIDADE: <input type="checkbox"/> SÓ ASSINA <input type="checkbox"/> FUNDAMENTAL INCOMPLETO <input type="checkbox"/> FUNDAMENTAL COMPLETO <input type="checkbox"/> MÉDIO INCOMPLETO <input type="checkbox"/> MÉDIO COMPLETO <input type="checkbox"/> SUPERIOR INCOMPLETO <input type="checkbox"/> SUPERIOR COMPLETO

CONTINUA NO VERSO 

¹ Ficha de atendimento exclusiva para o período de pandemia.

ANEXO B – REGISTRO AMPLIADO DE ATENDIMENTO MENSAIS



PREFEITURA DE MACEIÓ
ASSISTÊNCIA SOCIAL

- 1 -

Diretoria de Proteção Social Especial
Coordenação Geral dos CREAS
Av. Comendador Leão, 1383, Poço, Maceió/AL
CEP 57025-000 / Telefone: 3312-5907

♦ REGISTRO AMPLIADO DE ATENDIMENTOS MENSAIS - RAAM ♦
SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA - CENTRO POP

UNIDADE: CENTRO POP 2

MÊS: / ANO 20 21

Versão Atualizada em FEV/2020

Bloco I - Volume e perfil dos usuários atendidos no mês de referência

A. Pessoas em situação de rua atendidas	Total	Sexo	0 a 12 anos	13 a 17 anos	18 a 39 anos	40 a 59 anos	60 anos ou mais
A.1. Quantidade e perfil das pessoas em situação de rua atendidas		Masculino					
		Feminino					
<i>* Atenção! Em A1 cada pessoa deve ser contada uma única vez a cada mês, mesmo que tenha sido atendida várias vezes durante este mesmo mês.</i>							
A.2. Quantidade e perfil das pessoas em situação de rua atendidas (apenas novos casos)		Masculino					
		Feminino					
A.3. Quantidade e perfil das pessoas em situação de rua atendidas (reincidentes)		Masculino					
		Feminino					
<i>* Atenção! A soma dos totais de A2 e A3 deve ser igual ao total de A1.</i>							
A.4. Quantidade de indivíduos em acompanhamento		Masculino					
		Feminino					

B. Características específicas identificadas em pessoas atendidas	Total	Sexo	0 a 12 anos	13 a 17 anos	18 a 39 anos	40 a 59 anos	60 ou mais
B.1. Pessoas usuárias de crack ou outras drogas ilícitas		Masculino					
		Feminino					
B.2. Migrantes		Masculino					
		Feminino					
B.3. Pessoas com doença ou transtorno mental		Masculino					
		Feminino					
B.4. Pessoas usuárias de drogas lícitas		Masculino					
		Feminino					
B.5. Pessoas com deficiência (PCDs)		Masculino					
		Feminino					
B.6. Pessoas que possuem residência		Masculino					
		Feminino					
B.7. Outras características (citar nas observações)		Masculino					
		Feminino					

** Atenção! Os itens B1 a B7 buscam identificar apenas alguns "perfis" das pessoas atendidas. Assim, é normal que algumas pessoas contadas no item A1 não se enquadrem em nenhum dos "perfis" descritos, enquanto outras pessoas podem se enquadrar simultaneamente em mais de um; portanto, a soma de B1 a B7 não terá, necessariamente, o mesmo valor relatado no total de A1.*

Perfil dos novos casos segundo escolaridade	Total	Sexo	0 a 12 anos	13 a 17 anos	18 a 39 anos	40 a 59 anos	60 ou mais
B.8. Não alfabetizado		Masculino					
		Feminino					
B.9. Alfabetizado (sabe ler e escrever)		Masculino					
		Feminino					
B.10. Ensino fundamental incompleto		Masculino					
		Feminino					
B.11. Ensino fundamental completo		Masculino					
		Feminino					



B.12. Ensino médio incompleto	Masculino						
	Feminino						
B.13. Ensino médio completo	Masculino						
	Feminino						
B.14. Ensino superior incompleto	Masculino						
	Feminino						
B.15. Ensino superior completo	Masculino						
	Feminino						
B.16. Não informado	Masculino						
	Feminino						

* **Atenção!** A soma dos totais de B8 a B16 deve ser igual ao total de A2 (apenas novos casos).

Perfil dos <u>novos casos</u> quanto aos motivos da vivência na rua	Total	Sexo	0 a 12 anos	13 a 17 anos	18 a 39 anos	40 a 59 anos	60 ou mais
B.17. Alcoolismo ou uso de outras drogas		Masculino					
		Feminino					
B.18. Desemprego		Masculino					
		Feminino					
B.19. Andarilho		Masculino					
		Feminino					
B.20. Conflito familiar		Masculino					
		Feminino					
B.21. Conflito decorrente da orientação sexual		Masculino					
		Feminino					
B.22. Outros (citar nas observações)		Masculino					
		Feminino					

* **Atenção!** Os itens B17 a B22 buscam identificar apenas alguns dos motivos que levaram à vivência na rua. Assim, é normal que algumas pessoas contadas no item A2 (apenas novos casos) não se enquadrem em nenhum dos motivos listados, enquanto outras pessoas podem se enquadrar simultaneamente em mais de um; portanto, a soma de B17 a B22 não terá, necessariamente, o mesmo valor relatado no total de A2 (apenas novos casos).

Perfil dos <u>novos casos</u> quanto às ocupações para produção de recurso	Total	Sexo	0 a 12 anos	13 a 17 anos	18 a 39 anos	40 a 59 anos	60 ou mais
B.23. Flanelinha		Masculino					
		Feminino					
B.24. Limpador de vidro automotivo		Masculino					
		Feminino					
B.25. Catador de recicláveis		Masculino					
		Feminino					
B.26. Mendicância		Masculino					
		Feminino					
B.27. Atividades da construção civil		Masculino					
		Feminino					
B.28. Atividades de limpeza (faxina de residências, limpeza de banheiros e áreas públicas, capinação, etc.)		Masculino					
		Feminino					
B.29. Carregadores e/ou estivadores		Masculino					
		Feminino					
B.30. Pescadores		Masculino					
		Feminino					
B.31. Ambulantes		Masculino					
		Feminino					
B.32. Artesãos e/ou artistas de rua		Masculino					
		Feminino					



B.33. Outras (especificar nas observações)	Masculino				
	Feminino				

* **Atenção!** Considerar apenas a ocupação principal de cada usuário. Sendo assim, a soma dos totais de B23 a B33 deve ser idêntica ao total de A2 (apenas novos casos).

C. Cadastramento de pessoas em situação de rua		Total
C.1. Pessoas que foram incluídas no Cadastro Único para programas sociais		
C.2. Pessoas que realizaram atualização do Cadastro Único para programas sociais		

D. Volume total de atendimentos realizados		Total
D.1. Quantidade total de atendimentos realizados <i>(compreendida como a soma do número de atendimentos realizados a cada dia, durante o mês de referência)</i>		

* **Atenção!** O item D1 se refere à soma dos itens 1, 2, 3 e 4 do Bloco V - Outras informações do cotidiano institucional e/ou profissional.

Bloco II - Situações de violência e/ou violações identificadas (novos casos)

* **Atenção!** Referente ao Bloco II, do item G ao item K devem ser informadas as características específicas identificadas nas pessoas atendidas (apenas novos casos) pelo Serviço no mês de referência. Uma mesma pessoa pode se enquadrar em múltiplas situações. Salienta-se que o total de cada item deve compreender o somatório segundo o sexo e a faixa etária das pessoas. As situações não contempladas nos itens que seguem podem ser descritas nas observações.

G. Crianças e/ou adolescentes	Total	Sexo	0 a 12 anos	13 a 17 anos
G.1. Usuárias de crack ou outras drogas ilícitas		Masculino		
		Feminino		
G.2. Usuárias de drogas lícitas		Masculino		
		Feminino		
G.3. Em situação de mendicância		Masculino		
		Feminino		
G.4. Vítimas de violência física		Masculino		
		Feminino		
G.5. Vítimas de violência sexual		Masculino		
		Feminino		
G.6. Outras situações (especificar nas observações)		Masculino		
		Feminino		

Crianças e/ou adolescentes em situação de trabalho infantil	Total	Sexo	Até 12 anos	13 a 15 anos
G.7. Em situação de trabalho infantil		Masculino		
		Feminino		
Adolescentes em situação de trabalho desprotegido	Total	Sexo	16 a 17 anos	
G.8. Em situação de trabalho desprotegido		Masculino		
		Feminino		

* **Atenção!** Compreende-se trabalho desprotegido àquele trabalho realizado por adolescentes de 16 a 17 anos em horário noturno, em atividades perigosas, insalubres ou que estejam relacionados no decreto 6.481 de 2008, conhecido como Lista TIP, que define as piores formas de trabalho infantil e que devem ser executadas apenas por pessoas com mais de 18 anos.

H. Pessoas adultas	Total	Sexo	18 a 39 anos	40 a 59 anos
H.1. Usuárias de crack ou outras drogas ilícitas		Masculino		
		Feminino		
H.2. Usuárias de drogas lícitas		Masculino		
		Feminino		
H.3. Em situação de trabalho informal		Masculino		
		Feminino		
H.4. Em situação de mendicância		Masculino		
		Feminino		



H.5. Vítimas de violência física	Masculino		
	Feminino		
H.6. Vítimas de violência sexual	Masculino		
	Feminino		
H.7. Vítimas de violência financeira e/ou patrimonial	Masculino		
	Feminino		
H.8. Outras situações <i>(especificar nas observações)</i>	Masculino		
	Feminino		

I. Pessoas idosas	Total	Sexo	60 anos ou mais
I.1. Usuárias de crack ou outras drogas ilícitas		Masculino	
		Feminino	
I.2. Usuárias de drogas lícitas		Masculino	
		Feminino	
I.3. Em situação de trabalho informal		Masculino	
		Feminino	
I.4. Em situação de mendicância		Masculino	
		Feminino	
I.5. Vítimas de violência física		Masculino	
		Feminino	
I.6. Vítimas de violência sexual		Masculino	
		Feminino	
I.7. Vítimas de violência financeira e/ou patrimonial		Masculino	
		Feminino	
I.8. Outras situações <i>(especificar nas observações)</i>		Masculino	
		Feminino	

J. Pessoas com deficiência (PCDs)	Total	Sexo	0 a 12 anos	13 a 17 anos	18 a 39 anos	40 a 59 anos	60 anos ou mais
J.1. Usuárias de crack ou outras drogas ilícitas		Masculino					
		Feminino					
J.2. Usuárias de drogas lícitas		Masculino					
		Feminino					
J.3. Em situação de trabalho informal		Masculino					
		Feminino					
J.4. Em situação de mendicância		Masculino					
		Feminino					
J.5. Vítimas de violência física		Masculino					
		Feminino					
J.6. Vítimas de violência sexual		Masculino					
		Feminino					
J.7. Vítimas de violência financeira e/ou patrimonial		Masculino					
		Feminino					
J.8. Outras situações <i>(especificar nas observações)</i>		Masculino					
		Feminino					

K. Migrantes	Total	Sexo	0 a 12 anos	13 a 17 anos	18 a 39 anos	40 a 59 anos	60 anos ou mais
K.1. Usuários de crack ou outras drogas ilícitas		Masculino					
		Feminino					
K.2. Usuários de drogas lícitas		Masculino					
		Feminino					



K.3. Em situação de trabalho informal	Masculino						
	Feminino						
K.4. Em situação de mendicância	Masculino						
	Feminino						
K.5. Vítimas de violência física	Masculino						
	Feminino						
K.6. Vítimas de violência sexual	Masculino						
	Feminino						
K.7. Outras situações (especificar nas observações)	Masculino						
	Feminino						

Bloco III - Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS) no Centro POP

■ Não realiza oferta do Serviço

E. Quantidade e perfil de pessoas abordadas pela equipe do SEAS	Total	Sexo	0 a 12 anos	13 a 17 anos	18 a 39 anos	40 a 59 anos	60 anos ou mais
E.1. Quantidade de pessoas abordadas		Masculino					
		Feminino					

* Atenção! Em E1 cada pessoa deve ser contada uma única vez a cada mês, mesmo que tenha sido abordado várias vezes durante este mês.

Situações identificadas pelo SEAS	Total
E.2. Crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil (até 15 anos)	
E.3. Crianças ou adolescentes em situação de exploração sexual	
E.4. Crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil (até 15 anos) usuárias de crack e outras drogas	
E.5. Pessoas adultas usuárias de crack ou outras drogas ilícitas	
E.6. Migrantes	
E.7. Adolescentes em situação de trabalho desprotegido (16 a 17 anos)	

* Atenção! Os itens E2 a E7 buscam identificar apenas alguns "perfis/condições" das pessoas abordadas, portanto é normal que algumas pessoas contadas no item E1 não se enquadrem em nenhum dos "perfis/condições" descritos, enquanto outras pessoas podem se enquadrar simultaneamente em mais de um; portanto, a soma de E2 a E7 não terá, necessariamente, o mesmo valor relatado no total de E1.

F. Volume de abordagens realizadas pelo SEAS	Total
F.1. Quantidade total de abordagens realizadas (compreendida como número de pessoas abordadas, multiplicado pelo número de vezes em que foram abordadas durante o mês)	

* Atenção! Para chegar ao valor de F1, deve ser somado o número de pessoas abordadas a cada dia, durante o mês de referência. Dessa maneira, se uma mesma pessoa foi abordada quatro vezes (quatro dias) ao longo do mês, devem ser contadas as quatro abordagens. Para efeitos do presente registro, quando grupos de pessoas são abordados, cada pessoa deve ser contabilizada como uma abordagem.

Bloco IV - Formas de acesso dos usuários (novos casos)

1. Formas de Acesso	Total
1.1. Demanda Espontânea	
1.2. Denúncia	
1.3. Encaminhamento realizado por unidades/ serviços da Proteção Social Básica	
1.4. Encaminhamento realizado pela equipe do SEAS	
1.5. Encaminhamento realizado por outras unidades/ serviços da Proteção Social Especial (exceto o SEAS)	
1.6. Encaminhamento realizado pela equipe de saúde do Consultório na Rua	
1.7. Encaminhamento realizado por unidades/ serviços de Saúde (exceto o Consultório na Rua)	

1.8. Encaminhamento realizado por unidades da área de Educação	
1.9. Encaminhamento realizado por outras políticas setoriais	
1.10. Encaminhamento realizado pelo Poder Judiciário	
1.11. Encaminhamento realizado por outros órgãos do Sistema de Garantia de Direitos (Ministério Público, Defensoria Pública, Delegacias)	

Bloco V - Encaminhamentos realizados

1. Sistema de Garantia de Direitos	Emitidos	Demanda reprimida
1.1. Conselho Tutelar		
1.2. Ministério Público		
1.3. Poder Judiciário		
1.4. Defensoria Pública		
1.5. Órgãos responsáveis pela aquisição de documentação básica (Instituto de Identificação, Receita Federal, Cartório Eleitoral, outros)		
2. Rede Socioassistencial	Emitidos	Demanda reprimida
2.1. CadÚnico		
2.2. Bolsa Família		
2.3. CRAS		
2.4. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos		
2.5. CASA (Benefícios Eventuais - documentação civil)		
2.6. CASA (Benefícios Eventuais - outros)		
2.7. CREAS		
2.8. Casa de Passagem Familiar		
2.9. Outras unidades da rede de Acolhimento Pública		
2.10. Rede de acolhimento privada e/ou filantrópica		
3. Rede de Saúde	Emitidos	Demanda reprimida
3.1. CAPS (acompanhamento de transtornos mentais)		
3.2. Posto de Saúde		
3.3. Hospital geral, mini-prontos socorros, ambulatórios		
3.4. Equipes de saúde que atuam no espaço de rua (Consultórios na Rua e/ou outros)		
4. Rede de Atendimento para Dependência Química	Emitidos	Demanda reprimida
4.1. CAPS AD		
4.2. Secretaria de Estado de Prevenção Social à Violência (SEPREV)		
5. Rede de Educação	Emitidos	Demanda reprimida
5.1. Secretaria Municipal de Educação		
5.2. Escolas municipais ou estaduais da rede de ensino		
6. Qualificação Profissional e Geração de Trabalho e Renda	Emitidos	Demanda reprimida
6.1. Serviços e/ou programas de geração de trabalho e renda		
6.2. Outros		
7. Serviços e/ou Programas de Outras Políticas Setoriais	Emitidos	Demanda reprimida
7.1. Previdência Social		
7.2. Habitação		
7.3. Segurança Alimentar e Nutricional		
7.4. Cultura, Esporte e Lazer		



8. Organizações Não Governamentais (ONGs)	Emitidos	Demanda reprimida
8.1. Que atuam na defesa de direitos e/ou realizam projetos sociais		

Bloco VI - Outras informações do cotidiano institucional e/ou profissional

Trabalho social e atividades realizadas	Total
1. Atendimento individual	
2. Atendimento familiar	
3. Atendimento em grupo	
4. Atendimento para fins de orientação jurídico-social	
5. Estudo de caso	
6. Palestras, oficinas e/ou roda de conversas	
7. Visitas domiciliares	
8. Visitas técnicas institucionais	
9. Elaboração de relatórios e/ou prontuários, pareceres, entre outras produções técnicas	
10. Construção do Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar	
11. Ações comunitárias (palestras, mobilizações, campanhas, eventos, entre outras)	
12. Participação em capacitações, cursos, seminários e correlatos	

Ações e/ou atividades restritas à equipe de trabalho	Total
13. Reuniões internas da equipe de trabalho do Centro POP (técnicas e gerais)	
14. Reuniões da equipe técnica do Centro POP com a Coordenação Geral e DPSE	
15. Reuniões da equipe técnica do Centro POP com outras unidades e/ou serviços da PSE	
16. Reuniões da equipe técnica do Centro POP com outras coordenações e/ou diretorias da SEMAS	
17. Reuniões da equipe técnica do Centro POP com unidades e/ou serviços de outras políticas setoriais	
18. Reunião e/ou articulação com organizações e/ou movimentos sociais (ONGs, grupos sociais locais, associações e lideranças comunitárias, entre outros)	
19. Outras reuniões	

Bloco VII - Procedência dos usuários (novos casos)

Procedência dos indivíduos atendidos por território de PSE
(Resolução CMAS nº 005 de 11 de maio de 2015)

TERRITÓRIO PSE 01	Bairros	Quantidade	Total
CREAS JATIUCA CENTRO POP I CRAS BELA VISTA	Barro Duro		
	Cruz das Almas		
	Garça Torta		
	Guaxuma		
	Ipioca		
	Jacareica		
	Jaraguá		
	Jatiúca		
	Mangabeiras		
	Pajuçara		
	Pescaria		
	Ponta da Terra		
	Ponta Verde		
Riacho Doce			



	Bairros	Quantidade	Total
	São Jorge		
	Serraria		
	<i>Grota do Aterro</i>		
TERRITÓRIO PSE 02	Bairros	Quantidade	Total
CREAS ORLA LAGUNAR CENTRO POP II CRAS CACILDA SAMPAIO CRAS DOM ADELMO CRAS PITANGUINHA CRAS BOM PARTO CRAS ÁREA LAGUNAR CASA	Bom Parto		
	Centro		
	Farol		
	Levada		
	Mutange		
	Pinheiro		
	Pitanguinha		
	Ponta Grossa		
	Pontal da Barra		
	Prado		
	Trapiche		
	Vergel do Lago		
	<i>Grota da Moenda e Vale da Amizade</i>		
TERRITÓRIO PSE 03	Bairros	Quantidade	Total
CREAS SANTA LÚCIA CENTRO POP II CRAS DENISSON MENEZES CENTRO DE CONVIVÊNCIA CAIC - UFAL	Canaã		
	Cidade Universitária		
	Gruta de Lourdes		
	Jardim Petrópolis		
	Ouro Preto		
	Santa Lúcia		
	Santo Amaro		
	Tabuleiro dos Martins		
	<i>Grota da Cycosa</i>		
TERRITÓRIO PSE 04	Bairros	Quantidade	Total
CREAS BENEDITO BENTES CENTRO POP I CRAS CIDADE SORRISO CRAS SELMA BANDEIRA	Antares		
	Benedito Bentes		
	<i>Conjunto Aprígio Vilela</i>		
TERRITÓRIO PSE 05	Bairros	Quantidade	Total
CREAS-POÇO CENTRO POP I CRAS TEREZINHA NORMANDE CRAS SÔNIA SAMPAIO	Feitosa		
	Jacintinho		
	Poço		
	<i>Vale do Reginaldo (todo)</i>		
TERRITÓRIO PSE 06	Bairros	Quantidade	Total
CREAS SANTA AMÉLIA CENTRO POP II CRAS BEBEDOURO CRAS FERNÃO VELHO CRAS CLIMA BOM CRAS SANTOS DUMONT CRAS RIO NOVO	Bebedouro		
	Chã de Bebedouro		
	Chã da Jaqueira		
	Clima Bom		
	Fernão Velho		
	Petrópolis		
	Rio Novo		
	Santa Amélia		
	Santos Dumont		
Outros Municípios Alagoanos			----
Outros Estados			----

